



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 73

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 21 de Abril de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

SUMÁRIO

(Os trabalhos iniciaram-se pelas 10.25 horas)

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência entrada na Mesa.

Em seguida, passou-se ao segundo ponto destinado à emissão de votos. Assim, sendo, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, um **Voto de Pesar** pelo "**Falecimento de José Manuel Dias Júnior**", cuja apresentação coube ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa (*PS*). Sobre este voto proferiu intervenção o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca (*PSD*).

O voto em apreço recebeu unanimidade da Câmara.

Para tratamento de **assuntos de interesse político relevante para a Região** usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados, Fátima Sousa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), João Greves (*PP*), Manuel Serpa (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), João Cunha (*PSD*), José

Nascimento Ávila (*PS*), Élio Valadão (*PS*), António Almeida (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Luís Resendes (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Madruga da Costa (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Rui Pedro Ávila (*PS*).

Prestaram esclarecimentos os Srs. Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

No **Período da Ordem do Dia** estiveram patentes os relatórios das Comissões Permanentes da ALRA, ao abrigo do artigo 125º, do Regimento.

A sua apresentação foi feita pelos Srs. Deputados:

- **CAPAT**, Sidónio Bettencourt
- **CPG**, Francisco Xavier
- **CAS**, Fátima Sousa
- **CE**, Élio Valadão

Foi apresentado ainda pelo Sr. Deputado Guilherme Pinto o **Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento da Acção Governativa dos Estragos do Sismo de 9 de Julho**.

Em seguida passou-se à "**Apreciação do veto de Sua Excelência o Ministro da República sobre o DLR 6/99, que define o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos dos 2º e 3º. ciclos dos ensinos básico e secundário, bem como das escolas integradas**".

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Fernando Menezes (*PS*).

O diploma em apreço foi rejeitado na generalidade por unanimidade.

Como terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi debatido o **Projecto de Decreto Legislativo Regional "Adaptação à Região do Decreto-Lei nº. 115-A/98, de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos equipamentos"**.

Sobre o mesmo intervieram os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Jorge Valadão (*PSD*), Fernando Menezes

(PS), Alvarino Pinheiro (PP), Ana Carolina (PSD) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*).

O Projecto em apreço, foi aprovado tanto na generalidade como na especialidade por unanimidade.

Posteriormente esteve patente a **Proposta de Decreto Legislativo Regional "Regime de extracção de areia no mar dos Açores"**.

Feita a sua apresentação pelo Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), usaram da palavra os Srs. Deputados Augusto Elavai (PS), Alvarino Pinheiro (PP), Paulo Valadão (PCP), Hélio Valadão (PS), Eugénio Leal (PSD), Duarte Freitas (PSD), Jorge Valadão (PSD) e Joaquim Ponte (PSD).

O diploma foi aprovado por unanimidade com excepção das alíneas a), b), c), que foram rejeitadas por maioria.

Por último foi apresentado uma **saudação ao Vigésimo Quinto Aniversário do 25 de Abril**.

Feita a sua apresentação pelo Presidente da ALRA, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (PP), Sidónio Bettencourt (PSD) e Fernando Menezes (PS), o qual mereceu a unanimidade da Câmara.

Finalmente foi apresentada a Proposta de Resolução que declara findo o Período Legislativo de Abril.

A Proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 20.55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia.

Peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10.25 horas)

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Augusto António Rua **Elavai**
Dionísio Mendes de **Sousa**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**
José Humberto de Medeiros **Chaves**
José do Nascimento **Ávila**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**
José Ramos **Aguiar**
José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria **Bairos**

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga Greves

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Presidente: Estão presentes 37 Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos dar início à leitura do expediente entrado na Mesa.

Secretário (*José Aguiar*): Do gabinete do Ministro da República para audição dos Órgãos de Governo Próprio Projecto de Decreto-Lei que "define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar e transpõe para a ordem jurídica interna a directiva n.º 96/62/CE, do Conselho, de 27 de Setembro, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiental".

Baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretária (*Natividade Luz*): Do gabinete do Ministro da República para audição dos Órgãos de Governo Próprio Projecto de Decreto-Lei que "adapta à administração local o regime geral de recrutamento e selecção de pessoal na administração pública".

Baixa à Comissão de Política Geral.

Secretário (*José Aguiar*): Da Presidência do Governo Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/99 - "Alteração ao artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/99/A, de 20 de Janeiro, programas MEF E e PROSA".

Baixa à Comissão de Política Geral.

Secretária (*Natividade Luz*): Da Presidência do Governo Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/99 - "Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, que aprovou um novo regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública".

Baixa à Comissão de Política Geral.

- Parecer da Comissão Permanente de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei nº. 349/98, de 11 de Novembro, diploma que estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação.

Presidente: Vamos passar agora à apresentação do Voto de Pesar, pelo falecimento do Sr. José Manuel Dias Júnior.

Para o apresentar tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Manuel José Dias Júnior, falecido no passado dia 16 do corrente, com 85 anos de idade, é o exemplo característico do homem insular que encarnou, na sua vida e na sua obra, o modelo do açoriano de dimensão, natural e espontaneamente, regional.

Na sua vida, superou os limites da Ilha em que nasceu ou viveu. Na sua obra, projectou-se para além dos limites cronológicos e temporais da sua vida.

Nascido em São Miguel, de uma família com tradições na actividade empresarial e cultural e com ligações de parentesco em várias ilhas dos Açores, viveu, grande parte da sua vida na Terceira, tendo regressado, nos seus últimos anos a São Miguel onde veio a falecer.

Para além de uma actividade variada e profícua, dividiu a sua participação activa, na vida da sociedade açoriana, entre o jornalismo e a criação artística .

Como jornalista, além de detentor da carteira profissional de jornalista, mais antiga dos Açores, exerceu as funções de director de um periódico - O Directo - que, embora com vicissitudes várias, contribuiu para caracterizar uma determinada época do jornalismo escrito regional, e espalhou a sua colaboração por todos os jornais diários da Região, versando, com oportunidade e profundidade, os mais diversos assuntos de interesse regional, nomeadamente nas áreas das pescas e dos transportes.

Como artista plástico, legou à posteridade o trabalho valioso de mais de 200 painéis, em madeira de cedro do mato que, hoje, adornam as paredes de instalações públicas e

residências particulares ilustrando aspectos diversificados da história, da cultura e da etnografia dos Açores.

É para esta personalidade que, ao longo de uma vida plenamente vivida, como homem e como açoriano e que simboliza o melhor do açoriano médio de cultura universalista enraizada na açorianidade, o Grupo Parlamentar do P.S. propõe, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um voto de pesar.

Horta, 21 de Abril de 1999.

Presidente: Está à discussão o voto de pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata associa-se a este Voto de Pesar, em relação a um açoriano que como jornalista e como artista plástico, participou activamente na nossa comunidade.

Todos temos presente a forma viva, actuante e empolgada como Dias Júnior, nomeadamente na imprensa, como profissional de informação, se bateu pelos seus ideais, por aquilo em que acreditava, nomeadamente nos sectores aqui referidos e que tratava de forma apaixonada, dando um contributo para aquilo que julgava ser a melhor solução para situações do nosso quotidiano, da nossa vida em comunidade.

O aspecto que, efectivamente, mais me impressiona — e sobre o qual tive oportunidade, mais de uma vez, de trocar impressões com ele, em mostras e em outras circunstâncias de expressão cultural — é efectivamente a sua faceta de artista.

Dias Júnior deixa para os tempos vindores uma obra notável.

Ele tem uma forma de expressão clássica muito rica que soube transpor para um material nobre — que é a madeira de cedro, que hoje é cada vez mais rara, infelizmente — que lhe garante, de certo, um passaporte para a eternidade, liberto com certeza da lei da morte, porque a forma como ele passou para a madeira todo um conjunto de vivências, de tradições, que muito acarinhava, perpetuam para a posteridade aspectos importantes da nossa tradição, da nossa cultura, que são mais do que suficientes para fazer com que Dias Júnior, jamais seja esquecido pela nossa sociedade e acima de tudo por aqueles que tiveram o prazer de com ele conviver.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reforçar, digamos, de viva voz, aquilo que está escrito no voto que apresentei há pouco.

Creio, que as pessoas se aperceberam que o voto pretende consagrar duas dimensões diferentes, embora estejam estritamente ligadas:

A primeira é a dimensão do homem como tal, do homem concreto com a sua personalidade, a sua individualidade e as circunstâncias da sua vida. Esta dimensão é sobretudo para aqueles que o conhecerem, conviveram com ele, ou terão oportunidade ainda de contactar com a sua obra, que se espera que sejam cada vez em maior número, mesmo destes que estão aqui neste Plenário.

A segunda dimensão que eu diria simbólica, ou de tipologia do açoriano, que diz respeito a todos nós — interessa salientar que é a tipologia do açoriano de dimensão regional, dimensão esta originada pelas próprias circunstâncias da sua vida familiar — prende-se com a participação na actividade social, ou na dedicação a uma actividade que exceda a dimensão puramente profissional dessa vida.

É esse aspecto que eu gostaria de salientar da vida e da pessoa de Dias Júnior e que todos nós desejaríamos que fosse cada vez mais frequente, pois representa o melhor que existe na cultura açoriana, que alguém já chamou com inteira razão a "forma requintada de ser português".

É esta forma requintada, caracterizada pela participação viva nos interesses da sociedade e numa dedicação a uma outra actividade de carácter artístico, cultural, desportivo, ou envolvendo outro aspecto qualquer, que todos nós desejaríamos que representasse e que todos aspiramos que seja um modelo normal daquilo que poderíamos chamar a "mediania açoriana", mediania não no sentido de mediocridade, ou de valor inferior mas no sentido de ser a que melhor caracteriza, a que melhor define o açoriano típico, interessado pela vida da sociedade e pela vida da cultura.

Eram essas duas dimensões que estão explicitadas no voto que foi lido na Tribuna e que eu gostaria de salientar explicitamente, com estas palavras, neste momento.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação este voto de pesar.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao ponto seguinte que diz respeito ao **tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.**

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No advento do ano 2000, assistimos com perplexidade à dramática onda de violação dos fundamentais direitos humanos e de cidadania, bem como ao ressurgimento da barbárie tanto em Timor Leste como no Kosovo.

Os relatos sinistros que nos chegam através dos meios de comunicação social, revelam ser altamente preocupante a situação de insegurança e de terror em que vivem os nossos irmãos timorenses. Estes estão a ser vítimas de constantes e cruéis perseguições e intoleráveis massacres por parte dos indonésios ou mesmo timorenses que, sob ameaça de morte, vêm-se obrigados a executar barbaramente centenas de pessoas do seu próprio povo, para poderem preservar a sua própria vida.

Os sobreviventes deste drama, provavelmente ficarão com sequelas negativas que os acompanhará irremediavelmente até ao fim das suas vidas.

Ha sinais que parecem querer testemunhar que a intenção dos indonésios é precisamente a de aterrorizar a população timorense numa tentativa desesperada de mantê-la submissa, e manipulável, de modo a preservar os seus únicos e exclusivos interesses económicos e políticos no território.

Se tal horror, por si só, não bastasse também o povo albanês do Kosovo está a ser vítima de massacres e de uma política de eliminação sumária de pessoas, levada a cabo pelos sérvios.

Os testemunhos evidenciam que a polícia sérvia, com ameaças contra a vida, obriga os albaneses a entregar-lhes a identificação pessoal e a assistirem, impotentes, à destruição das suas casas e viaturas. Seguidamente são forçados a abandonar o território onde muitos deles nasceram e esperavam morrer tranquilamente.

Despojados de todos os bens adquiridos ao longo de uma vida de trabalho e sacrifício, chegam às fronteiras à procura de abrigo aos milhares, desesperados,

famintos, desidratados, num estado de fadiga extrema. São essencialmente mulheres, crianças e homens idosos, desconhecendo-se ao certo o destino de muitos homens.

Assim, rompem-se laços familiares, afectivos, de vizinhança, etc. Perde-se a identidade pessoal e social e com ela o sentimento de pertença à sociedade.

Estima-se que o número de albaneses refugiados do Kosovo já tenha ultrapassado 1 milhão no espaço de um mês.

O elevado número de refugiados, associado ao baixo nível socio-económico dos países que nas fronteiras os acolhem leva-nos a concluir que, de facto, o alojamento não se efectua em boas condições de vida.

As imagens que nos chegam mostram que os espaços são exíguos, desprovidos de privacidade - muitas pessoas alojadas na mesma tenda - com más condições de higiene e salubridade, o que constitui factor gerador de doenças infecciosas e epidémicas.

Por outro lado, sabemos que as más condições de vida são em si mesmas facilitadoras de tensões psicológicas e de sentimentos de angústia, insegurança e ausência de perspectivas de futuro.

Com o passar do tempo, este contexto de vida poderá trazer tempos muito difíceis para todo o povo daquela região do globo e não deixará de afectar particularmente os refugiados em aspectos da sua personalidade. Efeito este tanto mais profundo quanto mais tempo durar a situação de privação em que se encontram. Aos poucos modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se os valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência. A revolta inicial vai cedendo lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações esbate-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a auto-confiança, modifica-se a rede de relações, instala-se a descrença na capacidade de ultrapassar a situação, enfim, progressivamente completa-se o processo que inevitavelmente conduz à pobreza e à exclusão social.

Deste modo, todo um povo, de um momento para o outro, corre sério risco de vir a engrossar o já elevado número de pessoas privadas de recursos mínimos de subsistência, portanto em situação de pobreza, que, segundo Alfredo Bruto da Costa, são 15 milhões só na União Europeia, bem como o número de excluídos sociais, por

ausência de poder para reivindicarem até os seus direitos mais elementares, e de capacidade para protagonizar o seu próprio destino.

Esta dura realidade vem comprovar que vivemos num tempo complexo e de grandes incertezas. Num tempo que parece indiciar de crise civilizacional. Um tempo de aparente consenso sobre os direitos do homem, no entanto contrariados, violados e até negados pelas práticas sociais.

É importante que se perceba que violados os direitos humanos, a paz que todos desejamos e que todos beneficiam, pode estar ameaçada porque ela é "fruto de justiça".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

A violência, a destruição e o ressurgimento da barbárie deve merecer de todos nós o mais veemente repúdio e desejo de que quem é responsável por tais actos seja julgado internacionalmente e severamente punido. Que se estabeleçam novos princípios e compromissos de salvaguarda dos direitos humanos, dos direitos cívico-políticos mas também os direitos sociais do homem como cidadão do mundo. Parece que este espírito esteve subjacente na reafirmação da ONU em 1996 no Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, passo a citar:

" Reconhecendo que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem não se pode realizar o ideal do ser humano livre, liberto de temor e de miséria, sem se criarem condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos económicos, sociais e culturais, tanto como dos seus direitos civis e políticos (...), impõe aos Estados a obrigação de promover o respeito universal e efectivo dos direitos e liberdades humanas", fim de citação.

Não podemos permitir que na actualidade se continue a viver situações dramáticas como as que referi. São problemas muito graves que urge resolver e ultrapassar.

No meu modesto entender, independentemente de todos os esforços que possam ser incrementados e que levam à resolução da actual crise, torna-se emergente instituir uma cultura de solidariedade de paz, de justiça e de diálogo, no respeito pelo outro e pelo que é diferente, visando uma maior harmonia e uma maior solidariedade e fraternidade entre todos.

Com a instauração da liberdade e democracia em Portugal, não podemos deixar de tomar consciência do imensurável valor e abrangência de tal bem. Temos de aprender a apreciar as conquistas já alcançadas, defendê-las energicamente, protegê-las e reforçá-las, não permitir que nada as ponha em risco. Porque, reconheça-se, sem liberdade, sem democracia, sem uma intransigente defesa dos direitos humanos e de cidadania, não existe paz, bem-estar social e progresso.

Disse.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para me regozijar pela intervenção proferida pela Sra. Deputada, com a qual estou perfeitamente de acordo e que penso que nos sensibiliza a todos.

De facto, os problemas de pobreza são permanentes. Já existem há muitos anos e, provavelmente, continuarão a existir por todo o mundo. A situação de guerra nos Balcãs e o desastre humanitário que lá acontece, penso que nos toca a todos nas notícias que nos entram pela casa dentro.

Contudo e sem querer diminuir este aspecto para o qual tenho pessoalmente uma interpretação própria — nomeadamente em relação à intervenção da Europa e dos Estados Unidos, nessa matéria e as suas consequências, mas que aqui não interessará revelar — o meu pedido de intervenção tem a ver com outra matéria, nomeadamente com a acção das Forças Armadas Portuguesas, não só no estrangeiro, não concretamente nesta guerra, mas também por consequência de outras acções em que as Forças Armadas Portuguesas deveriam estar obrigadas.

Ouvimos falar de aviões da Força Aérea Portuguesa, no Kosovo, no âmbito das operações da NATO; ouvimos falar em submarinos que a nossa marinha vai comprar ou quer comprar para vigiar não sei o quê, para fazer não sei o quê. No entanto, ainda há poucos dias uma criança da Ilha do Pico, quase morria porque os PUMAS da

Força Aérea ainda não foram substituídos e não estão em condições de operacionalidade.

Enquanto as Forças Armadas continuam em guerras virtuais, em intervenções, que quanto a mim, não trazem nada de novo a Portugal, muito pelo contrário, às nossas portas vemos situações de grandes problemas humanos, grandes dramas familiares que não são resolvidos, e todas as pessoas sofrem, porque Portugal, nomeadamente as Forças Armadas Portuguesas não têm capacidade para terem os meios disponíveis, numa Região como os Açores, para fazer a evacuação de doentes.

Penso que isto é dramático, devemos aqui reflectir este problema e devemos apelar ao Governo Regional e a esta Assembleia que desenvolva todos os esforços para que as nossas Forças Armadas, cumpram em primeiro lugar, no nosso território as suas obrigações e deixem-se de guerras no estrangeiro, de levantar ameaças inexistentes ao nosso território e resolvam os problemas humanos, problemas muitas vezes de catástrofes, problemas de emergências médicas que existem aqui.

Aliás, já neste Plenário o Sr. Deputado Manuel Serpa falou do problemas das evacuações médicas, nomeadamente em relação à Ilha do Pico, penso que foi mais na perspectiva marítima, com a qual eu concordo de alguma forma.

Contudo, não queria deixar passar este momento sem ressaltar este grande drama que se viveu ainda há pouco na Ilha do Pico e que se pode voltar a viver nessa ilha ou em qualquer outra ilha em que as nossas Forças Armadas não têm a operacionalidade que deveriam ter para resolver os problemas que também lhes competem, enquanto estão aviões no Kosovo e encomendam-se novos submarinos.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Não propriamente para participar no debate mas para deixar aqui uma nota muito clara.

Eu compreendo que o Sr. Deputado Duarte Freitas esteja de facto preocupado com a situação da saúde no Pico, nomeadamente nesse caso concreto. Tudo o resto que disse é uma baralhada total.

Estou convencido que isso nem sequer é subscrito pelos seus companheiros de bancada, porque é um autêntico disparate misturar isso, nomeadamente, guerras virtuais e coisas no género, com o que se está a passar.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei estupefacto com a intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes. Provavelmente se tivesse acontecido a mesma situação na Ilha do Faial, mais próximo de si, o Sr. teria outra opinião.

Aliás vi movimentos de aquiescência da sua bancada relativamente às palavras que eu estava a dizer.

Não sei se é daqui que discordam de mim, se é daí que discordam de si.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria expressar a minha concordância com o problema que foi aqui abordado pela Sra. Deputada Fátima Sousa e dizer que é absolutamente inaceitável que neste final de século, nesta transição de milénio, numa Europa civilizada, possamos ainda assistir a conflitos e a monstruosidades deste género.

É, de facto, extremamente lamentável, que as pessoas cada vez mais se esqueçam daquele que deveria ser o princípio fundamental da convivência entre os homens, ou seja, não fazer aos outros aquilo que não gostaríamos que nos fizessem a nós mesmos. Esta falta de aceitação "do outro" como ser humano, com iguais direitos e garantias é de facto extremamente chocante e revoltante.

Estamos perante um conflito que opõe, essencialmente, povos diferentes, com línguas diferentes, com culturas diferentes, com crenças diferentes. De um lado, temos sérvios, eslavos, ortodoxos, do outro temos albaneses e islâmicos.

Há aqui uma guerra de fundo, entre etnias, culturas, religiões que depois traz ao de cima aqueles que são os aspectos mais primitivos, mais condenáveis do ser humano, que em circunstâncias dramáticas, como esta, infelizmente, vem à superfície tudo o quanto há de egoísmo, de atrocidade, de mal fazer aos outros.

Não queria deixar de fazer aqui a ponte com outras atrocidades que estão neste momento a serem feitas numa área que nos toca mais directamente, estou-me a referir ao povo Mauber em Timor.

Nós não podemos continuar deixar passar os acontecimentos como eles nos entram todos os dias em casa, através dos meios de comunicação social, sem termos uma intervenção mais activa.

Portugal está tendo uma intervenção da qual vamos tendo conta através da comunicação social, mas julgo que nos devemos empenhar ainda mais, para que, efectivamente, a NATO, intervenha — como está a fazer neste caso em defesa dos direitos e das garantias dos Kosovares, nos direitos e garantias do povo Mauber em Timor Leste — pois temos especiais obrigações em relação a este povo, com o qual convivemos durante séculos, que abraçou a nossa língua, a nossa cultura, tinham um respeito mui especial pela nossa bandeira, e que o digam todos aqueles que por lá andaram, a forma como aderiram à nossa face civilizacional.

Portanto, não podemos deixar de ter uma intervenção muito forte, muito viva, muito actuante que leve os organismos internacionais a terem, pelo menos, o mesmo tipo de atitude que estão a ter em relação à Europa e em relação aos Kosovares.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Organização das Nações Unidas vai assinalar, dentro de pouco tempo, a existência de 6 mil milhões de pessoas no Planeta.

A população mundial aumenta a um ritmo de 78 milhões de indivíduos por ano.

Em cada minuto que passa, vêm ao mundo 250 crianças.

A par desta realidade, espalham-se pela Terra as guerras, as doenças, os desequilíbrios ambientais, os conflitos sociais, o consumo excessivo, etc, etc, todos aparentando contornos de consequências incontroláveis.

E porque, amanhã, dia 22 de Abril, se vai comemorar, por todo o mundo, o Dia da Terra, poderia trazer a este plenário a problemática da louca corrida ao consumo. De facto, esta irracional tendência colectiva de consumo, principalmente nos ditos países desenvolvidos, que fez degenerar a nossa civilização numa civilização de consumismo, poderia ser um bom tema de reflexão!

Poderia também, para o Dia Mundial da Terra, levantar a questão da Caldeira de Santo Cristo, na ilha de São Jorge, da sua lagoa e assoreamento, do risco do desaparecimento das amêijoas e de se desconhecer o respectivo plano de intervenção e salvaguarda do Governo Regional.

O Dia Mundial da Terra, de igual modo, poderia ser comemorado, neste plenário, com uma reflexão sobre a qualidade nutricional dos alimentos que consumimos, particularmente das frutas e legumes. Nestes alimentos temos acentuado a importância da sua aparência sedutora, remetendo para o esquecimento a sua pureza biológica. Nesta matéria apoiamos a criação de um eventual Serviço Regional de Controlo dos Níveis Residuais de Pesticidas nas Frutas Legumes. Trata-se de uma justa e mui útil reivindicação da Associação de Defesa do Ambiente-Gê-Questa da Ilha Terceira. Ao fim de 8 meses de luta e persistência, esta Associação conseguiu obter da SRAPA a resposta de que o Governo tinha encomendado um estudo, sobre esta matéria, à Universidade Açores.

Parabéns à Associação! Aplaudimos o seu gesto.

Todas estas questões poderiam ser tratadas hoje e serviriam perfeitamente para, num gesto simbólico, comemorar o Dia da Terra.

Mas, para comemorarmos a Terra, com as pessoas e os problemas que ela encerra, trago-vos um tema que numa das ultimas sessões foi motivo de análise e que, certamente, já o foi por muitas vezes nesta Assembleia.

Coloco, novamente, nas vossas mãos e nas vossas consciências os problemas sociais de Rabo de Peixe!

Trata-se de facto de um sismo ou de um cataclismo social, como já foi designado, e, como tal, deve assim ser tratado politicamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixemos de operações de pura cosmética política!

Façamos com que os projectos saltem do papel para as ruas de Rabo de Peixe, para as escolas de Rabo de Peixe, para as casas de Rabo de Peixe e para as pessoas de Rabo de Peixe.

Partamos para esta batalha, unidos!

Não só o governo, mas também esta Assembleia.

Não só o governo, mas também a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Não só o governo, mas também a Junta de Freguesia de Rabo de Peixe e muitas outras organizações sociais que não poderão ser postas de parte.

Firmemos um pacto de solidariedade regional.

Chegou a hora dos Açores - todas as ilhas, todos os concelhos, todos os açorianos - serem solidários com Rabo de Peixe.

Fala-se agora de um possível Plano Integrado para Rabo de Peixe

Que venha ele e que venha com uma dúzia e meia de milhões de contos da comunidade europeia.

Mas, no entretanto e enquanto não se vislumbra o rosto desse Plano, há coisas que têm que ser feitas. Já deviam estar feitas!

Ha, de facto, coisas por esclarecer!

Ha coisas que não compreendemos!

- Quem é que percebe, ou quem é que aceita o facto de em Rabo de Peixe não se ter construído uma única habitação para realojamento, quando em alguns outros concelhos:

- se constrói com facilidade!

- se anuncia a construção de 500 casas!

- se isenta de "plafond" uma autarquia!

- ou se aquecem piscinas municipais!

Alguém percebe que isto possa acontecer, quando numa freguesia como Rabo de Peixe, que necessita de 600 habitações para realojamento, nada se faça?

O que estará a correr mal na governação para que se note tamanha incapacidade operacional?

Alguém percebe, ou alguém aceita nesta sala, que, por exemplo o PROCOM, vertente urbanismo comercial, - um programa nacional com fundos comunitários para a modernização do comércio - não tivesse tido aplicação em Rabo de Peixe, com o argumento de que tal Programa só se aplicava a centros históricos de cidades e vilas, quando - pasme-se! - noutra concelho, rosa por excelência, foi estendido a uma freguesia tão distante ou mais distante até da sede do concelho, que Rabo de Peixe o é da cidade da Ribeira Grande.

- Que critérios?!

- Que transparência?!

É assim que vamos ajudar Rabo de Peixe?

Neste Governo, como estão distantes as teorias e as promessas, da sua prática política!

- Estas são apenas algumas dúvidas entre muitas outras que poderíamos aqui levantar.

Aqui, colocamos estas porque, se as fizéssemos por Requerimento, levar-nos-iam uma eternidade a responder e quando o fizessem não o fariam bem feito.

Para estas interrogações sobre Rabo de Peixe, independentemente dos rebuscados argumentos que aqui poderão exhibir, somos tentados a pensar que há em Rabo de Peixe um dado curioso que poderá justificar os deslizes deste Governo Socialista e constituir um disfarçado embaraço à sua governação.

- É que Rabo de Peixe continua a ser o maior produtor de citrinos dos Açores, com a agravante de que aquela terra e aquelas pessoas parecem continuar a prometer que as suas laranjeiras e laranjas vão continuar bem vivas, produtivas, nutritivas e aromáticas.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria esclarecer o Sr. Deputado Francisco Xavier que relativamente à intervenção que fez peca por um processo muito simples.

Rabo de Peixe não foi considerado no PROCOM porque não o quiseram. Se a Câmara Municipal da Ribeira Grande tivesse demonstrado interesse, se tivesse trabalho como trabalhou a Câmara da Lagoa com os comerciantes, com certeza que a Secretaria da Economia não poria qualquer entrave.

Apenas dissemos que é preciso demonstrar que Rabo de Peixe tem um centro histórico, tem monumentos, porque o PROCOM foi criado para centros históricos.

Era necessário demonstrar que havia municipalidade, como fez a Câmara da Lagoa. Demonstrar que havia um centro histórico e que havia concentração de comerciantes nesse centro histórico.

Nós estivémos abertos a todas as vilas desta Região. Umas aderiram, outras não.

Informamos todos os sítios, fomos aos diversos locais, fizemos reuniões com os comerciantes a pedido das Câmaras.

Eu estive na Câmara Municipal da Ribeira Grande, duas vezes reunido com os comerciantes. Nunca me foi colocado directamente o problema de Rabo de Peixe.

Se foi colocado a um técnico intermédio, deveria o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande ter colocado ao Secretário Regional da Economia. Deveria ter demonstrado claramente o interesse que tinha integrar Rabo de Peixe no PROCOM pois nesta zona haviam comerciantes interessados e haviam razões objectivas para que ele fosse aprovado.

Esse trabalho não foi feito.

É normal que um técnico superior diga — ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, ou a quem se dirigir a ele — que não vê que Rabo de Peixe tenha um centro histórico, que tenha monumentos suficientes para justificar que haja um tecido urbano naquela zona. Mas compete à Câmara Municipal velar pelos seus próprios interesses.

É a Câmara Municipal que tem de dizer se há pessoas interessadas, se existem ruas que podem ser consideradas para o PROCOM, para um projecto especial de urbanismo.

Assim fê-lo o Presidente da Câmara da Lagoa, não tenho culpa que o Presidente da Câmara da Ribeira Grande não o tenha feito.

Contudo, estamos abertos a considerar Rabo de Peixe para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, porque o PROCOM não acaba, vai continuar com o III Quadro Comunitário de Apoio, assim foi dito ao Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Existem também outras vilas desta terra que também, provavelmente, poderão ter hipóteses no III Quadro Comunitário de Apoio.

A Horta está a trabalhar para o III Quadro Comunitário de Apoio. Não há uma situação grave neste processo.

Se a Ribeira Grande conseguiu unir os seus comerciantes numa determinada zona, conseguiu trabalhar essa mesma zona e apresentar o seu estudo global a tempo, muito bem. Se Rabo de Peixe não conseguiu mobilizar as suas pessoas, ainda está a tempo de o fazer para III Quadro Comunitário de Apoio que vem aí.

Portanto, em Janeiro próximo já poderemos ter um PROCOM para Rabo de Peixe. Assim haja justificação para que isso aconteça, haja um número de comerciantes suficiente à volta de um determinado espaço, que têm minimamente um centro histórico.

Estamos abertos a isso, mas é necessário que as pessoas demonstrem que há esse centro histórico, que há pessoas e comerciantes interessados nisso.

Isso passa, como sabe, por um programa preliminar, com uma reunião com os comerciantes, depois passa por um estudo global e só quando se justifica que há um centro histórico, que há pessoas interessadas é que se pode fazer um projecto.

No caso de Água de Pau houve 73 comerciantes abrangidos e penso que 2/3 estão interessados em fazer projecto. Portanto em Rabo de Peixe é necessário a mesma coisa, se houver a mesma percentagem de adesão, óptimo, estamos encantados com isso. Não há nenhuma discriminação "rosa" neste caso. Tanto vamos à Ribeira

Grande, como vamos a Vila Franca, a Ponta Delgada, a Angra do Heroísmo, a todo o sítio, sempre que nos for possível.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar o Sr. Deputado que de facto houve aqui uma insinuação de discriminação "rosa", em relação a Rabo de Peixe e possivelmente em relação às "laranjas" de Rabo de Peixe.

Eu gostaria de dizer que em relação à minha Secretaria, não só apoiámos as "laranjas", como também os "laranjinhas", que estão à frente de cooperativas em Rabo de Peixe. Portanto, não vejo discriminação "rosa", absolutamente nenhuma.

Deputado Madruga da Costa (*PSD*): Laranjas é desse lado com o Sr. Artur Martins e Silva Melo que é Presidente da cooperativa!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda para esclarecer as "rosas" do Sr. Deputado Francisco Xavier.

Gostava de esclarecer em nome do Governo — não se encontra aqui quem o poderia fazer e certamente fá-lo-ia melhor do que eu, que é o Secretário da Tutela — uma questão em relação aos acordos que o Governo Regional vem celebrando, quer com as Câmaras Municipais, quer com o Instituto Nacional da Habitação.

Há todo um procedimento e todo um trabalho que tem de ser feito pelas Câmaras Municipais de acordo com a lei. Existindo esse trabalho e estando dentro das condições legais, obviamente esses acordos são celebrados, como tem sido celebrados com as Câmaras de Angra, Praia da Vitória, de Ponta Delgada ou de Vila Franca.

Portanto, como vê Sr. Deputado, eu vou relevar a sua intervenção como sendo extremamente interessante acerca do funcionamento da Câmara da Ribeira Grande.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Provavelmente há desinformação em relação a esta matéria, quer da sua parte, quer da minha.

Fiquei alertado para esta questão na sessão que tivemos os dois, na Câmara Municipal da Ribeira Grande, em que o senhor presidiu.

Quando o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande denunciou e lastimou publicamente esta situação, por que é que o Sr. Secretário não usou estes argumentos publicamente?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Apenas por delicadeza!

O Orador: Então use a mesma delicadeza aqui dentro.

Não estamos a falar de delicadeza, Sr. Secretário!

Não o disse lá em virtude de não ser o local indicado, porque talvez não estivesse a dar as informações correctas.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não temos que dizer tudo!

O Orador: Portanto, toda a informação que eu tenho não é neste sentido.

Das reuniões que houve com a Câmara e elementos do Governo, ou com técnicos, não sei propriamente quem esteve nessas reuniões, toda a informação que eu tenho vai no sentido de alguma desorientação neste sentido e a Câmara da Ribeira Grande foi apanhada de surpresa.

Quando Água de Pau foi submetida a este programa, foi uma surpresa para a Ribeira Grande, porque toda a informação era no sentido contrário, era de que não havia possibilidade de nenhuma outra zona.

Nós sabemos como é que se pode facilitar e como é que não se pode facilitar.

Em relação à habitação, Sr. Secretário, toda a gente está à espera que o Governo resolva as infraestruturas para depois se proceder à construção, pois foi o próprio Director Regional da Habitação que o disse publicamente.

Portanto, a "bola" está do lado do Governo e toda a informação que eu tenho, e que é pública, é que o Governo ainda não conseguiu fazer as infraestruturas. Naturalmente, terão as suas razões mas nós desconhecemos.

O que eu tenho de fazer aqui é apresentar e analisar o facto e pressionar também.

Os Deputados do Partido Socialista fazem de uma maneira, eu daqui faço doutra.

Eu julgava que o Sr. Secretário Regional do Ambiente, quando se levantou, ia falar da Lagoa de Santo Cristo, mas não falou.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Ouvi com alguma atenção a intervenção do Sr. Deputado Francisco Xavier, onde ele faz algumas reflexões sobre ambiente e outras também de causa social.

Há uma delas sobre ambiente que também me deixa preocupado, que é o caso da Caldeira de Santo Cristo, contudo foi pena não ter focado a caldeira do Corvo, pois realmente em ambiente é um problema bastante preocupante, Sr. Secretário e o Sr. sabe perfeitamente isso.

Numa das intervenções aqui proferidas sobre a caldeira do Corvo, uma das afirmações que o Sr. deixa no ar, é que tem dinheiro para enviar para os corvinos, para que se resolva o problema.

O Sr. sabe perfeitamente que não é isso que resolve o problema da caldeira do Corvo. Está na hora de se clarificar o que é que está feito ou o que é que falta fazer, se se vai reparar o caminho, para que se possa proteger as tão açorianas lagoas. Está no tempo de se saber o que é que este Governo vai fazer para que não se degradem mais as lagoas do Caldeirão, porque desta maneira Sr. Secretário o que estamos a fazer não é mais do que pôr ambiente contra ambiente.

Eu não sou técnico para discutir estas matérias, mas há uma coisa Sr. Secretário, eu lido há muitos anos com aquela natureza e sei perfeitamente que se poderia agir com medidas fáceis para que no futuro as lagoas não desaparecessem como estão a desaparecer, pelo menos uma delas. Se não se cortar as enxurradas que continuamente vão entrando, com a aproximação de um Verão seco, possivelmente deixaremos de ver uma das lagoas do Corvo.

Isto não pode continuar assim, Sr. Secretário. O Sr. tem de ter alguma explicação, porque tubo de ensaio durante dois anos é muito tempo. Está na altura de alguma coisa estar feita neste sentido.

De estudo em estudo, "enquanto o pau vai e vem", como diz o povo, "o mancebo vai descansando as costas", mas o que é certo é que as coisas não aparecem.

Gostaria que o Sr. Secretário me desse alguma explicação, mais concreta e clara, acerca das lagoas do Corvo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Xavier.

Eu soube pela primeira vez que havia a intenção de Rabo de Peixe querer fazer um PROCOM na procissão da Páscoa, quando fui ao lado do Sr. Presidente da Junta de Rabo de Peixe. Eu disse-lhe que isso era possível e ele perguntou-me se o Sr. Presidente da Câmara não tinha feito nada para isso.

O que eu lhe respondi foi que eles tinham de se unir, tinham de justificar que existia lá um centro histórico e um conjunto de comerciantes, junto ao centro histórico.

Agora já é um pouco tarde, porque como sabe as candidaturas terminam a 15 de Junho, mas podem trabalhar este processo para entrar no III QCA.

No caso da Horta vai acontecer, mas irá acontecer, provavelmente, com outras vilas que irão aderir ao III QCA.

Portanto, penso que está a tempo de Rabo de Peixe fazer isso, com calma, com união dos comerciantes, pois é necessário a adesão destes como houve na Ribeira Grande.

Eu, conjuntamente com o Presidente da Câmara da Ribeira Grande tivemos uma reunião com os comerciantes para explicar os objectivos do PROCOM. Nunca me foi solicitada nenhuma reunião em Rabo de Peixe, para essa finalidade e agora, quando já está tudo aprovado, pois o dia 15 de Junho é a data limite, o Presidente da Junta de Rabo de Peixe, lembrou-se de perguntar se haveria possibilidades de Rabo de Peixe ser inserido.

Há essa possibilidade e certamente terá ido falar como Presidente da Câmara Municipal e ter-lhe-á perguntado: "Mas então porque é que eu fui esquecido?" E de uma forma muito clara terá havido aquele discurso, que eu tive a delicadeza de não responder.

Foi assim que tudo aconteceu.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Sobre esta questão já não poderemos fazer mais nada.

O II QCA morreu aqui.

Rabo de Peixe não vai conseguir e esperaremos pelo III QCA. Para isso ficarei atento.

De qualquer maneira deixe-me dizer-lhe que este desconhecimento do processo que o Sr. Secretário revela, chama-me a atenção pois poderá haver forças, contra-forças ou contra-correntes, dentro do Governo, em relação a Rabo de Peixe.

Dá-me impressão que não acompanhou correctamente o processo e como ribeiragrandense até poderia ter facilitado e ajudado.

Não o fez, foi pena, pois perdeu uma óptima oportunidade ...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu estive lá três vezes!

O Orador: ... de mostrar que era ribeiragrandense.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A intervenção da Deputada Fátima Sousa, proferida nesta Assembleia, levantou uma série de questões, que eu considero importantes e fundamentais, que têm, de facto, de serem reflectidas nesta Assembleia.

Quero ainda acentuar que a parte preambular da intervenção do Sr. Deputado Francisco Xavier, deve fazer pensar esta Casa e inclusivamente as pessoas.

Eu sei que a intervenção dele, foi desaguar o caso concreto de Rabo de Peixe, mas tinha notas preambulares, que são, de facto, preocupantes.

Se calhar, pelo peso dos anos, eu gostaria de ficar apenas pelo que foi dito, sob o ponto de vista de terra, de mundo, de valores, de educação, de instrução, de vida nova, de mentalidade e de manutenção de valores, que são sagrados.

Quando hoje de manhã acordámos e ouvimos pela rádio uma notícia que dizia que numa escola americana, na "grande América", da fartura, da riqueza e da procura, dois alunos entraram numa escola — onde estavam os seus companheiros — armados de espingardas e cobertos de explosivos e mataram 25, feriram 20 e mataram-se a si próprios, esta notícia tende abalar uma pessoa, tende abalar um deputado.

Para que mundo caminhamos nós?

Para que terra caminhamos nós?

E esses milhões de crianças que nascem, o que será delas?

O que será do futuro?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós, muitas vezes pugnamos por casos concretos e protelares. É verdade!

É preciso mudar as mentalidades. É verdade!

É preciso instrução. É verdade!

Há muita gente instruída que não tem educação e há muita gente, pouco instruída, que tem educação.

Há valores que são sagradas, não podem desaparecer, e há um consenso que é fundamental.

A minha intervenção poderá ser fruto do peso dos anos que tenho, mas fiquei chocado.

Já que as intervenções do Sr. Deputado e da Sra. Deputada, levantaram questões fundamentais de valor da vida, eu não posso deixar de deixar nesta Assembleia, bem marcada e bem vincada a nossa posição.

O futuro vem aí, mas nós somos obrigados a prepará-lo, da melhor maneira possível, pois não sabemos o que irá acontecer.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de deixar ficar aqui algumas notas, em relação à intervenção do Sr. Deputado Francisco Xavier, nomeadamente na parte que se refere à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

A semana passada, como é do conhecimento do plenário, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, reuniu em S. Jorge e teve o privilégio de visitar aquela zona.

Penso que nenhum dos elementos da Comissão, que tiverem junto à Lagoa de Santo Cristo, saíram de lá sem terem ficado, razoavelmente, esclarecidos daquilo que pode acontecer, a muito curto prazo, aquela "jóia sagrada" do ambiente açoriano.

O Sr. Deputado João Greves, trouxe também aqui uma outra preocupação, que penso que deve ser preocupação de todos nós, porque quem já teve no Corvo e teve possibilidade de visitar o Caldeirão, sabe que se trata igualmente de uma "jóia sagrada".

Como, também o Sr. Secretário da Tutela não respondeu, à interpolação que lhe fez o Sr. Deputado João Greves, eu atreveria-me a interpolar também daqui, o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente, perguntando-lhe coisas muito simples muito concretas e muito reais, as quais passo a citar:

Neste momento, em relação à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, esta Lagoa tinha um guarda e deixou de o ter. A apanha de amêijoas está a saque sem qualquer controlo, nem a nível de quantidade, nem de qualidade, nem de tamanho, nem sequer do calibre da amêijoa.

Para além da natureza que vai fazendo a sua acção diária e constante, também a rapinagem do homem vai fazendo a sua.

A Secretaria da Tutela do Ambiente, até ao momento, não mexeu "uma palha" para resolver este grave problema.

Eu gostaria de perguntar, directamente, ao Sr. Secretário, se V. Ex^a. pensa resolver este problema. Se pensa quando o irá resolver?

Se é para o resolver daqui a 20, 30 ou 40 anos, não se preocupe com isso, porque nessa altura não irá ter nenhum problema para resolver.

Quanto à Lagoa do Caldeirão no Corvo, que como todos nós sabemos tem problemas de escoamento de águas, sendo ela a única reserva de água daquela ilha, eu perguntaria igualmente qual a intervenção que a sua Secretaria pretende fazer na área do ambiente, para tentar colmatar o problema do Caldeirão, no Corvo.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falaram-se aqui de diversas "jóias sagradas", do nosso arquipélago. Como é do conhecimento de todos a Graciosa também possui uma grande "jóia sagrada", que é nem mais, nem menos do que a Caldeira.

Como estamos aqui a falar de questões de ambiente, esta caldeira também está com problemas, problemas semelhantes aos de muitas outras zonas do nosso arquipélago, que nos parecem que urge resolver.

Anteriormente, ouvíamos dizer que as questões ambientais eram descoradas pelos anteriores governos, talvez com alguma ou toda a razão.

As lagoas de S. Miguel têm os problemas que têm, as das Flores, que aqui não foram faladas, têm os problemas que têm, já se falou do Caldeirão do Corvo, falou-se também da Caldeira de Santo Cristo e muito bem, mas eu gostaria de dizer que anteriormente o Partido Socialista, quando oposição, arranjava soluções milagrosas para resolver grande parte destes problemas.

O que é facto é que o Partido Socialista assumiu as funções governativas há dois anos e pouco e o que vemos é que as questões ambientais em vez de serem resolvidas parece que se agravam.

Pedi a palavra para falar nestas questões, porque, como já disse, a Caldeira da Ilha Graciosa, está a morrer. Já perdeu uma lagoa que existia a céu aberto e o volume de água na zona interior está a diminuir constantemente.

A Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa tem-se preocupado com esta matéria, daí que na impossibilidade de resolver sozinha toda esta questão — à

semelhança de outras questões que vai resolvendo para a nossa ilha e muito bem — pediu auxílio aos diversos governos regionais, ao anterior e a este.

Eu gostaria de perguntar aqui ao Sr. Secretário, que tutela esta área, quais as resoluções que já estão apontadas para resolver o problema da Caldeira de Santa Cruz da Graciosa?

Era esta pergunta que eu gostaria de deixar aqui, porque já foi feita a promessa de que iria ser feito um estudo.

Já existe esse estudo? Que soluções aponta?

Era a pergunta que queria colocar aqui.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As intervenções de alguns Srs. Deputados, nesta casa, sobre as lagoas, revestiram agora um novo tom, o tom do sagrado.

A "jóia sagrada" da Lagoa das Sete Cidades, "jóia sagrada" da Lagoa do Fogo, da Lagoa das Furnas, da Caldeira, do Capitão, ...

Deputado João Cunha (PSD): Olhe que a nossa já foi considerada uma das maravilhas do mundo!

O Orador: ... não faltam jóias sagradas por estas ilhas, pois temos uma paisagem muito rica e ecossistemas muito diversos.

Felizmente, a natureza tem ritmos e formas de se defender, porque se não as tivesse a catástrofe que agora se avizinha, sobretudo nas palavras de alguns Srs. Deputados nos dois últimos anos deste Governo — estas catástrofes aceleraram-se — estas lagoas em dois anos começaram a desaparecer, como por obra e graça talvez dalguma acção do divino.

Esta questão é muito séria e tem de ser abordada numa perspectiva...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sagrada!

O Orador: ...de conservação e gestão de recursos, com o auxílio de quem sabe da matéria. E quem sabe da matéria...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): A Universidade dos Açores!

O Orador: ... tem vindo a ser convidado a falar sobre ela e realizar estudos. A Universidade por exemplo está a realizar um estudo, no caso da Lagoa de Santo Cristo, nomeadamente o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Departamento de Biologia, aliás realizou-se promovido por nós com organização da sociedade Afonso Chaves.

Para que fosse uma iniciativa que depois não pudesse ser apodada de iniciativa do Governo e provavelmente mais tarde acusada de manipulada, convidou-se a sociedade Afonso Chaves, pois é uma sociedade independente...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Mas o que é que isso tem a ver!

O Orador: ... do ponto de vista científico com reconhecidos méritos, organizou esse Workshop, e de facto o que se retira desse relatório são duas coisas fundamentais: Em primeiro lugar, existem de facto diversos tipos de intervenções que poderão ser feitas, por exemplo na Lagoa de Santo Cristo.

Sobre esse tipo de intervenções, algumas de carácter mais pesado, a conclusão que chegam os técnicos é que não existe conhecimento científico suficiente da dinâmica dos movimentos hidrográficos naquela costa, que possam consolidar um projecto que tenha princípio, meio e fim ou cabeça tronco e membros, mas poderá haver eventualmente intervenções de carácter pontual.

Aliás, já disse aqui nesta Casa que estava disponível e a própria resposta dos "Amigos da Caldeira", que aliás foi para a comunicação social, antes de chegar à Secretaria, é também um contributo, no sentido de identificar algumas funções pontuais, enquanto não se avança para uma outra questão, que eu também volto a repetir nesta Casa, que é a questão do ordenamento daquela orla, ou seja, a orla costeira de S. Jorge e também a questão do ordenamento das Fajãs.

Isto não se resolve de um momento para o outro, vamos começar por lançar o concurso público para o plano de ordenamento da orla costeira.

Também quero lembrar aqui que, independentemente, de todos os desastres que têm vindo a acontecer, não existia nenhum plano de ordenamento da orla costeira e, de facto, neste momento, estamos a avançar com vários e esperamos ter, no próximo QCA, uma grande área já coberta, em termos das costas desta ilha, para que possamos ter instrumentos reais de ordenamento e ter também capacidade de intervir

em termos da gestão do litoral, não só a gestão do litoral em S. Jorge, na Terceira ou em S. Miguel, mas uma visão de fundo.

No que respeita ao Corvo — e porque são as duas únicas que têm merecido sucessivas intervenções dos Srs. Deputados — eu quero dizer que não sei se a visão catastrófica do Sr. Deputado João Greves também se vai realizar, até porque segundo me parece e acho que foi o Sr. Deputado que me informou na última visita que fiz ao Corvo, ele próprio tinha conjuntamente com outros membros da comissão de baldio, procedido a uma intervenção e essa intervenção levou à colmatação de uma racha que tinha de certa forma impedido, porque a razão principal do escoamento era a existência daquela racha.

Foi o Sr. Deputado que me explicou e portanto não vejo a relação entre o escoamento e o caminho, o que eu vejo é que é mais difícil transportar coisas lá para baixo.

De qualquer forma é um custo que vale a pena incorrer no sentido de preservar aquela jóia sagrada, como descreveram em relação a outras lagoas.

No que respeita à Graciosa, peço desculpa mas não tenho conhecimento de nenhum pedido que tivesse dado entrada na Secretaria. De qualquer forma tomarei devida nota e procurarei ver se esse pedido existe e quando é que deu entrada, provavelmente o Sr. Deputado saberá a data em que entrou.

Sobre as lagoas vamos ser muito claros. As questões das lagoas prendem-se com a evolução de ecossistemas e sobretudo com a evolução do tipo de ocupação do território que temos vindo a fazer.

Essa ocupação do território não ocorreu nos dois últimos anos com este Governo, não ocorreu nos anteriores quatro anos com o anterior Governo. Estas mudanças na utilização do território ocorreram ao longo de décadas. O que nós estamos a assistir é ao efeito cumulativo de todas essas alterações.

Portanto, vamos ser muito directos, não vamos ser demagógicos, não esperem — por muitas boas acções que este Governo pode fazer e tem intenção de as fazer, ou por muitas boas acções que um próximo Governo venha fazer — por uma reversão deste fenómeno a curto prazo ou a médio prazo, porque é um fenómeno de longo prazo, ou seja a questão de fundo tem de ser colocado no ordenamento e isso leva muito tempo.

Quando nós falamos — e ainda outro dia eu falava em público, sobre a questão da eutrofização das lagoas de S. Miguel, ou de outras, como a das Furnas ou das Sete Cidades — estamos a falar de medidas que são sugeridas, e que hoje em dia são do senso comum, são medidas de ordenamento e de florestação.

Nós, neste momento, por exemplo nas Furnas já temos 60% da área de reserva florestada, falta muito pouco para atingirmos os 100 %, bastam apenas duas propriedades. Mas no dia em que atingirmos os 100%, eu estaria a mentir a esta Casa se dissesse que no dia seguinte a eutrofização estaria a regredir. É mentira, porque nós sabemos que uma árvore não demora uma legislatura para crescer, demora muito mais do que isso, as alterações em termos de descargas de nutrientes, também não se alteram a curto prazo, a não ser que queiramos erradicar completamente a actividade humana desta nossa paisagem. Mesmo assim, a evidência científica prova que mesmo que se erradicassem os humanos e a actividade agro-pecuária de algumas destas áreas, o nível de descargas de nutrientes provavelmente não sofreria as alterações que algumas pessoas pensam.

Há estudos e testes feitos por diversas universidades, não só pela Universidade dos Açores, que provam que do ponto de vista de funcionamento dos ecossistemas os próprios sistemas naturais têm descargas destes nutrientes. Portanto, não seria uma solução dessas que acabaria por resolver este problema.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Então qual é a solução?

O Orador: Nós temos de ter a noção real das coisas.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Isso é demagogia!

O Orador: É evidente que todos nós nos sentimos tentados a fazer política partidária. Agora temos também de ter a seriedade de dizer que este é um problema real, que pretendemos resolver porque amamos a nossa terra, as nossas ilhas e esse problema real resolve-se não com medidas atabalhoadas, ou com pressa, porque muitas vezes temos a intenção de fazer algo de bem e com a pressa estragamos.

Vamos deixar de fazer demagogia à volta disto. Vamos todos trabalhar — eu penso que todos os Srs. Deputados têm interesse e a forma como trazem a esta Casa estes temas prova o interesse e o amor pelas suas ilhas — para resolver este problema pela forma séria.

É este o apelo que faço aos Srs. Deputados.

Se estiverem dispostos a trabalhar têm deste lado, do lado do Governo, quem vai trabalhar com vocês.

Agora, vamos parar de fazer isto, pois não faz sentido absolutamente nenhum, não acrescentamos um décimo sequer cada vez que discutimos da forma como estamos a discutir nesta Casa estes problemas. Apenas cansamos a opinião pública e mais do que isso estamos a prestar um mau serviço.

Nós o que queremos é que as pessoas se preocupem com o ambiente. Portanto, não as cansemos com discussões deste tipo.

Desculpem este tipo de intervenção, mas tinha de ser feita porque já falámos diversas vezes e eu diversas vezes nesta Casa procurei abordar, de uma forma que eu considero que não é partidarizada, que eu pretendo que seja desapaixonada, pois se os problemas existem...

Deputado João Cunha (PSD): Estamos aqui a falar neles é para se trabalhar, não é para se brincar!

O orador: ... então vamos trabalhar nesse sentido.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Muito obrigado Srs Deputados.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Só mais uma abordagem a este debate.

Em primeiro lugar quero dizer ao Sr. Secretário que para mim as lagoas não são sagradas. Sagrado, quanto a mim, é algo muito mais importante.

Quanto ao plano catastrófico que o Sr. disse que eu colocava aqui, realmente é a realidade Sr. Secretário!

Quando o Sr. esteve lá o plano já era catastrófico, embora tenha melhorado alguma coisa com a intervenção dos corvinos, pois nessa altura já tinham tapado a fissura que lá estava aberta.

Mas há um quadro catastrófico que os corvinos não conseguem controlar, ou seja, o problema do desaçoramento.

Até vou mais além, embora seja matéria complicada pois o açoramento amanhã — o Sr. sabe melhor do que ninguém — vai fazer a eutrofização Sr. Secretário. A gravidade do problema está aí, porque aquilo é um nutriente natural que está entrando para ali.

Eu sei que o Sr. Secretário irá dizer-me que aquilo é o encabeçamento do gado, mas o Sr. sabe perfeitamente que o encabeçamento das lagoas é muito mais, atendendo às cabeças de gado que existem no Corvo.

Hoje existem mais ou menos mil cabeças de gado no Corvo, para apascentar naquela ilha toda, só há uma parte que está junto às lagoas, essa parte aliás não pasta lá durante todo o ano. Há variação de pastoreio lá.

Antigamente havia um encabeçamento muito maior, não de gado bovino, mas de gado lanígero e, em meu entender, o excremento desse gado era muito mais fertilizante do que o dos bovinos e nunca se notou a eutrofização.

O senhor sabe perfeitamente que um dos problemas que terá de ser resolvido é tentar tirar o açoramento de lá para fora, e isso resolve-se facilmente porque as lagoas estão rodadas praticamente pela sua natureza. Há só um ponto baixo em que o açoramento entra lá e acho que é muito fácil achar a solução para este problema, basta fazer um dique em pedra natural.

Tem de se dar uma explicação a estas pessoas para elas perceberem o que é que se está a dizer aqui.

A realidade é esta. Eu tenho pena que os Srs. Deputados não se desloquem ao Corvo para se inteirarem do que se passa lá, para de uma vez por todas se resolver este problema.

Contudo, há uma coisa que me deixa satisfeito, que é o facto do Sr. Secretário dizer que realmente valerá a pena o investimento que irá fazer na reparação do caminho. O Sr. sabe perfeitamente que enquanto não fizer aquele caminho não terá possibilidade de travar as enxurradas nas lagoas do Corvo.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Apenas para lembrar que fiz uma intervenção há algum tempo nesta Assembleia, relacionada com a Lagoa da Caldeira da Graciosa, e tenho a informação, embora verbal, que em breve a Sra. Directora do Ambiente, acompanhada por técnicos, irão à Graciosa com a intenção de contactar directamente com uma realidade que existe na Lagoa da Caldeira há 30 anos.

Disse.

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. Secretário não sabe isso!

O Sr. Deputado é que deveria ir para Secretário!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs.

Membros do Governo:

Em relação aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, pela parte que me toca, não trago os problemas da Caldeira de Santo Cristo, ou de outra área qualquer do ambiente, de forma atabalhoada.

Não há atabalhoamento nenhum ao dizer e provar que é verdade que neste momento a apanha de amêijoas na lagoa da Caldeira de Santo Cristo, é indiscriminada e não existe lá um guarda.

Isto não é trazer problemas de forma atabalhoada. O Sr. Secretário — e peço-lhe desde já desculpa — é que ainda não teve a capacidade de resolver este problema.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Uma zona de área ecológica especial, com um regulamento próprio para apanhar e classificar as amêijoas, neste momento está, pura e simplesmente, abandonada ao vandalismo.

Ora, se isto é atabalhoamento da parte dos Deputados, Sr. Secretário, eu não o compreendo como tal, como também isto não é fazer demagogia!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Exactamente!

O Orador: Não é fazer demagogia comprovar factos verdadeiros que estão a acontecer!

Demagogia era quando V. Ex^a. estava aqui deste lado e dizia que estes problemas se resolviam de um dia para o outro e o que não havia era vontade política de os resolver.

Isso é que era demagogia Sr. Secretário!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se o Sr. Secretário tiver a preocupação de ir verificar, na intervenção que fez, depois de ter ido na Comissão de Economia, Finanças e Plano, da qual eu também fazia parte, à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, V. Ex^a. vai ver a qualidade da demagogia de então e a qualidade da demagogia de agora.

O Sr. pode confrontar essa sua demagogia da época, com a minha demagogia actual.

V. Ex^a. também sabe que não é apenas hoje que eu defendo aqui a Caldeira de Santo Cristo, nessa altura eu já a defendia com o mesmo carinho, o mesmo interesse que a defendo hoje e irei continuar a defender, Sr. Secretário.

Portanto, não andamos aqui a criar problemas, em volta do ambiente, nós conhecemos e sabemos que os ecossistemas são sensíveis, têm as suas particularidades, mas também sabemos que em termos de ciência, há a ciência pura e a ciência aplicada.

O Sr. Secretário, tal como os anteriores...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Que eram piores!

O Orador: ... que tiveram responsabilidades nesta matéria, orientavam-se pelos cientistas puros, por aqueles cientistas que estão sentados num gabinete, na frente dum computador, atrás de um microscópio e que resolvem muitos problemas, fazem muitas teses brilhantes, mas depois quando as aplicam na prática, elas muitas vezes não resultam. Por isso é que há a ciência aplicada, e é necessário passar para a prática, para a experimentação.

É assim que funciona a comprovação da ciência pura, Sr. Secretário.

Portanto, em termos ambientais as duas coisas têm de estar relacionadas, porque senão o cientista puro é um paralítico e o cientista prático é um cego e entre os dois não há muita diferença. Do resultado do trabalho dos dois é que pode originar um bom trabalho.

Agora, no caso da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, temos de nos entender de uma vez por todas. É um risco que se tem de correr, ou arriscamos a perder a Lagoa ou arriscamos a conservar a Lagoa e a mantê-la, conforme ela está.

A decisão é sua, neste momento, Sr. Secretário!

A responsabilidade é sua e isto não é demagogia!

Nós compreendemos que se corre um risco, mas a decisão é sua.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs.

Membros do Governo:

Este debate, na verdade, é deveras esclarecedor apenas sobre uma questão, a do ambiente.

O Sr. Secretário de Ambiente, afinal não sabe nada, nem sabe que uma Sra. Directora está para ir à Graciosa. Isto é lastimável!

Que o Sr. Secretário não saiba de muita coisa é lastimável, só que aqui ficou bem esclarecido que o senhor não sabe e talvez nem quer saber.

Sr. Secretário, eu lamento ter de lhe dizer isto, mas o Sr. esquece-se de coisas porque quer, porque se o Sr. Secretário tivesse visto na programação da visita à Graciosa, do último ano, a resposta ao ofício nº. 243 da Presidência do Governo, o Sr. teria de certeza visto que lá vinha uma questão se se pretendia ver tratada, como foi tratada e apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de trabalho que teve com o Governo Regional em Santa Cruz da Graciosa.

Não se recorda disto Sr. Secretário? O senhor não se recorda porque não quer.

O Sr. não se recorda porque não tem soluções. Uma das soluções que o senhor apontou lá, sabe qual foi? Eu sei e vou-lhe avivar a memória.

Foi distribuir papeis na superfície da água da Lagoa interior para ver para onde a água fugia.

O senhor Não se recorda disto?

Mais: há muitas coisas que em ambiente o senhor não quer ver tratadas. Houve mais coisas que lhe foram apresentadas em matéria de ambiente tal como foram apresentadas em matéria de pescas, na reunião do Governo Regional na última visita à Graciosa.

O senhor recorde-se por exemplo do porto Afonso da ilha Graciosa, o qual o senhor não sabia onde ficava, mas felizmente efectuou uma visita para ver onde ficava esse mesmo porto. Ainda bem que isso aconteceu!

Sr. Secretário não venha mais dessa forma para o Plenário demonstrar que afinal não percebe nada destas coisas. É triste para o Governo ter um membro destes!

Muito obrigado.

Presidente: Vamos agora fazer um pequeno intervalo de 15 minutos.

(Eram 11 horas e 55 minutos).

Presidente: Srs. Deputados agradeça que retomassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 10 minutos).

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Por vezes o discurso, a retórica, o palavreado, embebedam os mais sóbrios, adormecem os mais atentos, e, em alguns casos, chegam mesmo a convencer os mais esclarecidos e informados.

Mas o dia a dia dos Açorianos não se faz de palavras. O desenvolvimento não se obtém da crítica fácil nem da doutrina do mal dizer.

O nosso processo de desenvolvimento não se compadece, nem admite demagogias e muito menos aparecimentos vãos e preocupações esporádicas cujas reais intenções e objectivos são claramente desvalorizar a obra feita, dificultar quem trabalha e muitas vezes branquear o passado.

Isto porque não nos podemos deixar entontecer pelo discurso de uma oposição que exige hoje o que nem conjecturava no passado, que diz que este governo faz o que

ela programou no passado, mas não diz que este governo executa aquilo que ela sempre se esqueceu de fazer ou que nunca conseguiu concretizar.

Apenas quando se torna inevitável é que faço comparações com o passado, e raramente o faço por gosto, até porque este governo já está em exercício há mais de 2 anos e também porque considero que se o Partido Socialista ganhou as eleições e formou governo, foi porque os Açorianos o entenderam como o mais capaz, o mais apto e, - por que não? -, o mais conveniente.

Só que senhoras e senhores deputados, fico preocupado e apreensivo quando se começa a perder a noção do que se faz e do que se fez, do que se promete e do que se prometia, do que se pretende e do que se pretendia.

Com o discurso desta oposição ficamos sem saber se o que este governo faz, é bom, se é muito bom, se é razoável, ou mesmo se é mau, porque nada satisfaz esta oposição.

Se este governo faz baixar as tarifas aéreas inter-ilhas mais de 17%, esta oposição diz que deveriam descer 20 ou mesmo 30%, mas faz por esquecer que no passado sempre as aumentaram.

Se este governo consegue dar novas asas à companhia aérea regional e ao mesmo tempo reduzir as tarifas com o Continente de 44 mil escudos para 32 mil escudos, esta oposição diz que faltaram os não residentes ou que a estratégia da SATA veio condicionar alguns voos inter-ilhas, mas faz por esquecer que no passado as tarifas sempre aumentaram e a SATA não tinha estratégia.

Se este governo promove o abaixamento da energia, que atingira em termos médios os 30% no ano 2000, esta oposição vem dizer que é uma imposição da União Europeia, mas no passado que me recorde, com excepção da mudança da hora, nunca se verificavam estas estranhas imposições da então Comunidade Económica Europeia.

Se este governo decide encetar um plano de recuperação de estradas, por exemplo numa ilha mais carenciada, esta oposição vem dizer que essas estradas que hoje se constroem e recuperam, foram programadas por ela, mas faz por esquecer que algumas estavam projectadas há mais de 10 anos e fazem por esconder os seus receios de que levariam outros 10 a serem executadas.

Se este governo nunca antes consegue orçamentar planos expressivos e avultados, como se verificou na Região, a que mais tarde vieram corresponder taxas de execução inesperadas e surpreendentes, esta oposição vem dizer que o dinheiro é porventura mal gasto, mas faz por esquecer os seus escassos e esmirrados planos, com taxas de execução que por vezes não chegaram a atingir os 90%, e especialmente faz por disfarçar a desastrosa e mesmo ruínoza gestão do orçamento e plano de 92.

Se este governo faz funcionar na região o regime do gasóleo agrícola, promovendo inclusivamente a redução do seu custo, esta oposição não diz nada, mas devera seguramente lamentar-se porque não o fez ela.

Se este governo ao abrigo da lei de finanças das Regiões Autónomas negocia a dívida acumulada da Região no valor de mais de 100 milhões de contos, esta oposição vem dizer que o endividamento daqui para o futuro é muito grande, mas faz por esquecer que esta era a sua dívida e que nunca a resolveram.

Esta oposição sempre faz por esquecer o que não lhe convém e vive presentemente os pesadelos da real concretização dos seus sonhos, que no passado não foi capaz de realizar.

Eu diria que esta é uma oposição alarmista e derrotista, que vive da suspeição, na dúvida e do mal dizer, que contracena com um governo de trabalho, de coragem, ousado e consciente.

É assim esta oposição e assim será sempre.

Não é que este governo não tome medidas boas para os Açores, é que esta oposição só sabe criticar.

Uma ma oposição torna-se indiferente a um bom governo.

Ao contrario daquilo que diz naturalmente esta oposição, esta não é uma boa oposição e este um mau governo, eu diria antes esta é uma oposição que nunca daria um bom governo.

Hoje põe-se em pratica o que no passado ninguém supunha tão pouco ser possível exigir-se e passou-se a exigir não o que se prometeu, mas o impossível, por vezes o inadmissível e muitas vezes o irrealizável.

É esta análise de confronto, entre o passado e o presente, que por vezes tem de ser feita.

As manobras de diversão e as artimanhas políticas que, podendo ter algum impacto ao nível da opinião pública, nunca, de certeza, promoverão o verdadeiro desenvolvimento das nossas ilhas.

Não é minha intenção diminuir, nem questionar o que foi feito pelos governos do PSD, mas também não permitirei que passem em claro observações e comentários depreciativos e desvalorativos daquilo que tem sido histórico para o desenvolvimento desta Região e benéfico às nossas gentes.

E neste sentido os números, os factos e as realidades são claros e as condutas e os comportamentos evidentes.

Por exemplo os governos do PSD sempre usaram os quadros comunitários de apoio como um trunfo das suas campanhas eleitorais, no sector agrícola só investiram com alguma dimensão e importância, nos anos das eleições.

Com o governo do PS não é assim.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixemos para trás as críticas, os reparos e os elogios e falemos daquilo que esta hoje na ordem do dia, já decidido ou em vias de o ser, no âmbito das negociações da reforma da política agrícola comum e do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e insularidade dos Açores e da Madeira.

Ao contrario do que dizia a oposição num cenário de extremo e desmedido alarmismo, no que se refere ao POSEIMA este governo sabe o que quer, o que lhe falta e a onde pretende chegar, como demonstra o documento entretanto chegado a esta Câmara.

Quanto ao POSEIMA agricultura as pretensões e as necessidades da Região resumem-se em poucas palavras e em curtos discursos.

Alargamento e reforço do regime específico de abastecimento no que concerne ao aprovisionamento em cereais, arroz, açúcar e reprodutores de raça pura.

Introdução de novos produtos neste regime com vista a colmatar essenciais necessidades do consumo e da indústria local, designadamente o lúpulo, azeite e sumos de fruta concentrados.

Ajudas aos produtos vegetais nos sectores das frutas, legumes, flores e plantas nas vertentes de produção e circuitos de comercialização.

Ajudas à beterraba sacarina, tabaco, batata de semente, chicória, vinha e ananás.

Apoios à transformação da beterraba sacarina, produção de óleos vegetais, envelhecimento dos VLPQRD dos "Biscoitos" e "Pico", armazenagem do queijo de São Jorge e Ilha e finalmente ajudas às produções animais, designadamente manutenção do efectivo de vacas leiteiras, complemento ao prémio às vacas em aleitamento e à engorda de bovinos machos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de falar da reforma da política agrícola comum no contexto agenda 2000, parece-me importante fazer uma breve avaliação do impacto do II quadro comunitário de apoio, visto que termina no final do presente ano.

Para isso é necessário avaliar o sector agrícola que tínhamos em 1994 e o que temos agora, mesmo com alguns investimentos por concluir no âmbito do PEDRAA II.

Deste modo e sucintamente e face aos elementos disponíveis, em 94 a produção de leite era de 340 milhões de litros, hoje é superior a 420 milhões, os índices de mecanização agrícola passaram de 9,3 para 11,8, a dimensão média das explorações de 5,5 hectares para 6,3, o numero médio de vacas leiteiras por exploração de 12,6 para 16,1.

Já se melhorou, mas ainda não o suficiente nem o necessário.

Só fazendo esta análise, só considerando os ritmos de investimento do II quadro, só avaliando a situação de "overbooking" em que nos encontramos é possível estimar as nossas necessidades de financiamento.

Assim, tendo em conta que o ritmo de investimento anual médio se situa nos 5 milhões de contos e considerando as intenções de investimento em carteira, o montante da despesa publica da medida agricultura do próximo quadro comunitário de apoio deveria rondar os 35 milhões de contos.

Para além disso a agricultura Açoriana, necessita:

Considerável reforço da sua quota leiteira, agora que a reforma do sector do leite foi adiada para 2005, processo no qual devera envolver-se o governo regional e as estruturas representativas do sector.

Aqui devera funcionar a solidariedade nacional, dado que o pais não fez exigências em termos de aumento substancial da sua quota até porque a produção nacional esta aquém do valor de referência.

A própria CAP não considerou importante o aumento da quota nacional, dado que esta ainda se encontra numa situação de disponibilidade.

Cabe agora ao governo regional sensibilizar o governo da republica para a situação em que nos encontramos e aos elementos representativos da lavoura Açoriana com assento nos órgãos directivos da CAP convencer e persuadir os dirigentes nacionais para a nossa realidade .

Sem quota leiteira deixa de existir objectivo de produção, sem quota leiteira praticamente não ha investimento.

Esta é um a situação com repercussões importantes, especialmente na agricultura de São Miguel e Terceira.

Por outro lado é forçoso o aumento do numero de direitos nos que se refere a vacas aleitantes, essencial para aquelas ilhas que praticam uma agricultura mais extensiva como o Pico ou as Flores.

A região não é agricolamente homogénea e tem exigências, dificuldades e necessidades diferenciadas entre grupos de ilhas.

Ha que rapidamente estabelecer a certificação da carne Açoriana, atestando o que se produz, onde se produz e como se produz, controlando deste modo a verdade do que se rotula.

Estes são os objectivos que considero mais importante atingir neste momento, visto que estão confirmados e nalguns casos intensificados grande parte dos apoios ao rendimento.

Asseguradas estão também a quase totalidade das medidas ou mesmo o seu alargamento no que se refere aos regulamentos de acompanhamento da política agrícola comum, designadamente, a cessação da actividade agrícola, as medidas agro-ambientais e a florestação de terras agrícolas.

A agricultura nos Açores tem de passar a ser vista como um negocio, um serviço e sempre como uma arte.

Cabe ao governo no novo quadro comunitário, criar as medidas, disponibilizar os incentivos e orientar as políticas.

Cabe aos agricultores decidir que modelo de exploração melhor se adequa ao seu modo de produção, utilizando de forma racional os recursos naturais, mantendo a biodiversidade e os habitats, de forma a que sejam agentes de uma agricultura sustentável

Cabe também aos agricultores produzirem alimentos protectores da saúde, com especificidades próprias, isentos de resíduos químicos e mantendo qualidades do passado.

Cabe finalmente aos nossos agricultores e a todos nos, aproveitar esta ultima oportunidade e beneficiar da próxima conjuntura.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo).

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer algumas referências.

Em relação às nossas posições, como oposição, elas são legítimas e pertinentes, cabe-nos e temos a obrigação de chamar a atenção deste Governo, para aquilo que ele se comprometeu e não consegue cumprir.

Alguns não estavam nesta Casa, na última legislatura, mas eu tive a oportunidade de cá estar, de acompanhar as posições do então Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do ex-Deputado Fernando Lopes.

Para quem teve a oportunidade de participar na última legislatura desta Assembleia, fica abismado com afirmações que têm sido aqui feitas, por exemplo ainda hoje em relação a questões ambientais. É uma autêntica vergonha!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Outra vez!

O Orador: Em relação a matéria agrícola que foi abordada, Sr. Deputado Élio Valadão, gostaria de dizer o seguinte:

Um Governo que se comprometeu a mudar, mudar para melhor, aquilo que também nós reconhecemos que estava mal, e não o consegue fazer, deve levar desta oposição o nosso voto de protesto, deve levar as nossas referências e toda a gente deve contar connosco para que tal não aconteça.

É também uma vergonha o que se tem passado com os projectos de investimento, que o Sr. Deputado Élio Valadão se esqueceu de referir.

A única reivindicação clara que aponta na sua intervenção é a que diz respeito ao reforço da quota leiteira. Se assim é já estamos descansados, o Sr. Secretário Regional já disse que produzam mais que não há problemas, porque a quota leiteira está assegurada.

Nós estamos tranquilos em relação a essa matéria, porque existem muitos projectos de investimento que aguardam, precisamente, quota leiteira desde 1995.

Em relação ao POSEIMA, ontem foi remetido aos Srs. Deputados da Comissão um documento da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas cujo título é "Memorando relativo à revisão do POSEIMA":

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional, qual a data deste documento, quando é que foi remetido à Direcção Geral da Agricultura, porque parece-me conhecer este documento de datas muito anteriores.

Faço referência logo ao primeiro parágrafo que diz: "O presente documento resume uma apreciação relativa à aplicação do POSEIMA até ao presente". Só há referências até 1994. Onde estão os elementos até 1998? Onde estão os elementos de 95, 96 e 97?

É óbvio que se constassem deste documento reflectiriam o que se tem passado no POSEIMA nos últimos anos e era precisamente sobre essas matérias que havia remetido um requerimento ao Governo Regional, para solicitar que posições tomou este Governo desde Novembro, eleito em 1996, sobre essas matérias?

Este Governo não tomou medidas sobre essas matérias, por isso não pode documentar os Srs. Deputados desta Assembleia sobre os mesmos assuntos.

Essa é a verdade e infelizmente conseguimos confirmar isto pelo documento que foi distribuído.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs.

Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Quanto à questão da quota leiteira, como o Sr. sabe, o único reforço que se verificou em termos da reserva regional, foi conseguido por este Governo.

Que eu tenha conhecimento, não há nenhum pedido de quota de 1995, inclusivamente posso avançar-lhe com os números dos pedidos de quota que existem neste momento.

Existem pedidos de quota para os seguintes projectos:

IFADAP:

— 1998 - 114 projectos, 13 milhões de litros de leite;

— 1999 - 17 projectos, 1,5 milhões de litros de leite;

- PEDRAA - 3 a 4 milhões;

- Pedidos de aumento de quota não inseridos em projectos de investimento - 165 candidaturas de 1998, 5 milhões de litros; 17 candidaturas de 1999, 1 milhão de litros de leite.

Isto quer dizer que a Região está em déficit em termo de quota leiteira, num valor superior a 20 milhões de litros.

É isso que o Governo se comprometeu resolver, é isso que o Governo vai fazer.

Em relação aos projectos de investimento, como eu tive oportunidade de dizer, este Governo tem investido muito mais na agricultura do que qualquer um dos Governos do PSD.

Este Governo em apenas dois anos já aprovou mais projectos de investimento do que os dois Governos da anterior legislatura.

Portanto, eu penso que este elemento é bastante relevante e bastante significativo.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs.

Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Élio Valadão, principalmente a primeira parte, suscitou-me algumas observações que eu gostaria de partilhar com esta Assembleia.

Queria em primeiro lugar, saudar a RDP, pelos programas que está a levar a efeito, todos os dias, fazendo o levantamento do que era a Região Autónoma dos Açores, em 25 de Abril de 1974.

Sugeria que os Srs. Deputados do Partido Socialista, talvez aqueles mais novos — porque admito que todos os outros tenham um conhecimento tão profundo ou até mais do que eu, do que era a realidade dos Açores nessa altura — que ouçam esses programas. Terão a percepção do que eram os Açores em 1974, terão a percepção do que são os Açores em 1999. Verão que 20 anos desse percurso é obra do PSD.

Não vale a pena fazer oposição à oposição, isso revela um grande nervosismo da vossa parte.

(Risos da bancada do PSD)

A Oradora: A verdade, é que ainda hoje de manhã, no programa da RDP, se dizia que os alunos do Nordeste iam a casa na Páscoa e no Natal.

Alguém se lembra disso?

Alguém se lembra que as nossas freguesias não tinham água canalizada? Não tinham electrificação? Lembram-se disso?!

Não havia estradas, não haviam portos, não haviam aeroportos, não havia aviões, não havia a modernização que existe hoje na agricultura, não haviam caminhos de penetração.

Parece que aterraram em 1996, nos Açores. Esqueceram-se que há um percurso e tudo tem o seu tempo e a sua oportunidade.

Estão a fazer aquilo que é da vossa obrigação, no momento em que são Governo e cada um fez aquilo que era da sua obrigação no momento em que tiveram as mesmas responsabilidades.

Os tempos, as condições e as circunstâncias não são comparáveis e se o PSD fosse Governo estaria também a baixar as tarifas...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS).

A Oradora: Estaria também a baixar a electricidade, estaria também a investir na agricultura..

(Apartes inaudíveis da bancada do PS).

A Oradora: Não tenham dúvida nenhuma.

Quem fez por esta Região, aquilo que está feito e que quem tem memória se recorda, com certeza que também saberia fazer aquilo que os Srs. estão a fazer agora.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Aliás é o mais fácil, porque o mais difícil foi começar do nada e nós começámos do nada.

Eu não ia fazer esta intervenção aqui, mas depois das considerações preliminares ...

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: ... era impossível deixar de a fazer, porque é preciso relembrar quem se esqueceu e é preciso dizer a quem não conheceu, por razões de idade, e isso não está aqui em causa.

Portanto, vamos ter aqui mais cuidado nestas coisas, porque de facto não estão a fazer mais do que aquilo que é a vossa obrigação.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Aliás, ainda ontem o Sr. Secretário da Economia apresentou aqui elementos, sobre os tarifários e ele próprio reconheceu que em 1996 já se deu a inversão da tendência, quer nos transportes, quer na energia.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Apenas para que referir que em todos os Governos anteriores ao do Partido Socialista, foi aprovado nesta Assembleia um Orçamento e um Plano que sempre cresceram nos seus montantes globais.

Afirmar que há mais dinheiro no Plano e Orçamento a cada ano que passa, assim acontecerá, felizmente, nos próximos anos, seja qual for o Governo da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Élio Valadão (PS): A diferença é substancial!

O Orador: Em relação aos investimentos na agricultura, o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, que os números que apontou, a mim nada me dizem.

O Sr. contacte com as organizações de agriculturas, fale com os agricultores pois esses números e a sua argumentação não batem certo com a realidade da agricultura açoriana, neste momento.

Há atrasos substanciais, quer em termos de investimento público, quer em termos de investimento privado.

Abandonou-se a estratégia do passado em relação aos investimentos nos perímetros de ordenamento agrário, porque se entendia que se deveriam iniciar investimentos em todos os perímetros, em todas as ilhas dos Açores.

Onde é que está a obra?

A obra não está feita. Só se falam em projectos, não há obra feita.

Em relação aos projectos de investimento privado há sérios atrasos. Quando me refiro a investimentos privados estou-me a referir aos agricultores que deram entrada a projectos de investimento para a modernização das suas explorações e que continuam a ver a sua apreciação e a sua aprovação, com atrasos superiores a dois anos.

Não há nenhum outro sector da economia açoriana, que veja as suas candidaturas, os seus projectos de investimento a serem apreciados e aprovados, com os prazos que se verificam na agricultura.

É, de facto, uma vergonha que urge corrigir.

Essa é a realidade, é preciso falar com os empresários que estão a ser seriamente penalizados, porque esses sabem a verdade.

Em relação aos apoios ao rendimento, que também o Sr. Deputado Élio Valadão referiu na sua intervenção, pela primeira vez tivemos indemnizações compensatórias a serem pagas no mês de Fevereiro. Isto é inadmissível.

Não é possível aceitar que o sector esteja melhor com este cenário, com aquilo que tem acontecido.

Há uma situação de conjuntura que tem a ver com a redução das taxas de juro, que tem criado a ilusão de que a economia agrária está a funcionar melhor. Não está a funcionar melhor, está a funcionar pior.

Corrija-se o que é necessário, cumpra-se com o prometido e aqui estarei para salientar o que de bom vier a ser feito por este Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral:

É verdade! Tenho que concordar na íntegra com a sua frase, em relação ao que mudámos nestes vinte cinco anos.

Razão de satisfação para todos nós, satisfação acrescida para aqueles que hoje dão corpo, dão continuidade e integram os movimentos político-sociais e associações daqueles que muito fizeram, quando era difícil, contribuindo para que acontecesse o 25 de Abril.

No fundo, foi fundamentalmente o 25 de Abril que possibilitou a nossa autonomia, a libertação do país em todos os sectores, inclusive, no sector económico.

É verdade Dra. Berta Cabral, todos temos razões para estarmos satisfeitos.

Hoje podemos pensar, após dois anos e pouco deste Governo, onde se fez tanto, se calhar poderia-se ter feito mais.

Quando hoje ainda se gastam cerca de quinze milhões, a fazer novamente os portos que já estavam feitos, quando temos de voltar àquilo que foi a primeira base das infraestruturas, realmente é razão para pensarmos onde estamos e sobretudo onde é que poderíamos estar.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro(PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar alguns aspectos, que me parecem merecedores de alguma atenção, nomeadamente focadas na intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral e que eu considero, na minha opinião, falta de modéstia.

A Sr. Deputada refere que se o PSD fosse governo agora baixaria as tarifas...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Claro! Estava no programa do Governo!

Deputado João Cunha (PSD): E faria muito mais coisas que os senhores não fazem!

O Orador: ... resolvia o problema dos transportes, fazia tudo e mais alguma coisa. Trazia o céu para a terra.

(Apartes inaudíveis da Deputada Berta Cabral).

O Orador: Sr. Deputada, em primeiro lugar reconheça, pelo menos do direito de discordar de si, pois não é bem assim.

Os Srs. tiveram, na altura em que eram Governo, condições ímpares para fazerem tudo isso que agora apregoam. Não conseguiram. Agora que estão na oposição resolvem tudo. Estão no direito de afirmar isso, mas não quer dizer que o facto de o afirmarem, seja verdade.

Agora, pelo menos reconheça, por uma questão de coerência de raciocínio, que se o PS estivesse no Governo durante 20 anos, pelo menos teria feito aquilo que os Srs. fizeram. É apenas uma questão de coerência de raciocínio Sra. Deputada!

Portanto, a virtude não está do vosso lado.

A Sra. Deputada, numa atitude, que me parece contraditória, afirma que tudo tem o seu tempo, tudo deve ser feito na sua oportunidade.

Sra. Deputada, quem tem a postura de exigência permanente, de que tudo já deveria ter sido feito, de que tudo já devia ter acontecido, são os senhores.

Sra. Deputada, nós estamos no Governo há dois anos. O PS tem responsabilidades governativa há dois anos.

Os Srs. exigem, o termo exacto é este, é exigir com raios de autoritarismo, com raio, aliás...

(Risos da bancada do PSD).

O Orador: ... de autoritarismo, que deste lado tudo esteja concluído...

Deputado João Cunha (PSD): Nós só exigimos as promessas!

O Orador: ... que se resolva as situações que os Srs. não resolveram em 20 anos.

Por outro lado, os Srs. vangloriam-se da vossa prestação durante 20 anos e estão no vosso inteiro direito, agora, se querem assumir o bom, também têm de assumir o mau.

Deputado António Meneses (PSD): Nós assumimos!

O Orador: O que não podem é invocar os 20 anos, quando vos convém, para falar nos portos, nos aeroportos, nas luzes e na água nas freguesias. Quando começam a surgir as críticas aos vinte anos afirmam que o passado é o passado, já lá vai. Assim não dá.

Por último e dentro de toda esta discussão, o aspecto que é, particularmente, importante é que a postura que o Partido socialista tem assumido, não é a de dizer que tudo aquilo que se fez durante 20 anos, foi mau. Isto foi afirmado na intervenção do Deputado Élio Valadão.

Agora, que houve problemas que durante 20 anos não se conseguiram resolver e, neste momento, já foram resolvidos pelo Governo do PS, isso não é uma opinião, é um facto.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que participo nesta discussão das tarifas.

Em relação às tarifas aéreas na SATA-AIR Açores, a Dra. Berta Cabral entrou em funções em 8.6.94, saiu a 5.12.95, quando é que houve maior aumento nessas tarifas?
Em 1995.

Em 1995, as passagens S. Miguel/Terceira, preços constantes de 99, custavam 29.367\$00; Flores/S. Miguel 36.596\$00.

Mais: houve um aumento que no caso de S. Miguel/Terceira é de 7,4% e no caso de Flores/S. Miguel de 8%. Acima da inflação porque esta era de 5,5 em 94 e 5,2 em 95.

Foi isso que a Sra fez. Baixar não! Aumentou!

Quando a Sra. fala das passagens aéreas Lisboa/Açores, a Sra. não está a falar do Governo PSD...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Então de qual é!

O Orador: ...está a falar do Governo PS, que entrou em 1996 e que daí por diante as passagens do residente começaram a ser fixadas em 43.300\$00. Em 97, 43.300\$00, em 98, 43.300\$00 e em 99, 31.000\$00.

Nos Governos da responsabilidade do PSD, do Cavaco Silva, tínhamos 49.630\$00 em 91 e atingindo o máximo em 92 com 54.304\$00. Os números estão aqui. Basta uma máquina de calcular para terminar.

Não há subterfúgios aqui. Os Srs. queriam baixar as tarifas mas não conseguiram.

Os Srs. tiveram poder político cá e lá. Tiveram maioria absoluta aqui e lá.

É muito fácil aumentar os preços, o que custa é baixá-los e fazer orçamentos que permitam dar indemnizações compensatórias suficientes para que se baixe as tarifas.

É preciso ter ainda um bom relacionamento com o Governo da República para se conseguir os acordos que conseguimos o ano passado, de forma a que os Açores e a Madeira fossem tratados de uma forma igual. Isto nunca aconteceu antes, era uma situação escandalosa. Os Açores recebiam dois milhões de contos de indemnizações, a Madeira, com quase a mesma população, recebia 5 milhões de contos.

Isto que aconteceu no passado foi uma subserviência clara ao Continente e uma falta de reivindicação em relação ao mesmo, pelo menos, por uma Região que tinha o mesmo tipo de população e que deveria receber as mesmas indemnizações compensatórias.

Agora ambas as regiões recebem as mesmas indemnizações e isso foi o que fez baixar as tarifas, para além da SATA-AIR Açores...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Quatro meses para resolver uma situação e não a conseguiram resolver!

O Orador: ... ter agora tido uma acção competitiva que obrigou a TAP a baixar também os seus preços.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD, PS e Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Queria também participar neste debate para demonstrar como os Deputados da bancada do PSD entram em grande contradição, relativamente a essas questões do passado.

Já ouvi alguns Srs. Deputados dizerem aqui para não se fazerem comparações com o passado, porque isso acabou no dia 13 de Outubro, mas quando lhes convém lá vêm eles fazer referência ao passado.

Nós sabemos que os Srs. fizeram muita coisa ...

(Aplausos dos Deputados Eugénio Leal e Berta Cabral).

O Orador: Mas também fizeram muita coisa mal feita.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Agora, também sabemos que os Srs. não querem que nós façamos comparações. Mas nós iremos fazê-las sempre. Nós vamos comparar aquilo que é comparável, porque realmente vocês nunca puderam fazer comparações, mas nós podemos.

Deputados José Maria Bairos (PSD): Neste momento já podemos!

O Orador: Iremos continuar a fazer porque é legítimo.

Há coisas que este Governo em dois anos fez que o Governo do PSD não conseguiu fazer em 20 anos, como por exemplo as tarifas da SATA, as tarifas da TAP, Lei das Finanças Regionais, transportes marítimos, projectos de investimento, etc..

Tudo isto são exemplos de coisas que os Srs. não conseguiram fazer em vinte anos.

Nós vamos continuar a comparar aquilo que é comparável.

Os Srs. só invocam o passado quando lhes interessa.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional Adjunto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Sr. Deputado Luís Resendes:

Os senhores acabaram por dar inteira razão à minha intervenção.

De facto, há muita coisa feita, ao longo destes 20 anos.

Esta Região era completamente diferente, tudo tem a sua oportunidade, as coisas fazem-se atrás umas das outras. Houve primeiro que fazer as infraestruturas, houve que criar condições, agora faz-se aquilo que vem a seguir. Não tenham dúvida!

Não vale a pena dizer que as tarifas não baixaram durante vinte anos, pois durante esses vinte anos, nós não estivemos preocupados com as tarifas ...

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e Governo).

A Oradora: ... porque haviam portos e aeroportos para se fazer e nem sequer haviam aviões.

(Apartes inaudíveis do Deputado Vasco Cordeiro)

A Oradora: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sabe em 1976 quantos aviões tinha a SATA e que aviões é que tinha?

Deputado Luís Resendes(PS): Nós estamos a comparar é com o passado recente, Sra. Deputada!

A Oradora: Havia apenas viagens de S. Miguel para Santa Maria e de S. Miguel para a Terceira e nada mais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não regulares!

A Oradora: Não regulares, veja bem.

É preciso ver o que é que em cada momento é prioritário. É isso que está em causa. É preciso fazer em cada momento aquilo que é prioritário e ninguém começa pelo fim.

É preciso começar pelo princípio.

É nessa perspectiva que eu considero que estamos todos de acordo.

É preciso começar pelo princípio e esse princípio bem ou mal fomos nós que o começámos, fomos nós que o conduzimos até 1996.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é diferente!

A Oradora: Não é diferente, é exactamente aquilo que eu disse desde o princípio.

Finalmente, Sr. Secretário da Economia, o que eu disse aqui foi que em 1996, já tinha havido a inversão da tendência. Isso é inegável.

Não falei de 1995, não falei no meu mandato na SATA, mas se quiser falar, falamos.

Não foi o problema de tarifas que preocupava a administração da SATA naquela altura. O Sr. sabe que havia um problema de saneamento financeiro, sabe que haviam problemas a resolver e que foram resolvidos. Os Srs. herdaram a empresa completamente saneada, depois de ter recebido seis milhões de contos do Governo Regional, em 1996.

Mais uma vez a situação é a mesma: não se faz tudo de uma vez é preciso fazer as coisas umas atrás das outras e é preciso sobretudo fazê-las com as prioridades correctas e aí eu considero que as prioridades foram correctas...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É a sua opinião!

A Oradora:... e tanto o foram que aquilo que a SATA é hoje e faz hoje, deve-se exactamente aos primeiros passos que foram dados naquela altura.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro(PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

Efectivamente, se em relação a alguns aspectos a Sra. poderá ter alguma razão, o facto é que existem outros nos quais se enredam os vossos próprios argumentos.

Sra. Deputada foram 20 anos!

Não foram 2 anos!

Não foi um mandato!

Foram 20 anos!

Se em 1976 tivessem cumprido apenas um mandato, o seu argumento seria válido.

Os Srs. tiveram 20 anos, portanto é um princípio muito grande. Se há aspectos, relativamente aos quais, a sua argumentação poderá ter alguma — embora pouca — razão, o facto é que há outros que efectivamente não se percebe, como por exemplo a

Lei das Finanças Regionais, a questão da baixa da energia, não venha só com a questão dos aviões.

Peço-lhe perdão por não entrar nessa atitude de adoração ao PSD pelos 20 anos, porque a vossa perspectiva parece ser esta: agradeçam-nos porque nós fizemos isto.

Os Srs. cumpriram o vosso papel, da mesma forma que este Governo está a cumprir o seu.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Cumprimos o nosso papel!

O Orador: Cumpriram o vosso papel, portanto não estejam nessa perspectiva de que toda a gente deve entrar em adoração e prostrar-se por terra, em adoração ao PSD, por este ter durante 20 anos tratado disto.

Por outro lado, há aqui um aspecto que eu deixei em aberto relativamente à minha intervenção anterior. Os Srs. dizem que se hoje estivessem no Governo fariam, exactamente, as mesmas coisas que o Governo do PS tem feito. Então agora surge-me uma dúvida: por que razão terão os açorianos votado no Governo do PS e não nos senhores?

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

Penso que a minha intervenção foi bem clara. Naturalmente reconheci que alguma coisa foi feito pelos Governos do PSD, aliás desde 1432 que quem governa esta Região vem fazendo alguma coisa por ela.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Agora, eu quis-me centrar em alguns aspectos que considerei extremamente importantes, desde logo a dívida da Região.

Em 1993, 1994, 1995, cada lar açoriano, que estava ao corrente dessas questões, pensava que cada açoriano tinha uma dívida de quase mil contos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): E agora?

O Orador: Os Governos do PSD nunca fizeram nada e não encontraram solução. Ficaram sem saber o que é que haviam de fazer.

Agora a dívida está resolvida.

Deputado Jorge Valadão(PSD): Nós vamos ver!

O orador: Aquela dívida que era vossa de 110 milhões de contos, está resolvida. É verdade ou é mentira?

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

Deputado Jorge Valadão(PSD): Daqui a dois anos nós vamos resolver a vossa!

O orador: Os açorianos decidirão quem irá resolver essa.

Outro aspecto prende-se com as tarifas do Continente e Açores.

Nem sequer a Sra. alguma vez acreditou que era possível baixar de 44.000\$00 para 32.000\$00!

A Sra. nunca pensou que este Governo tivesse força, para junto da TAP, conseguir um abaixamento destes.

Os Srs. nunca conseguiram isso. É esse reconhecimento que os Srs. não têm. Não têm a honestidade de vir aqui publicamente dizer "Sim senhor! os Srs. conseguiram isso".

Eu não quero dizer com isto que os Srs. não fizeram os portos, os aeroportos, pois necessariamente tinham de fazer alguma coisa, assim como nós, para além destas questões relevantes, também fazemos outras que não são relevantes, mas fazê-mo-las.

Em relação ao Sr. Deputado António Almeida eu só tenho a dizer que os atrasos de hoje são inferiores aos do passado e nós não fazemos investimentos aos solavancos.

Os Srs., por exemplo, em 1994, investiram dois milhões de contos na agricultura, em 1995 dois milhões de contos, em 1996, 6 milhões, nós em 1997 mantivemos os 6 milhões, em 98 mantivemos os 6 milhões. Essa é a diferença de comportamentos entre os seus Governos e o nosso Governo.

Em relação ao descontentamento da agricultura, as pessoas nunca estão todas plenamente satisfeitas, mas o que é certo é que hoje não há manifestações, não há leite derramado nas ruas. Hoje há serenidade, há calma, há paz, há condições para investir.

Finalmente em relação aos perímetros de ordenamento agrário, o Sr. vem referir que se fizeram muitas obras, mas segundo sei, os Srs. tinham dois perímetros de

ordenamento agrário, que criaram filhos e enteados. Era com os filhos desses perímetros que os Srs. beneficiavam. Nós não, para nós os açorianos são todos iguais.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não Sr. Deputado!

Dê uma voltinha pelas outras ilhas, não fique só pela Terceira!

O Orador: Não temos dois perímetro, temos muitos, e queremos fazer investimento em todos os perímetros que criamos.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs.

Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Sr. Deputado Élio Valadão:

Realmente eu dei-lhe o exemplo das tarifas e da falta de aviões, mas se quiser eu dou-lhe "n" exemplos.

Quanto à electricidade, nós não nos podíamos preocupar com tarifas eléctricas quando não havia sequer electrificação!

Electrificação! Percebe o que isso é?! Sabe o que isso é?!

Sabe quantos anos leva a fazer centrais eléctricas, redes de distribuição, sub-estações e distribuição em baixa? Nem sequer havia a EDA, haviam as Câmaras Municipais, redes velhas.

Quantas centrais eléctricas haviam nos Açores?

Mais uma vez eu volto a dizer o que disse aqui no início: tudo tem o seu tempo, tudo tem a sua oportunidade.

Não se pode fazer umas coisas antes de fazer as outras, antes de fazer aquilo que é prioritário, a questão é essa.

Mas dou-lhe exemplos disso, dou-lhe exemplos na educação, dou-lhe exemplos nas estradas, dou-lhe exemplos na saúde, aliás, dou-lhe exemplos em todos os domínios.

Mas não vale a pena, nem era minha intenção falar nisto, isto foi suscitado pela intervenção do Sr. Deputado Élio Valadão, na sua parte inicial, no enquadramento da intervenção.

Estando nós a 3 dias do 25 de Abril, ainda por cima sendo uma coisa que está perfeitamente na actualidade, estando toda a comunicação social a fazer levantamentos dessa época, acho que é dispensável, porque a razão é tão evidente, lembrar isto a esta Câmara.

De resto, em relação ao que estão a fazer, nós queremos o melhor para os açorianos. Se estou a dizer que se estivéssemos ali faríamos a mesma coisa, é porque queremos o melhor.

Não estou a dizer que faríamos exactamente da mesma maneira, ou mais isto ou mais aquilo. Isso cada um faz aquilo que pode, aquilo que consegue em cada momento, de acordo com as prioridades que estabelece, e nós estabelecemos, não há dúvida nenhuma as prioridades correctas, para agora se poder fazer aquilo que se está a fazer.

Não haja dúvida sobre isso.

Quanto à dívida, Sr. Deputado Élio Valadão, nós em 20 anos fizemos 110 milhões de contos de dívida, em 4 anos vamos ver...

Deputado Élio Valadão (PS): Quanto é que recebia um doutor na Base das Lajes?

O Orador: ... quantos é que estarão feitos.

Nesta Assembleia dito pela boca do Sr. Presidente e em diário das Sessões, ele já falou em mais de 50 milhões. Portanto, daqui a quatro anos falamos nisso.

O que lhe posso dizer, desde já, é que em 1996 a dívida contraída pela Região foi de 13 milhões de contos; em 1997, já foram 19 e o ano passado primeiro foram 12 e depois mais 5, portanto 17 milhões de contos.

Todos os anos estão a contrair mais empréstimos do que em 1996. Estamos atentos, ao fim de quatro anos falaremos nisso e se vocês resolveram a nossa estaremos cá para resolver a vossa.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputada Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs.

Membros do Governo:

A minha intervenção não é certamente para acicatar mais especiais debates sobre essa matéria, até porque na perspectiva do PSD está tudo muito bem dito, era mais para fazer um breve e simples exercício mental e verbal de tranquilidade política e suscitar, no entanto, uma crítica e uma apreciação que se inscreve nas preocupações do PSD, no relacionamento do Governo com o Parlamento.

Comecemos pelo exercício verbal de tranquilidade política:

No debate da segunda feira a seguir às eleições legislativas regionais de 1996, eu tive o gosto, apesar da derrota, de representar o PSD, num debate televisivo, com o então só Vice-Presidente e agora também Secretário, Dr. Fernando Lopes, e essa questão dos 20 anos fazia parte do discurso e do argumento.

Aliás, era um dos argumentos essenciais eleitorais do PS, e eu lembro-me de ter dito uma coisa que me deixa sempre tranquilo nestes debates sobre o passado e sobre um conjunto de outras coisas que tem sido permanentemente esclarecidas por parte do PSD. O que eu disse foi que não houve eleições em 1976 e voltou a haver em 1996. O juízo político sobre o passado governativo do PSD, foi, graças a Deus, feito democraticamente de 4 em 4 anos.

Não há partido político, seja o Partido Socialista ou até qualquer juízo do Partido Social Democrata, que pode substituir, com validade política, este facto histórico. Não é o meu juízo que vai substituir o juízo que o povo fez.

Portanto, sob o ponto de vista político, o PSD está tranquilo com o seu passado. Se tivesse sido um mau Governo, certamente que não ganharia tantas vezes.

Deputado Élio Valadão (PS): Foi um mau Governo nos últimos quatro anos!

O Orador: Se tivesse feito tão pouco, certamente não iria governar tantas vezes.

Se tivesse tido uma oposição que conseguisse afirmar-se como alternativa, certamente não ganharia tantas vezes. Poderia ganhar algumas, porque isso sempre acontece e há, de facto, viragens conjunturais, mas 20 anos deixam claramente a ideia de que o povo ficou satisfeito com o essencial da obra do PSD.

Isso é um exercício de tranquilidade, digam o que quiserem dizer, feito pelo povo e não pode ser substituído por qualquer outro juízo político, pessoal ou partidário naquilo que mais interessa.

Portanto, quero deixar claramente este registo.

Em segundo lugar, também o registo do relacionamento político nesta Casa.

Todos nós compreendemos os argumentos sobre o passado, o futuro, da oposição, ou seja de quem for. Agora, temos de reconhecer nesta legislatura que o Governo gosta de atacar a oposição quase tanto, às vezes tanto e muitas vezes mais do que a oposição ataca o Governo. Isso é uma característica.

Dir-se-á e até já disse o próprio Presidente do Governo, justificando pedagogicamente este factor, que isto acontece, naturalmente porque o Governo não tem maioria absoluta. Eu até lhe dou parcialmente razão.

Mas essa insistência em comparar a política de hoje — às vezes porque é comparável, a maior parte das vezes no que não pode ser comparado — com a política do passado é, isso sim, introduzir na política açoriana um juízo político, que eu acredito que o Povo no ano 2000, não quer saber para nada...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): A Dr.^a Berta Cabral é que começou!

O Orador: ...porque o Povo muda, mudou inclusive quem deveria ir para o Governo e vai fazer o juízo do Governo, não vai fazer o juízo da comparação do primeiro ano, segundo ano, das passagens, etc. Não vai!

O PS tem um projecto, o PS fez promessas, a oposição tem também o seu projecto, que não está em discussão neste parlamento. Como bem disse, uma vez, o Presidente do Partido Socialista Carlos César, nesta bancada, o Parlamento é para fiscalizar o Governo e o que muitas vezes se tenta é fiscalizar a oposição, e eu dou-lhe outra vez razão, quando disse "os Srs. é que não cumprem"!

O que acontece é que no ano 2000, vai ser ajuizado um Governo, com toda a legitimidade, pelo que fez e pelo que não fez.

Portanto, vão-se cansar certamente, porque são sensíveis politicamente e vão-se cansar de estarem sempre a comparar com o passado.

O passado está ajuizado, o Governo está aqui para ser fiscalizado e não a oposição. É evidente que a oposição entra nos debates, apresenta os projectos, agora não me venham falar em demagogia, porque a característica mais interessante desta legislatura, sob o ponto de vista de análise política, é que este Governo gosta de fazer oposição à oposição.

Às vezes enquadra-se no sistema do debate política, nem sempre e praticamente nunca se enquadra no sistema do Governo e nas responsabilidades e competências do Parlamento.

Para finalizar essa questão do relacionamento, é difícil perceber, às vezes, as intenções institucionais do Governo Regional. Às vezes aceita o diálogo, às vezes acha que a oposição até deve assumir algumas responsabilidades, foi o que fez

nalgumas matérias, nomeadamente no impostos, agora até está inquieto para o fazer em relação ao Serviço Regional de Saúde, mas este mesmo Governo que quer fazer com que a oposição colabore institucionalmente em questões importantes é o mesmo Governo que não deixa em paz aquilo que só a memória no futuro vai certamente sagrar como história.

Este Governo que acha que falar em lagoas ou em questões do ambiente é demagogia da oposição, é o mesmo Governo que faz a demagogia das demagogias, ou seja, falar demagogicamente sob a política que já foi do PSD e que agora já não é, porque este partido agora está na oposição.

Vamos ver se nos entendemos: ou a oposição critica e não faz demagogia, seja no ambiente ou nas lagoas — estamos aqui pura e simplesmente numa função compreensível de combate político e os Srs. deixam de falar no passado para justificar coisas que fazem e outras que não fazem no presente — ou então continuamos sempre entendidos, fazemos luta partidária, mas o Governo não espere da oposição nenhum sinal de compreensão institucional, de cooperação, seja no Serviço Regional de Saúde, nas lagoas, nos planos e orçamentos, nos impostos, ou seja naquilo que for, porque é o Governo que é minoritário, isto não é arrogância é assim que o sistema funciona e é o Governo que tem de dar sinais de que quer fazer nalguns aspectos entendimentos e diálogo.

Este Governo que faz dois discursos, cruza dois discursos e apresenta-se incoerentemente no relacionamento com o Parlamento, não pode esperar nada de especial numa oposição que conscientemente há-de continuar a fazer e a exigir aquilo que for melhor para o Povo, nunca ditatorialmente, porque o PSD raramente diz aquilo que não ouve nalgum lado na sociedade açoriana. Aduzimos a tudo isso o nosso discurso político, como é evidente, num debate institucional, num debate partidário.

Quando falamos de agricultura, é evidente, que o que dizemos algum agricultor ou muitos agricultores já nos disseram isso; quando falamos do comércio, é porque muitos comerciante já nos falaram nisso; quando falamos de educação é porque muitos alunos e muitos professores já nos falaram nisso. Podem não ter razão na perspectiva do PS, mas o PSD não anda a inventar reivindicações nem audições para

o povo açoriano. Tem ambições de acordo com o seu projecto que estão inscritas nas raízes profundas da sociedade política, democrática açoriana.

É este registo de relacionamento com o parlamento e de tranquilidade política e de orgulho com o passado que eu não podia serenamente deixar de trazer à reflexão, sendo certo de que tudo o que foi dito até agora pelo Grupo Parlamentar está muito bem dito neste debate, mas eu gostava de trazer esta nota de tranquilidade e de perspectiva futura porque acho que é importante para os próprios dois anos que restam deste Governo do Partido Socialista.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Vamos então interromper os nossos trabalhos. Retomaremos às quinze horas.

(Eram 13.10 horas)

Presidente: Srs. Deputados peço o favor de ocuparem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 15.10 horas).

Vamos retomar a ordem das inscrições do período de Antes da Ordem do dia.

Vamos anunciar os tempos globais disponíveis.

Secretária (Natividade Luz): O Partido Social Democrata dispõe ainda de nove minutos; o Partido Comunista Português de 30 minutos; o Partido Socialista de 25; o Governo de 6 minutos e o Partido Popular dispõe de 33 minutos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Srs. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por uma questão de tempo vejo-me obrigado a reproduzir aquilo que tinha escrito e vou tentar partilhar com os deputados desta Casa aquilo que são algumas preocupações que a minha comunidade sente em relação a alguns problemas.

Em relação à Semana das Pescas, acentuou-se a vertente científica e suprimiu-se com a mostra de actividades. Pretende-se fazer noutro local e noutra ocasião uma exposição de pescas, mas penso que essa exposição surgirá desenquadrada e, que a ser assim e se se pretendia fazer evoluir essa mostra para uma exposição, ela deveria ocorrer ao mesmo tempo e no mesmo lugar em que decorre a Semana das Pescas.

É importante acentuar-se o pendor científico da Semana, mas também penso que os condimentos que a tornaram fórum importante, ao nível das pescas nos Açores e nosso país, eram importantes manter-se porque para além de uma troca de experiências e de conhecimentos, ela significava um convívio humano e social do maior interesse.

Esta decisão não conte, como é evidente com o nosso apoio, nem com a nossa concordância.

Achamos que paralelamente com a Semana das Pescas e no Faial se deve fazer a tal exposição sobre a actividade da pesca.

Neste momento, já não é possível falar-se da Semana das Pescas sem falar-se no DOP.

Felizmente, o Departamento de Oceanografia e Pescas, tem trazido tanto dinamismo que Universidade dos Açores vai passar a contar com um edifício próprio, pois a Universidade, através da fundação Gaspar Frutuoso, pretende adquirir, beneficiar e adaptar o edifício do antigo hospital Walter Bensaúde para aquele departamento.

É altura de fazer transferir para o Departamento de Oceanografia e Pescas as verbas que estão consignadas no Plano e já o ano passado se poderiam ter transferido. Agora que está prometido, espero que a promessa se cumpra.

Anteriormente já houve muitos apoios que permitiram que o DOP se mantivesse aberto e mantivesse a sua actividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não perco a ocasião para mais uma vez, nesta Casa, chamar a atenção para a possibilidade de, neste momento em que ocorrem obras no porto da Horta, se

proceder à delimitação do espaço que vai entre o topo sul do novo espaço para os contentores e o Monte da Guia, ganhando uma nova "área enxuta", onde se poderá construir o Pavilhão que esteve na Expo 98, representando os Açores...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ele vem para a Horta!

O Orador:... e que há-de vir para os Açores depois de ir para Hanôver.

Mais ainda: ganhava-se uma "área enxuta" em que se poderia obter uma nova zona de lazer, de apoio à zona balnear de Porto Pim, perfeitamente integrável na paisagem protegida do Monte da Guia.

Fica o alvitre, não, cobro nada por ele e era uma coisa boa para o Faial e sendo boa para o Faial era boa para os Açores.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Na Alagoa era mais bonito!

O Orador: Também era para o Pico, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Está de passagem nos Açores o Sr. Ministro da Justiça.

Este assunto é assim algumas vezes levantado, nunca é resolvida, mas as transformações que a nossa sociedade conhece hoje, até com alguns sinais de insegurança que hoje surgem e que se podem verificar aqui e ali, levam-me, nesta passagem e aproveitando a sua presença nos Açores, a deixar aqui um pedido, uma solicitação no sentido de ser analisada e avaliada a possibilidade de se abrir na Horta uma representação, uma subdelegação da Polícia Judiciária, alargando o âmbito e a actuação desta corporação à totalidade da Região, com esta abertura numa subdelegação na Horta.

Permitam-me chamar a atenção do Sr. Ministro para este efeito e já agora a do Governo também — embora não esteja nenhum membro do Governo — pois a este incumbe interessar-se por esta matéria, junto do Governo da República e também, naturalmente, do Sr. Ministro da República, no âmbito das suas competências delegadas, como está constitucionalmente previsto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem este assunto foi aqui tratado e não é demais voltar a repeti-lo, ou seja, a responsabilidade que cabe ao Governo Regional e à Secretaria da Economia, da ligação dos faialenses a Lisboa, que apenas se pode fazer através do aeroporto da Horta e pela TAP, não utilizando nem as Lajes, nem Ponta Delgada, tendo sido

apelidado como uma pequena pedra da máquina, como referiu na televisão o meu grande amigo e Sr. Deputado Fernando Menezes.

Trata-se de uma pedrinha pequena na máquina, mas que já dura há quatro meses e a verdade é que o Governo que nesta matéria foi claramente ouvido, das duas uma ou foi ouvido como tem direito nos termos constitucionais porque é matéria do interesse da Região, ou não foi ouvido.

Se foi ouvido e não deu por isto é grave; se não foi ouvido, então deveria reclamar por não ter sido ouvido.

Efectivamente, nesta matéria é pena que não esteja aqui o Sr. Secretário, quem com pompa e circunstância anunciou estas questões e quem com pompa e circunstância atirou os foguetes, agora não lhe compete outra coisa, senão ir atrás procurar as canas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): No Faial!

O Orador: Exactamente! No Faial.

Era bom que o Sr. Secretário se pusesse a caminho à procura de alguma cana que reste, a ver se conseguimos resolver atempadamente este problema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não poderia, evidentemente, nesta minha intervenção deixar de falar do CPR. Não o faço com nenhuma acrimónia, nem amargura, mas é um processo que nos preocupa, é um processo que envolve novos desenvolvimentos e aquilo que me chega é que infelizmente, se continuam a prestar no CPR — isto não tem nada a ver com questões de ordem política — informações deturpadas, informações menos correctas, sobre a aplicação da legislação que está em vigor e que foi aprovada nesta Casa.

São situações que já começam a provocar reclamações, por via de algumas dificuldades de interpretação e também de algumas dificuldades de encontrar motivo para a aplicação de algumas portarias que foram atribuídas pelo CPR a alguns beneficiários, levantando-se questões quanto à sua legitimidade, do seu beneficiário, ou até das razões da sua atribuição.

São questões que me parecem que no seio da Comissão Eventual deverão ser aprofundadas para podermos averiguar se as informações, se aquilo que corre na opinião pública, é ou não razoável.

Há no entanto um ponto que me parece que é de fundamental importância. Penso que não tenho nisto qualquer cooperação, mas não posso deixar de dizer que não é tolerável, que um organismo da Administração Pública Regional, exorbitando, claramente, das suas competências, se envolva em despiques públicos, de cariz eminentemente político, onde lhe seria permitido só e apenas informação de natureza técnica.

Já bastava, digo com toda a tranquilidade, que este centro se tenha vindo a revelar como um dos casos mais bem sucedidos do clientelismo político nesta ilha.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Que grande memória que o Sr. tem!

O Orador: Por isso clamar agora que só tem cabimento a crítica construtiva e que a reconstrução é obra de todos, é tardio e falta a força da verdade e da convicção.

A reconstrução seria de todos se aceitassem as sugestões, os alvitres e as críticas que são feitas de boa mente. Não me anima nada nem nunca me animou qualquer sectarismo doentio nesta matéria.

Queria também, ainda no âmbito dos trabalhos da reconstrução, salientar a necessidade que há de rapidamente se proceder às reparações das bermas exteriores da estrada regional que vai entre a Praia do Almoxarife e Salão, antes que nela se deixe de poder circular. Há já zonas muito degradadas que demandam reparação muito rápida, para que se possa, efectivamente, evitar o aumento da perigosidade nesses troços.

Disse e parece que corresponde à realidade que não é intenção do Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, abrir concurso para a reabilitação da segunda fase da estrada regional 1-1^a. à volta do Faial.

Penso que é aceitável que isso não se faça uma vez que é previsível o aumento de tráfego, em virtude da reconstrução e não seria talvez muito curial estar a fazer-se reabilitação para depois haver um esforço anormal de viaturas pesadas nesses troços. Porém, penso que o que se deveria fazer era abrir concurso para as estradas interiores, porque essas são de grande importância económica para a ilha e não sofriam qualquer influência desse tráfego anormal que vai acontecer para a reconstrução.

Além disso essa situação poderia levar ao aproveitamento de milhão e meio de contos que estão subconsignados no orçamento para a reabilitação de estradas regionais e que abrindo o concurso agora e o lançamento das obras, esse milhão e meio de contos dá de sobra para fazer face a estas obras que aqui estão.

Eu falo destas questões do sismo e da reconstrução com serenidade e como disse sem qualquer amargura nem acrimónia, procuro trazer aqui algumas coisas que correm na opinião pública e faço-o com aquela convicção que bastaria o facto de ter nascido e ter sido criado nesta cidade — aqueles que vivem aqui compreendem esta minha preocupação — para não ser proibido de falar sobre estes assuntos.

Esta é uma condição que não será retirada, este direito de cidadania nesta Terra e de intervir nos problemas da minha Terra.

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que termine, porque o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Duas palavras mais:

Os dias que correm são de incerteza, de amargura, de dor. Debaixo de uma capa de normalidade parece voltar a vida do nosso dia a dia, o facto é que há muito nesta velha Europa, se cometem as maiores atrocidades, contra minorias étnicas, indefesas, o que levou os países da NATO à intervenção militar que todos sabemos como começou, mas poucos parecem atinar com a forma de pôr termo.

As imagens que todos os dias nos chegam, pela televisão, são bem a reposição de um holocausto.

Em Timor ordens armadas e conhecidas pelas forças armadas da Indonésia, não conhecem limites para a sua sanha assassina que semeia o terror e a morte.

Neste caso não podemos admitir que os aliados de Portugal, não tenham, pelo menos de forma visível, posto toda a sua capacidade e influência diplomática para pôr cobro às atrocidades que se cometem contra o povo timorense.

É altura de ceder aos apelos de paz.

Também daqui, desta nossa Assembleia, hoje aclamamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos a escassos dias da histórica data do 25 de Abril, trata-se de uma data que se reveste do maior significado para o nosso país e para a nossa Região.

A revolução vitoriosa do 25 de Abril, trouxe-nos a liberdade, instaurou a democracia, pôs termo à intervenção militar portuguesa em África que durante de mais de uma década foi a vida dolorosa de tantos jovens, fez-se a favor dos mais desprotegidos, dos mais pobres, visando a solidariedade que gera a tolerância, a justiça social, a abertura ao mundo. Devolveu-nos o orgulho de pertencer a uma velha pátria, com oito séculos de história e deu-nos a força anímica para encarar com brio e com honra o nosso passado, a importância da nossa presença no mundo.

Na hora das comemorações e de festa não podemos deixar de assinalar que nos Açores a autonomia foi a nossa flor de Abril, foi o nosso...

Presidente: Sr. Deputado ...

Presidente: ... direito à diferença. Foi a livre administração dos Açores pelos açorianos, foi o desenvolvimento, foi a unidade da região, foi a solidariedade, foi o nosso viver democrático, foi o nosso apego à paz e aos mais altos valores que configuram os direitos e o respeito de vida à pessoa humana, foi a afirmação cultural de um povo que nestas ilhas constrói Portugal há cinco séculos.

Nesta ocasião aqui fica a minha mais sentida homenagem aos que fizeram o 25 de Abril e a todos os que nesta Casa, no Governo, nas autarquias, a todos os que no seu viver quotidiano, qualquer que seja a sua situação e circunstância, ajudaram e ajudam a consolidar a vivência da autonomia democrática, em liberdade e em paz.

Deputados António Menezes e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Senhor Presidente Senhores Deputados Senhores Membros do Governo, Sr. Deputado Madruga da Costa:

Quero dizer-lhe que apreciei a sua intervenção pela forma simpática e séria como a conduziu.

Todavia, vou procurar fazer aqui alguns esclarecimentos.

Em relação à Semana das Pescas, eu devo dizer-lhe com toda clareza que tenho muitas dúvidas em relação à questão da exposição.

Já troquei impressões com o Sr. Director Regional das Pescas e com o Sr. Secretário Regional e este ano irá fazer-se a experiência da exposição ser noutra ilha, como forma de encontrar outra altura e outra oportunidade para expor para o exterior as nossas potencialidades em termos de pescas.

Portanto, é de facto discutível, mas a preocupação foi encontrar outro momento para voltar a projectar o sector das pescas na nossa Região.

Posso também dizer-lhe que isso foi pensado em termos rotativos e para o ano será de novo na Horta. Vamos ver se essa experiência resulta.

Eu também como faialense e como Deputado desta ilha tenho algumas dúvidas sobre isso. Estamos a debater pois não é uma posição definitiva por parte da direcção da Secretaria Regional.

Relativamente ao DOP, também lhe queria dizer Srs. Deputados, que, efectivamente, eu penso que o DOP é dos departamentos da Universidade dos Açores, com maior projecção internacional e trabalha nas condições que nós sabemos, tem projectos interessantíssimos com outras universidades e entidades. Trata-se de um polo universitário da maior importância.

Simplesmente, também é bom dizer-se que embora — a pessoa não está aqui, mas tem de ser referida — o magnífico reitor diga, por vezes — já me o disse a mim — que o DOP é a menina dos seus olhos, a verdade é que ao que parece não é a menina dos olhos do Sr. Reitor, ou então há um problema de focagem grave, porque efectivamente o que se verifica é que o DOP não tem sido apoiado por parte da Universidade e nós temos assistido, lido e observado o que é que tem sido canalizado para outras zonas do arquipélago.

Eu não sou bairrista nem daqueles que defende esta ou aquela ilha, como os Srs. sabem, mas o que é certo é que o DOP tem ficado para trás e é o que está pior instalado, aliás, perigosamente instalado, depois do sismo, como todos sabem porque o Monte Queimado é constituído por bagacina que está permanentemente a escorregar.

É também curioso que o Sr. Reitor ao falar do polo da ilha Terceira — e mais uma vez sem bairrismos — tenha dito que o ia apoiar e que o estava apoiar, muito

entusiasmado e em relação à Horta, falou na fundação Gaspar Frutuoso, no contrato que foi feito pela Santa Casa da Misericórdia, enfim.

Eu devo desde já dizer que foi um excelente contrato. De facto, aquele valor é excelente e merece que, nesta Casa, seja reconhecido o papel da Santa Casa da Misericórdia, porque o que há ali é a contribuição da Santa Casa da Misericórdia, para esta terra e para juventude desta terra. Aquele valor é irrisório considerando os valores da propriedade e até a forma de pagamento em cinco prestações.

Portanto, é importante realçar o papel da Santa Casa nesta negociação.

O que é certo é que houve aqui alguma precipitação, na minha opinião, isto não foi bem gerido, não está ainda resolvido, eu espero que se resolva mas enfim, tenho algumas dúvidas.

Falou V. Ex^a. naquele espaço entre o novo parque de contentores e o monte da Guia. Não é a primeira vez que o faz, já o escreveu, é uma ideia interessante.

Eu não sei quanto é que custa aquilo, penso que neste momento não há disponibilidade para pensar nisso, pois é um projecto grande e creio que os recursos são escassos. Portanto, vamos ficar a pensar por enquanto, todavia é uma ideia interessante.

Polícia judiciária foi outro dos temas que abordou.

Como sabe, nós próprios incluindo eu, subscrevemos há algum tempo um requerimento a esta Assembleia nesse sentido, em face do aumento da toxicodependência que se estava a verificar e que ainda hoje se verifica nesta ilha. Quanto às ligações directas Faial/Lisboa não vou falar nisso, pois já comentei esse assunto na televisão, continuo a pensar que é uma pedra, um degrauzinho na engrenagem e espero que a engrenagem comece a trabalhar sem esse degrau e que a questão se resolva, porque essa questão é tão cara aos Srs. Deputados, como é a mim. No que diz respeito ao CPR, V. Ex^a. aqui foi mais duro, falou de clientelismo político, quando os Srs. sabem que este não existe.

Não vamos aqui escamotear as questões. Naturalmente que a direcção política, é uma direcção política, na lógica do Governo que ganhou as eleições.

Relativamente ao resto, aos funcionários, à maneira de actuar, meus Srs. há ali de toda a gente. Há tanta gente que até os Srs. têm toda a informação, como eu tenho e como os outros partidos têm.

O que começa a ser preocupante e também me preocupa a mim, é o levantar suspeições, pois isso é muito perigoso. Num processo destes que envolve milhões de contos, que envolve milhões de famílias, milhões de angústias e sofrimento, começar a levantar problemas de suspeições, de forma gratuita, como eu tenho visto por parte de um partido político — não o vosso — é extremamente grave. É tão grave que há emigrantes que já suspeitam do que é que é feito com o seu dinheiro e isto já foi publicado num jornal nos Estados Unidos da América. Portanto, é extremamente grave.

Estas coisas ou fazem-se com provas concretas ou então não se fazem porque é criminoso numa situação destas, levantar suspeições infundadas, sobre honorabilidade de pessoas em distribuições menos próprias de donativos.

Queria dizer ao Senhor Deputado que relativamente a esta questão da reconstrução e como informação, vai ser adjudicado mais uma obra para a realização de 42 fogos, no final de Abril, no valor de noventa mil contos.

É portanto um passo importante, já com outra dimensão em termos de reconstrução. Naturalmente o Srs. Deputado não relevou várias coisas e não lhe competia relevar, é assim mesmo, mas eu queria relevar que a ponte dos Espalhafatos está concluída, custou sessenta mil contos e já está aberta ao público.

A ponte do Salão está em curso e dentro de quatro meses, está pronta e é uma obra de 126 mil contos.

Quero também dizer nesta Câmara que já foram concedidos a particulares para pequenas reparações, reabilitações e novas construções, 862 mil contos. Isto significa que já se fez muito e que se está a trabalhar.

Quero ainda dizer que este processo tem evoluído a vários níveis, mesmo do ponto de vista qualitativo e a metodologia que está a ser seguida, metodologia esta que envolve equipas no terreno, dialogando com as pessoas sobre os seus fogos, apresentando projectos tipo adaptados às diversas situações e evolutivos. É metodologia que eu

aceito bem e está em curso. Esta também é uma questão que importa relevar já que V. Ex^a. não o fez.

O Sr. Deputado colocou ainda aqui a questão das bermas das estradas. Sobre este assunto queria-lhe dizer que foi efectuada a adjudicação para a reparação dos muros entre a Espalamaca e o Ribeiro Seco, pelo valor de 211 mil contos, agora aquando da vinda do Governo aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou terminar com outra referência que me parece significativa em termos do concelho da Horta, e essa sim, eu esperava que o Sr. Deputado fizesse referência, é pena não tê-lo feito, mas faço eu.

A Igreja do Carmo, que é um ex-libris, desta cidade, vai finalmente entrar em obras, vai ser consolidada a sua estrutura, vai ser reparada para servir de museu de arte-sacra e iremos ter um dos ex-libris da cidade da Horta, a Igreja do Carmo, aquela que se vê ao entrar na baía, consolidada e restaurada.

Eu digo isto aqui, com muito prazer, porque me habituei a ver, durante muitos anos, aquela igreja a decair permanentemente, correndo risco de ruir.

Portanto, Sr. Deputado Madruga da Costa e Srs. Deputados, é com muita alegria que em nome do PS, eu me congratulo por ter sido o governo do PS, depois de tantos anos, a proceder a estas obras. Já foram assinados os contratos, na minha presença, há dois dias atrás.

Este facto deveria ter sido relevado por V. Ex.. Lamento que não o tenha feito.

(Aplausos da bancada do PS).

Presidente: Eu chamo a atenção do Grupo Parlamentar do PSD, que já não dispõe de tempo.

Sr. Deputado Madruga da Costa eu peço-lhe desculpa mas não lhe posso dar a palavra.

Apenas pode interpolar a Mesa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Fernando Menezes interpolou-me no sentido de não ter feito referência a uma obra que se adjudicou agora.

Já agora informava a Mesa que não é meu hábito "gabar a noiva".

(Apartes inaudíveis da bancada do PS).

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): V: Ex^a. na altura tinha parcimónia, quando estava na Mesa!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Madruga da Costa, na sua intervenção, trouxe a esta Câmara os graves problemas que se passam em Timor.

Da nossa parte estamos plenamente de acordo com as afirmações que foram feitas. De qualquer modo, gostaríamos de realçar esta matéria, porque consideramos que neste momento ela deve efectivamente preocupar a sociedade açoriana.

Em primeiro lugar, pelas ligações que existiram entre Portugal e a ilha de Timor; em segundo lugar, pelo facto do nosso país continuar a ser hoje a potência administrante de Timor Leste; em terceiro lugar, porque aquele território encontra-se sob ocupação de uma potência estrangeira; finalmente, o facto de hoje Portugal participar, com soldados, em intervenções internacionais, por exemplo na Bósnia e no Kosovo, é digno da nossa parte do nosso mais veemente protesto, pelo facto de nada se ter feito, até ao momento efectivo, no sentido de impedir os bárbaros crimes que se estão perpetuando sobre o povo timorense.

Entendemos que as Nações Unidas, deveriam actuar de modo sério, no sentido de impedir aquilo que se tem passado nos últimos dias em Timor.

É do conhecimento público que a população está a ser assassinada pela intervenção de milícias armadas pelo exército ocupante. É do conhecimento geral que a população timorense está seriamente ameaçada por esses indivíduos que sem qualquer controlo, sem qualquer limitação e apoiados por um exército regular, continuam a semear o crime entre a população.

Queríamos, por isso, deixar aqui esta nota de solidariedade para com o povo de Timor, deixar aqui esta nota de que ao estado português cabe a obrigação de, junto dos organismos internacionais, exigir que se ponha cobro, já, aquilo que se está a passar em Timor Leste e isso só passará se, efectivamente, em nosso entender, houver, da parte dos organismos internacionais, concretamente da ONU, a capacidade de no terreno, com forças multinacionais, impedir que os indonésios continuem todos os dias a cometer crimes, a praticar massacres sobre a população indefesa de Timor.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa,

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa, suscitou-me algumas reflexões de grande interesse regional e de grande interesse específico para a ilha do Faial.

Na parte inicial da sua intervenção, o Sr. Deputado Madruga da Costa começa por fazer referência à realização da Semana das Pescas e aquela que já vem sendo designada por exposição das actividades económicas do sector da pesca, a realizar em Setembro na ilha da S. Miguel, criticando essa decisão da Secretaria da Tutela.

Permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Madruga da Costa — sendo V. Ex^a., para a minha geração e para outras gerações de jovens políticos dos Açores, uma referência para a autonomia e para a democracia — que a parte inicial do seu discurso roçou a ligeireza do bairrismo e digo-lhe isto magoado.

Sr. Deputado Madruga da Costa:

O Sr. que conhece os Açores melhor do que ninguém, sabe com certeza que é muito importante para o sector da pesca nos Açores, a realização desta exposição na maior ilha dos Açores, onde a actividade económica e os empresários do sector do comércio e da pesca, precisam de ser mais ouvidos e precisam de uma relação mais próxima.

Também, com certeza, que o Sr. Deputado Madruga da Costa sabe, como sabe o Sr. Deputado Fernando Menezes que muitas das empresas sediadas no Continente português e até outras com dimensão ibérica, têm tido enormes dificuldades de virem à Horta, no decorrer da Semana das Pescas trazer as grandes novidades tecnológicas

para o sector das pescas. Isto é conhecido, porque não há um espaço na cidade da Horta que possa receber este manancial.

Também é sabido que há grandes dificuldades de transporte, até de alguns equipamentos e ainda existe o problema do alojamento, embora este ano tenha sido bastante melhor pelo facto da abertura de mais uma unidade hoteleira, este tem sido de facto um grande constrangimento ao crescimento daquele grande certame, para o sector da pesca na Região Autónoma dos Açores.

Eu acredito que esta experiência que a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente vai lançar em Setembro deste ano, na ilha de S. Miguel, será potenciadora duma grande dinâmica para o sector das pescas na Região. Não esqueçamos que o sector só crescerá, quando crescer a todas as ilhas dos Açores.

Numa segunda parte da intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa, fala-se da reconstrução do sismo de 9 de Julho, do CPR, sigla esta que eu não sei se significa Centro de Promoção da Reconstrução se, como disse o Sr. Deputado Madruga da Costa, "Centro Partidário para Recrutamento". É uma sigla que tem duas leituras.

De facto, preocupa-nos que o Sr. Deputado Fernando Menezes venha aqui defender o CPR, levantando suspeições sobre suspeições, pelo facto de alguém que não é nado nem criado na ilha do Faial, as ter levantado sobre a forma como estava sendo dada a informação e sobre a forma como estava sendo acompanhado o processo de reconstrução e realojamento de sinistrados.

Sr. Deputado Fernando Menezes.

Eu devo dizer-lhe que num trabalho aturado que a direcção que a Comissão de Política de Ilha do Faial, do meu partido, efectuou, de facto foram encontradas situações que não se podem deixar de levantar suspeições, nomeadamente em relação a atrasos no realojamento, que os Srs. dizem que já acabou, mas na verdade ainda existem pessoas por realojar; em relação ao horário limitado para o atendimento e até alguma falta de dignidade dos locais de espera, no âmbito do atendimento ao público, dos sinistrados, neste caso; algumas situações criadas por falta de condições nos pré-fabricados, que estão instalados e, não menos grave, uma situação interessante, que já vem sendo habitual neste Governo, a avaliar até pela inúmera quantidade de assessores de imprensa que os membros do Governo têm, uma

operação de cosmética de todo lamentável e que se chama a "reconstrução em marcha".

"Reconstrução em marcha", um folheto da responsabilidade do CPR, que é mais uma operação de cosmética, mas desta vez, moderna.

O CPR chegou à mais alta tecnologia digital e então de uma fotografia de uma casa que ainda não está recuperada, digitalmente, através do processamento informático, transforma essa casa, numa casa totalmente recuperada.

Lamentável Sr. Deputado!

Deputado Eugénio Leal (PSD): É verdade!

O Orador: Verdadeiramente lamentável, Sr. Deputado!

E esta é a única casa que eu conheço, que porque por acaso — as coisas calharam-lhe mal, foram incompetentes — é a casa da Secretária do Grupo Parlamentar do PP, que todos nós conhecemos...

(Risos da bancada do PSD)

... vamos lá muitas vezes e todos nós sabemos que ainda não está totalmente recuperada.

Mas a incompetência não fica por aí.

(Apartes inaudíveis do Deputado Fernando Menezes)

O Orador: Sr. Deputado, o Sr. até passou lá em visita que efectuou no âmbito da Comissão de Acompanhamento.

Foi Sr. Deputado!

O que o Sr. não sabia é que era a casa da Secretária do Grupo Parlamentar do PP!

Deputado Fernando Menezes (PS): Eu?

O Orador: Sim, a Comissão passou por lá.

Sr. Deputado Fernando Menezes, a informação é de facto errada, a informação que o Sr. fala...

(Apartes inaudíveis do Deputado Fernando Menezes).

O Orador: Os apartes são, de facto regimentais mas têm limites, até pelo bom senso, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado Fernando Menezes, fala que todos nós temos acesso à mesma informação que o Sr. tem. Se acesso à informação é este Sr. Deputado, estamos muito mal servidos.

Mas há aqui mais um indício de incompetência, Sr. Deputado, e este sim, é preocupante, porque é no órgão que todos devemos ler e acompanhar, que se chama Jornal Oficial.

Como é que eu posso acreditar numa entidade como esta que, publica no Jornal oficial, um quadro com informações perfeitamente aberrantes.

- Rua, Nova, nº. 8, freguesia não sei qual é, contribuinte nº. tal, montante tal;

(Apartes inaudíveis do Deputado Fernando Menezes).

O Orador: Em 7 linhas tem 4 lapsos Sr. Deputado!

Deputado Fernando Menezes (PS): O CPR não é que faz o Jornal Oficial!

O Orador: Mas mandam para lá os elementos.

- Rua do Cantinho, nº.16, freguesia da Matriz.

O Sr. sabe onde é a rua do Cantinho, na freguesia da Matriz?

Sabe, provavelmente, na freguesia dos Flamengos.

- Caminho do Meio, nº. 4, Ribeirinha.

Sabe onde é Sr. Deputado? Penso que também não deverá saber.

- Ladeira do Relógio, Praia do Almoxarife.

Sabe onde é Sr. Deputado? Penso que também não deverá saber.

Enfim, um role de páginas.

Quando vemos no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, o CPR, com falhas desta natureza, como é que vamos acreditar neste tal CPR que nos dá toda a informação, que nos dá todas as garantias de que tudo está a ser bem feito?

Para terminar Sr. Deputado Fernando Menezes, eu bem me parecia — quando fizemos aquela directa e trabalhámos aquele dia todo, para dar ao Governo aquele grande instrumento, para proceder à reconstrução e ao realojamento dos sinistrados do sismo de 9 de Julho, de 1998 — que os Srs. não estavam em condições para receber um diploma tão bom e que não estavam em condições para ter um instrumento tão bom para o executarem tão mal.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Senhor Presidente Senhores Deputados Senhores Membros do Governo:

Por uma questão de ética eu tinha aqui três notas para o Sr. Deputado Madruga da Costa, mas já fui informado que não tenho tempo e portanto noutras circunstâncias falarei deste assunto.

Vou ater-me, apenas, com muita pena minha, à intervenção do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, só para lhe dizer que a respeito da intervenção legítima, do seu correligionário político do Faial, sobre o CPR, foi respondido, em devido tempo, pelas juntas de freguesia da Ilha do Faial, em reunião trimestral que têm na Câmara Municipal da Horta, onde estas juntas repudiaram veementemente as afirmações dos dirigentes políticos do PP, do Faial, que não V. Ex^a..

Portanto, já referi quando me inscrevi que era falar sobre aquilo que o Sr. Deputado Madruga da Costa tinha dito. Como não tenho tempo não me referi a isso. No entanto, não queria deixar de dizer isto que julgo que foi publicado também nos jornais do Faial e tem a força que tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente eu não poderia deixar de responder a algumas afirmações do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Sr. Deputado, em primeiro lugar queria dizer-lhe o seguinte: não houve nenhuma operação de cosmética em relação a esse panfleto.

O PP tem agitado isso na opinião pública, o PSD congratula-se com isso.

Sr. Deputado, isso não tem qualquer relevância, isso é mesmo pegar numa coisinha para incomodar os outros, porque isso é a capa do prospecto que foi feita por uma empresa que a fez como entendeu.

Podia ser azul e ter escrito CPR, podia ser verde ou vermelha. A empresa é que fez isso e resolveu artisticamente ou graficamente como quis fazer isso.

Portanto, não foi ninguém do CPR que encomendou um serviço a uma empresa para pôr casas arruinadas num lado e essas mesmas casas limpinhas e pintadas de branco do outro. Isso não passa pela cabeça de ninguém, nem ninguém minimamente esperto faria uma coisa dessas.

Repare, para demonstrar que não há realmente o mínimo de má fé, essa casa até é dessa pessoa que referiu, isto significa que não há qualquer má fé nisso que está aí escrito. E digo-lhe mais, essa casa está recuperada, como sabe.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Ah, está?!

O Orador: Por outro lado, e é isso que é interessante verificar, é que no meio deste processo todo — de milhares de contos de coisas complicadíssimas, de metade das habitações da Ilha do Faial, estarem com problemas, umas completamente arruinadas, outras em mau estado — o Sr. vem para aqui com um papelinho que não tem importância nenhuma, e vem mencionar as gralhas do Jornal Oficial, são meras gralhas, porque o Sr. tem o original, pois recebe-o como Deputado, e como vê os quadros estão todos certinhos.

Portanto, se o Sr. confrontar estes quadros que recebe e confrontar com esses, verifica que foi gralha, porque obviamente a Rua do Cantinho é nos Flamengos e não na Praia do Almojarife ou noutra sítio qualquer. Isso são pormenores, sem qualquer interesse no meio de toda esta reconstrução.

Finalmente, vale a pena repetir o que disse o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, ou seja, todas as juntas de freguesia do Faial repudiaram o comportamento do PP, todas as juntas, inclusivamente as juntas que são dirigidas pelo PSD.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não é verdade!

O Orador: Eu vi na televisão.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não é verdade!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa,

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto na minha intervenção não falei só do panfleto e das gralhas do Jornal Oficial, que não me parecem apenas simples gralhas.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Os quadros que o Sr. recebeu como eu também recebi, vieram um mês depois do Jornal Oficial e três semanas depois do PP do Faial ter levantado essa dúvida. Portanto, deu perfeitamente tempo para rectificar os quadros, os números e para fornecer aos Srs. Deputados, tarde e a más horas, a informação mais correcta do que aquela que foi para o Jornal Oficial.

Sr. Deputado Fernando Menezes.

É uma operação de cosmética a questão que está aqui no folheto e digo-lhe mais, neste momento a casa até já está recuperada, mas na altura não estava.

Ainda lhe vou dizer mais uma coisa. Aqui há uma porta a mais do que a que está lá na casa.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado Fernando Menezes...

(Apartes inaudíveis do Deputado Fernando Menezes).

O Orador: Sr. Deputado Fernando Menezes, vamos ao que interessa.

Eu falei na situação dos sinistrados que estão por alojar, de pessoas que ainda estão em garagens à espera de soluções e o Sr. apenas respondeu àquilo que considerou menos importante, ou seja ao panfleto e às gralhas do Jornal Oficial. É aquilo que vos incomoda.

Presidente: Vamos então retomar as inscrições do Período de Antes da Ordem do Dia.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre que o Governo Regional se desloca a alguma das Ilhas onde não estão sediadas Secretarias Regionais, criam-se expectativas quanto às decisões a tomar durante essa visita e relativamente a essa Ilha; isso mesmo aconteceu no início deste mês aquando da visita do Governo Regional às Flores; aliás, o facto do Estatuto Político-Administrativo da Região consignar a obrigatoriedade do Governo Regional visitar anualmente e reunir em Conselho nessas ilhas contribui com certeza para a importância com que essas visitas se revestem. Naturalmente que em todas as deslocações do Governo Regional às Ilhas mais pequenas são tomadas decisões importantes, mas é essa também a altura oportuna para o estabelecimento do diálogo com órgãos diversos do poder e com as forças vivas em presença. Qualquer que seja o Governo esse diálogo procura ser implementado. E, nesta deslocação às Flores o Governo Regional procurou fazê-lo, mas não foi capaz de estimular o diálogo com um sector fundamental do poder local democrático, as Juntas de Freguesia, na medida que apenas dialogou com a Junta de Freguesia da Caveira, única Junta da Ilha presidida por um militante do Partido Socialista, tendo mesmo participado no Plenário de Freguesia, esquecendo-se ou ostensivamente não se lembrando da existência na Ilha de mais 10 Juntas de Freguesia, as quais têm assinados protocolos diversos com o Governo Regional e participam junto das populações em processos que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Independentemente do Governo Regional participar ou não no Plenário de Freguesia da Caveira, teria sido útil e importante, para as Flores, que o Governo Regional pudesse ter auscultado as opiniões dos Presidentes das Juntas de Freguesia; na reunião em que participaram os membros das Câmaras Municipais não estaria sido despiciendo a presença e participação, se assim o entendessem, de todas as Juntas de Freguesia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vários Governos Regionais levaram a cabo a construção da infraestrutura turística conhecida por Siturflor, hoje a obra está concluída, faltando-lhe os arranjos externos. A Sociedade Siturflor é constituída por uma pequeníssima percentagem de capital privado e o empreendimento foi fundamentalmente custeado pelo erário público. Durante a visita do Governo às Flores ninguém se referiu, em público, à Siturflor;

Será que alguma sociedade ligada ao turismo tem interesse naquela infraestrutura? E, se não houver interessados qual será o seu futuro?

Este processo nasceu mal há mais de uma dezena de anos, mantém-se confuso.

Numa Ilha onde ainda existem dificuldades de alojamento condigno para muitos dos professores que chegam de novo e onde o Governo Regional aluga habitações e quartos de Hotel para técnicos seus, em nosso entender, seria absolutamente necessário que o Governo Regional e as Câmaras Municipais se entendessem no sentido dos apartamentos que constituem a Siturflor pudessem ser devidamente aproveitados para instalação daqueles que não sendo naturais da Ilha, desempenham funções nas Flores, as quais são fundamentais para o processo de evolução social e económico de que a Ilha necessita.

Também durante a visita do Governo Regional não se falou da reconstrução do edifício do Posto Meteorológico, desmantelado no início do corrente ano e que deve ser reconstruído em local apropriado. É evidente que o seu desmantelamento foi necessário a bem duma melhor operacionalidade do aeroporto das Flores, mas se o Governo Regional atendesse ao desejo da Casa do Povo de Santa Cruz no sentido daquele edifício ser reconstruído e transformado em sede social daquela instituição seria uma saída útil para o edifício e a garantia da sua reconstrução. Igualmente é urgente que se encontre um aproveitamento útil para o terraplano, na Vila de Santa Cruz, onde antes existia o Posto Meteorológico.

Outro dos assuntos que julgávamos na ordem do dia e não foi falado durante a visita do Governo às Flores foi o aterro sanitário; as Câmaras Municipais dele não quiseram falar e sobre ele também não falou o Governo Regional. É fundamental que nesta matéria Governo regional e Autarquias dialoguem e se entendam a bem da qualidade de vida dos florentinos e dum ambiente acolhedor para todos os que nos visitam.

Da conclusão da estrada da volta da Ilha falou-se, falou o Director Regional dos Recursos Florestais, que para construir 4 Km de via em terra batida necessita de 3 anos — é muito tempo para pouca distância. Esperamos que as Câmaras Municipais das Flores, colaborem elas próprias o resto da estrada em falta, ligando a Burrinha à Estrada das Lombas.

Para outra e melhor oportunidade ficaram diversas obras reivindicadas por muitos florentinos como por exemplo a Casa de Repouso para a Terceira Idade nas Lajes, o porto de recreio em Santa Cruz, a pavimentação betuminosa das estradas agro-silvo-pecuárias e intervenções no sentido de combater a eutrofização das lagoas e efectuar a limpeza da Rocha dos Bordões.

Como ainda recentemente aprovamos nesta Assembleia, por proposta do Governo, o sistema de leitura pública, teria sido altura de se iniciarem diálogos entre as Câmaras Municipais e o Governo Regional sobre "Bibliotecas Públicas Municipais", mas também ainda não foi desta vez que esse diálogo se iniciou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É justo que mencionemos aspectos positivos da visita e decisões de importância para a nossa Ilha que foram tomadas na altura, destacando:

- a) O concurso público para a adjudicação da obra de ampliação da Escola Padre Maurício de Freitas;
- b) a elaboração do projecto da zona de recreio do Porto das Lajes;
- c) a repavimentação de diversos troços de estradas;
- d) a elaboração do projecto de reparação e remodelação do Centro de Saúde.

Também nos apraz registar o bom andamento das obras do matadouro, assim como das pontes e da recuperação de outros estragos provocados pelos temporais de 95, 96 e 97 e os apoios à Associação Agrícola e à União de Cooperativas.

Hoje nas Flores, há investimentos públicos de monta em execução, é necessário reconhecê-lo, mas as necessidades do progresso, do desenvolvimento e duma melhor qualidade de vida das populações exigem ainda um esforço público volumoso que permita aos florentinos alcançar os patamares sociais e económicos dignos dos tempos presentes.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento à Casa, face a duas situações referenciadas, relativamente à visita oficial do Governo às Flores.

Refiro-me, em primeiro lugar, à estrada da volta da ilha e à apresentação que se fez aos senhores presidentes de câmara, a todos os Srs. Deputados e a todos aqueles que acompanharam e participaram nessa visita.

O prazo de execução, tal qual foi indicado aqui, tem a ver com a disponibilidade da mão-de-obra na Ilha das Flores e foi nesse sentido que ele foi apresentado.

Também foi dito que caso se consigam resolver problemas de disponibilidade de mão-de-obra, a obra avançará, evidentemente, mais depressa.

O que é facto é que o Governo Regional, noutras obras, onde isso se tem verificado, elas têm avançado muito mais depressa do que esta.

No que respeita à questão do aterro sanitário, o Governo Regional, em tempo oportuno, aliás não nesta mas na visita anterior à Ilha das Flores, deu parecer positivo e apoiou o projecto do aterro, referente à Ilha.

Havia uma situação, que era a situação de acordo entre as duas autarquias, que pensávamos que era definitivo, mas parece que estas voltaram a desentender-se, novamente. É uma questão na qual iremos dar o nosso apoio técnico, mas é evidente que não nos podemos substituir às próprias autarquias, na resolução das suas diferenças.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São rápidos esclarecimentos em relação à intervenção que foi feita pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Em relação à Siturflor, eu não queria repetir os erros do passado, que foram debatidos aqui esta manhã, mas quando se fala de qualquer coisa, para se avaliar se é bom ou mau, tem de se fazer sempre um processo de comparação. As coisas boas, são boas em relação a qualquer coisa.

A Siturflor foi, de facto, um erro do passado, numa ilha na altura que vivia uma grave crise na hotelaria e foi entendido que se gastou muito, mas mesmo muito dinheiro e que efectivamente vai haver um processo de alienação, decidido em assembleia de

sócios e que nós gostaríamos que fosse feito na área do turismo. Vamos ver, mas vai depender do processo de alienação que ainda não está concluído.

Isto faz-me lembrar, exactamente, o problema das padarias das Flores.

Quanto ao porto de recreio da Lajes, que o Sr. não mencionou, penso que foi um projecto interessante que nós lançámos e para o qual nos tínhamos comprometido.

Não nos tínhamos comprometido com o porto de recreio de Santa Cruz que, como sabe, estava orçado em 950 mil contos em 1992, que a preços actuais ronda 1,4 milhões de contos e, como todos nós sabemos, com as variações que existem nas obras portuárias isto facilmente poderá chegar aos dois milhões de contos.

Efectivamente Santa Cruz não tem as condições naturais que tem as Lajes. Não duvidamos que poderá ser feita qualquer coisa na área das embarcações de recreio, mas para os locais, duvidamos sim que seja um porto para receber iates que vêm de fora. Aí, naturalmente, as Lajes têm melhores condições e é nisso que o Governo Regional deverá apostar prioritariamente.

Os investimentos do Governo Regional nas Flores foram, nos últimos dois anos, extremamente avultados, nunca se investiu tanto nas Flores como se investiu agora.

É evidente que uma grande parte desses investimentos se devem, de facto, à existência de calamidades, mas uma realidade é certa, as obras de reparação que foram feitas por este Governo nas Flores, nada têm a ver — e mais uma vez se têm de comparar com o passado — com as obras de reparação feitas, em situações de calamidade anteriores, tendo sido feitas reparações totalmente diferentes daquelas que estão a ser feitas hoje.

As pontes que nós fizemos nas Flores têm qualidade, têm resistência e solidez para futuras intempéries.

É com isso que nós nos congratulamos e é por isso que, no fundo, os habitantes das Flores estão de parabéns.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu, no final da minha intervenção, deve ter notado, que referi, efectivamente, aquilo que está a ser feito na Ilha das Flores e que eu reconheço que é importante.

Não é por acaso que em relação ao último e penúltimo Plano e Orçamento, tive aqui uma actuação em função daquilo que se está a fazer nas Flores.

É evidente que se as propostas fossem outras o meu comportamento, nesta Casa e na votação teria sido outro. Por isso mesmo, eu entendo que efectivamente se está a fazer obras nas Flores, obras importantes e que são fundamentais. Afirmei, não pus em causa.

Agora, há reparos a fazer. Há mais investimentos que a ilha necessita e que, de facto, da nossa parte, vamos continuar e queremos continuar a lutar para que esses investimentos se concretizem.

O Sr. Secretário refere-se ao porto de recreio da Lajes e quero-lhe dizer que estamos de acordo com ele, efectivamente aquela obra é importante. É importante que avance. Desejaríamos que aquele projecto fosse feito imediatamente, gostaríamos de ver amanhã iniciar-se a obra.

No entanto, em relação aos portos de recreio, dado o movimento da ilha, dado aquilo que se passa, efectivamente, naquela ilha, é fundamental avançar com o porto de recreio da Lajes, mas também é fundamental pensar-se no apetrechamento em Santa Cruz, porque, de facto, como foi visto na apresentação do documento, o porto de recreio que vai ser feito nas Lajes tem uma limitação muito grande, que é a limitação física da própria envolvente. Por isso, à partida, afirmamos, categoricamente, que ele vai ser um contributo, vai ser um avanço, mas não irá ser suficiente

Em relação à Siturflor Sr. Secretário, em nosso entender, o problema desta unidade arrasta-se há tempo demais. Um dos nossos grandes desejos era que, efectivamente, esta situação fosse bem resolvida, porque de facto aquela infraestrutura está terminada internamente, mas o arranjo externo ainda não está feito. Está há meses sem ter qualquer intervenção.

Nós temos grandes preocupações, porque se aquilo continua como tem estado nos últimos 3, 4 ou 5 meses, vão surgir consequências graves para a degradação e, inclusivamente, para a vandalização daquilo que ali está.

É uma preocupação que nós temos, interpretando o desejo de muitos cidadãos conscientes da nossa terra, porque ou vai haver alguém que seja zelador daquela obra ou podemos ter consequências como, aliás, no passado já houve em relação à degradação daquela obra.

Por outro lado, chamamos a atenção para outro aspecto, que é a necessidade do diálogo entre as forças vivas em relação à matéria, porque até agora, que saibamos, não existe, e se existe o Sr. Secretário que o diga, alguma firma que se tenha mostrado interessada naquele infraestrutura.

Que se conste, até ao momento não há.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Só quando abrir concurso!

O Orador: Não, não é só quando abrir concurso, pois sabemos que tem havido contratos exploratórios e isso o Sr. Secretário sabe melhor do que nós.

O Sr. Secretário é que tem a mão na massa, não somos nós.

Nós sabemos que têm havido contactos exploratórios e que até ao momento os resultados não foram positivos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O hotel do aeroporto!

O Orador: Sr. Secretário o grande problema que se põe é que aquilo é um conjunto de pouco mais de uma dúzia de apartamentos.

Nós entendemos que, efectivamente, poderá haver uma solução social para aquela infraestrutura diferente do turismo, porque neste momento como o Sr. Secretário também sabe, o turismo nas Flores não luta por falta de camas, luta é por excesso de camas. Nós temos um mês ou dois por ano de ocupação boa e temos dez meses de pouca ocupação. É esta a realidade.

Por outro lado, nós sabemos que aquilo é uma ilha pequena e a grande maioria dos técnicos, professores, etc, que estão a contribuir para o desenvolvimento daquela ilha, são de fora. Nós sabemos que há grande dificuldade no alojamento de muitas dessas pessoas que estão a tempo permanente lá, por isso pensamos que esta matéria deverá merecer um pouco de cuidado e atenção de todos os responsáveis.

Quando dizemos todos, não nos estamos a referir apenas ao Governo Regional, mas sim a todas as forças vivas e instituições das Flores.

Em relação ao aterro sanitário, Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente, eu apenas referi que ninguém abordou o assunto e é com muita mágoa que o afirmo, porque é uma matéria que deve também preocupar todos, pois nós continuamos a não aceitar que naquela ilha, como aliás em qualquer outro local desta Região, se continue a utilizar, sem qualquer critério, o modo como os resíduos estão a ser depositados, em lixeiras a céu aberto.

Deste modo entendemos que isto deve terminar sendo todos nós responsáveis para que isto termine.

Sr. Secretário, em relação à estrada da volta da ilha, em nosso entender três anos para construir quatro quilómetros de estrada, por parte da administração florestal, é um exagero.

Por outro lado, temos alguma preocupação, quando se deixa no ar a ideia, de que irá haver colaboração entre o Governo Regional e as autarquias, sem se partir para protocolos escritos, para acordos firmados e compromissos assumidos.

Quando o Governo Regional, visitou a Ilha das Flores, o ano passado, já se falava nesta matéria, no sentido de haver cooperação entre as autarquias da ilha e a Direcção Regional dos Serviços Florestais e a realidade é que passados alguns meses, esse entendimento, essa recuperação dos caminhos em conjugação autarquias/Direcção Regional dos Serviços Florestais, não aconteceu.

Por isso mesmo, essas matérias têm que ser implementadas preto no branco, protocolos executados, compromissos assumidos.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos então dar início ao nosso primeiro ponto da ordem do dia, com a apresentação dos relatórios.

Para apresentar o relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a que se refere o artigo 125º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Capítulo I

Generalidades

1 - Constituição da Comissão

A Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é constituída pelos seguintes senhores deputados:

a) Partido Socialista (PS)

António José Loura

António Silva Melo

Guilherme Pinto

José Nascimento de Ávila

Herberto Rosa

b) Partido Social Democrata (PSD)

Joaquim Ponte

José Manuel Nunes

Manuel Brasil

Jorge Manuel Valadão

Sidónio Bettencourt

c) Partido Popular (PP)

Alvarino Pinheiro

2 - Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é constituída pelos seguintes senhores deputados:

Presidente – Joaquim Ponte (PSD)

Relator – Sidónio Bettencourt (PSD)

Secretário – José Nascimento Ávila (PS)

Capítulo II

Reuniões efectuadas

A Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, deslocou-se à ilha de S. Jorge nos dias 12, 13, 14 e 15 de Abril de 1999 e contactou no âmbito das suas competências com as seguintes entidades:

- Presidente da Câmara Municipal das Velas
- Presidente da Câmara Municipal da Calheta
- Director do Jornal "Correio de S. Jorge"
- Director da Estação "Rádio Lumena"
- Presidente da Associação de Desportos Náuticos das Velas e o gerente da agência de viagens "Aquarius" interessados na aquisição do imóvel anteriormente destinado à instalação da Delegação da ALRA.
- Escola de Formação Profissional
- Associação dos Amigos da Caldeira do Santo Cristo

A Comissão analisou alguns diplomas em reunião havida numa dependência da Câmara Municipal das Velas, por falta de condições apropriadas para o efeito, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em S. Jorge.

Os deputados António Gomes (PS) e Francisco Xavier (PSD) substituíram respectivamente os deputados José Nascimento Ávila e José Manuel Nunes.

O deputado António Silva Melo (PS) faltou justificadamente.

Capítulo III

Trabalho Realizado

1 - Durante o ante-período legislativo de Abril a Comissão visitou a orla marítima da Calheta e Fajã dos Vimes, a Lagoa e Fajã da Caldeira de Santo Cristo, a quinta da Escola de Formação Profissional de S. Jorge, e apreciou e emitiu parecer sobre as seguintes propostas de diploma:

a) Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 13/98 - "Regime de planeamento e gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores";

b) Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 17/98 - "Regime jurídico da utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores".

2 - A Comissão analisou a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/98 - "Princípios e orientações a observar na gestão dos recursos hídricos e na utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores" e entendeu, antes de tomar qualquer posição, convocar para uma audição sobre a matéria o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

3 - No âmbito da discussão e análise do Ante-Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Estrutura orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa Regional dos Açores", a Comissão ouviu uma exposição de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Humberto Melo e, designou o seu Presidente Joaquim Ponte (PSD) e o deputado Guilherme Pinto (PS) para apresentarem um documento mais detalhado que corresponda de forma abrangente às necessidades actualmente verificadas.

Capítulo IV

Trabalhos Pendentes

Na Comissão encontram-se pendentes, os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional - Regime Jurídico do Conselho de Ilha.
- Ante-Projecto de Decreto Legislativo - Estrutura Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/98 – Princípios e orientações a observar na gestão dos recursos hídricos e na utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/98 – Aplicação à R.A.A. do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro (Rede Nacional de Áreas Protegidas);

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/98 – Reserva Ecológica Regional (RER);
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/98 – Regime dos Planos Especiais de Ordenamento do Território na Região Autónoma dos Açores;
- No âmbito da Audição dos órgãos de Governo próprio - Projecto de Decreto que altera o D.L. n.º 152/97, de 19 de Junho relativo "ao tratamento de águas residuais urbanas".
- Relatório da visita da Comissão à ilha de S. Jorge nos dias 12, 13, 14 e 15 de Abril de 1999.

Horta, 19 de Abril de 1999.

O Relator, *Sidónio Bettencourt*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Joaquim Ponte*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier para apresentar o Relatório da Comissão de Política Geral

Deputado Francisco Xavier(PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Política Geral a que se refere o artigo 125.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Abril de 1999.

Capítulo I

Generalidades

1. A Comissão de Política Geral é constituída pelos seguintes deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Manuel da Silva Azevedo (Presidente)
- Francisco Xavier Araújo Rodrigues (Relator)
- João Manuel Bettencourt Cunha
- José Maria Bairos

b) Do Partido Socialista (PS)

- Maria da Natividade Medeiros da Luz (Secretária)
- João Carlos Couto Macedo
- José Humberto de Medeiros Chaves
- Rui Pedro Lopes Machado Ávila

c) Do Partido Popular (PP)

- João Maria Fraga Greves
- Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa - **Independente**

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo António de Freitas Valadão

2. Às reuniões da Comissão, nos dias 23, 24 e 25 de Março, o Deputado João Greves, do PP, faltou justificadamente e os Deputados João Cunha, do PSD, e José Humberto Chaves, do PS, foram substituídos, respectivamente, pelos Deputados Eugénio Leal e Guilherme Pinto. O Deputado do PS, João Carlos Macedo, foi substituído pelo Deputado Manuel Serpa, nos dias 23 e 24 de Março, e, no dia 25, pelo deputado Francisco Oliveira. O Deputado do PSD e Presidente da Comissão, Manuel Azevedo, foi substituído, no dia 25, pelo Deputado Madruga da Costa. A presidência da Comissão, nesse dia, foi assumida, em regime de substituição, pelo Deputado do PSD e relator, Francisco Xavier Rodrigues.

Capítulo II

Trabalhos realizados

1. No dia 23 de Março, a Comissão reuniu para tratar assuntos diversos, designadamente:

- a) Programar a visita às comunidades açorianas radicadas no Canadá e Bermuda;
- b) Proceder à consulta pública através dos órgãos de imprensa, às entidades sindicais e patronais, em relação ao Projecto de Decreto Legislativo Regional, "Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional na R.A.A", apresentado pelo PCP. Em relação a esta matéria foi deliberado pela Comissão que o referido anúncio nos órgãos de imprensa será feito em jornais de todas as ilhas, sempre que os haja e desde que a referida publicação ocorra em tempo útil;
- c) Emitir parecer ao Projecto de Decreto-Lei que "altera o Decreto-Lei nº 349/98, de 11 de Novembro, diploma que estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação".

2. No dia 24 de Março, a Comissão realizou os seguintes trabalhos:

- a) Audição ao Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, sobre os custos de insularidade;
- b) Audição ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta;
- c) Solicitar uma audição ao Senhor secretário Regional Adjunto da Presidência, para o mês de Junho, em Angra do Heroísmo, tendo em conta que se tem revelado difícil a Comissão dar o devido seguimento ao estudo das formas de compensação pelos custos acrescidos de insularidade, porque não tem sido possível obter do Governo Regional elementos fundamentais que estão na sua posse e que, por diversas vezes e formalmente, têm sido solicitados;

3. A 25 de Março, a Comissão reuniu com o Senhor Presidente e Comandante da Associação de Bombeiros Voluntários da Horta, na respectiva Sede.

4. No dia 6 de Abril, uma subcomissão, reunida em Ponta Delgada, analisou e emitiu parecer ao Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime geral de atribuição de incentivo à mobilidade dos recursos humanos na Administração Pública.

5. No dia 20 de Abril, a Comissão reuniu, na Sede da ALRA, na Horta, para ler e aprovar:

- a) Os relatórios e proposta de recomendações das reuniões realizadas com a Câmara Municipal e Bombeiros Voluntários do Concelho de Nordeste que ficam anexados ao presente documento;

b) O presente relatório, elaborado ao abrigo do artigo 125º, do Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Capítulo III

Programação dos trabalhos

- 1.** Reunião em S. Miguel, nos dias 5 a 7 de Maio, com visita a Vila Franca do Campo e audições ao Presidente da Câmara Municipal e Associação de Bombeiros.
- 2.** Audição ao Secretário Regional Adjunto da Presidência sobre questões relativas aos "custos de insularidade".
- 3.** Visita ao Concelho de Angra do Heroísmo, nos dias 8 e 9 de Junho, com audições ao Presidente da Câmara e Associação de Bombeiros Voluntários.
- 4.** De 20 a 30 de Junho, visita às comunidades açorianas radicadas na cidade de Toronto - Canadá - e na Bermuda.
- 5.** O colóquio a realizar, em Ponta Delgada, sobre as questões europeias - 3º QCA - e sua incidência na Região, aguarda programação para uma data mais oportuna.

Capítulo IV

Trabalhos pendentes

1. Estudo das formas de compensação aos trabalhadores açorianos, pelos custos acrescidos de insularidade, de acordo com a Resolução nº 10/97/A, de 12 de Dezembro. Nesta matéria, é de referir que já se realizaram audições às seguintes entidades:

- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta;
- Secretário Regional da Economia;
- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Presidente da Associação de Consumidores da Região Açores-ACRA;
- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo;

- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local;
- Sindicato Democrático dos Professores;
- Universidade dos Açores - Departamento de Gestão e Economia;
- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública;
- Sindicato da Função Pública do Sul e Açores;
- União Geral dos Trabalhadores (UGT).
- Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Para além destas entidades, outras foram, para o efeito, contactadas, mas, por razões desconhecidas, não compareceram para a audição. Foram os casos da CGTP-IN e do Sindicato dos Professores da Região Açores. De igual modo e sobre esta matéria, a Comissão tem, ainda, programada uma audição ao Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência.

2. Relatórios da visita ao Concelho da Horta, designadamente, das reuniões com a Câmara Municipal e Associação de Bombeiros Voluntários.

Horta, 20 de Abril de 1998.

O Relator, *Francisco Xavier Araújo Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

Anexos

VISITA AO CONCELHO DE NORDESTE

99/03/03

No dia 3 de Março de 1999, a Comissão de Política Geral, no âmbito das suas competências, visitou o Concelho de Nordeste, onde realizou audições ao Senhor Presidente da Câmara e à Direcção e Comando da Associação de Bombeiros Voluntários, das quais se elaborou os relatórios que a seguir são anexados.

CÂMARA MUNICIPAL DE NORDESTE

A reunião ocorreu pelas 10:00 horas, no Salão Nobre da Câmara, com a presença do Senhor Presidente da Câmara.

Dos assuntos analisados, destacam-se os seguintes:

- Criticou o facto da comunicação social estar ausente, referindo que ele não dava a devida importância a este tipo de reuniões;
- A obra projectada pela Câmara, para a Foz-da-Ribeira, orçamentada em mais de 200 mil contos, continua a arrastar-se sem a solução e o manifesto empenhamento por parte do Governo Regional. O projecto está concluído e integra-se na medida "calamidades". Numa audiência ao Presidente do Governo, a 9 de Maio de 1998, o projecto foi apresentado, tendo o Presidente recomendado que houvesse uma entidade credível que garantisse a segurança e qualidade da obra. A escolhida foi o Laboratório de Engenharia Civil. O parecer foi positivo e solicitou-se nova audiência, mas recorda que o Presidente do Governo ainda não entendeu receber a Câmara;
- Recordou que a citada zona degrada-se permanentemente e que para o caso das piscinas municipais da Lagoa foi determinado, por Resolução do Governo, a isenção de "plafond".
- Quanto às dívidas do Governo às Câmaras, no que se refere a calamidades, diz que a quantificação das verbas atribuídas neste âmbito foi feita sem uma reunião conjunta e sem definição prévia de critérios. Os próprios Secretários Regionais mais contactados nesta matéria dizem desconhecer os critérios adoptados pelo Director Regional das Obras Públicas. Para que haja justiça, a Câmara espera pela rectificação dos montantes atribuídos e sente que está a ser prejudicada pelas dificuldades que lhe são criadas.
- A Câmara e as Juntas de Freguesia, dentro do possível, têm feito intervenções nos caminhos agrícolas. Consideram que, por via dessa acção, deveriam ter apoios do Governo através de protocolos de cooperação, porque, de facto, estão dispostos a assumirem mais responsabilidades. Alertaram ainda para a necessidade da limpeza das matas e dos caminhos nos perímetros florestais que se encontram abandonados. Nesta matéria, são de opinião que os Serviços Florestais deveriam dedicar-se a esses trabalhos .
- Alertou ainda para a excessiva lentidão das obras que estão a decorrer no "pontão" dos Fenais da Ajuda e para a péssima pavimentação das estradas do Salto do Cavalo e da Tronqueira.

- Habitação: de uma maneira geral todas as freguesias têm-se queixado por não terem recebido dinheiro para a habitação degradada. Nesta matéria o Presidente da Câmara apresentou a seguinte sugestão:

- Até 100 contos seria da responsabilidade da Junta de Freguesia;
- Até 1000 contos, seria da Câmara Municipal;
- A partir de 1000 contos, do Governo Regional.
- Quanto à "primeira habitação", dizem que a maioria dos casais jovens vive em habitações arrendadas, as quais, habitualmente pertencem a emigrantes. Por esse facto, a conservação destas casas não se faz com a regularidade desejada. Por outro lado, a aquisição de casa própria pelos jovens não é fácil por motivos que se prendem com as limitações impostas pelas instituições de crédito.

- PEDRAA II:

- O "plafond" disponível da Câmara de Nordeste é de 76 mil contos;
- A unidade de gestão, que não reúne há mais de um ano, deveria reunir pelo menos duas vezes anualmente;
- O processo seria mais rápido e eficaz se houvesse apenas uma entidade de apreciação e não duas DROAP e DREPA. A título de exemplo referiram que de uma determinada obra de 1996 ainda não receberam as respectivas verbas;
- Considera que a situação actual da dívida é grave, tanto mais que, até 1996, nunca houve atrasos do PEDRAA II.
- No domínio da Protecção Civil, referiram que estão a actualizar o seu Plano Municipal de Emergência, com o contributo de várias entidades, nomeadamente a Universidade dos Açores, e que já têm em funcionamento o Serviço Municipal de Protecção Civil.

Estão anexadas a este relatório cópias de alguns documentos que fundamentam muitas das informações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara.

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE
NORDESTE**

Das questões tratadas, destacam-se as seguintes:

- Necessitam de uma nova viatura para os serviços de urgência. De facto, numa deslocação a Ponta Delgada, a ambulância percorre 150 Km, ida e volta. Chegam a

fazer, diariamente, 800 Km. De acordo com as necessidades reais, necessitam de três unidades;

- O parque de viaturas é antigo:

- Esperam que o Governo salde uma dívida de 3000 contos que se refere a trabalhos a mais que resultaram da construção de uma garagem para viaturas. Houve, em altura oportuna, a promessa de pagamento, mas da nova administração, desconhecem as suas intervenções.

- Para socorros a náufragos, não possuem nem material apropriado, nem pessoal preparado.

- Ao nível das comunicações, existe dificuldade nas muitas "zonas escuras". Há necessidade de reforçar a rede de telecomunicações.

- No serviço ambulatório, não possuem capacidade financeira suficiente para pagar o pessoal das três equipas. De facto, necessitam de mais uma equipa para permitir mais folgas e descanso do pessoal.

- Referem que são necessárias melhores condições para a protecção civil, designadamente, uma sala para o Serviço Municipal de Protecção Civil.

- Alertam para o facto de que as novas direcções não têm preparação prévia, antes de tomar posse.

- As receitas resultam das quotas de 250 sócios, do abastecimento de combustíveis, dos apoios da Inspecção Regional de Bombeiros e da Câmara Municipal, que além do contributo financeiro ainda garante o seguro de vida dos Bombeiros.

RECOMENDAÇÕES

Câmara Municipal

O Projecto da Foz-da-Ribeira é, pela 2ª vez, trazido por esta Comissão ao conhecimento da Assembleia Legislativa. Depois da exigência do Presidente do Governo ter sido satisfeita pela Câmara de Nordeste, nomeadamente, a apresentação de um estudo e parecer positivos de entidade credível, é de sugerir ao Governo Regional que dê o melhor seguimento ao projecto, por forma a valorizar o litoral da Vila e, simultaneamente, melhorar a qualidade de vida dos nordestenses, tal como fez com as piscinas na vila da Lagoa.

No que respeita às dívidas das calamidades há que clarificar toda esta situação, principalmente no domínio dos critérios aplicados pelo Governo e da sua transparência para que seja reposta a justiça nesta matéria.

A situação relativa à conservação dos caminhos há que ser clarificada, quer pela via legislativa, quer por formas de cooperação eficazes, envolvendo todos os intervenientes no processo.

É de ter em atenção e de dar a devida resposta aos problemas apresentados sobre a habitação, especialmente as questões que, nesta matéria, são postas pelas juntas de freguesia.

A lentidão processual e a demora dos pagamentos pela unidade gestão do PEDRAA II continuam a ser questões presentes, pelo que se recomenda que, no mínimo, haja o devido esclarecimento junto da Câmara e a necessária partilha de informações, independentemente de se ter que reformular as vias processuais e de se ter que imprimir mais rapidez aos pagamentos devidos.

Associação de Bombeiros Voluntários

- Os 150 km que uma ambulância tem de percorrer para transportar um doente a Ponta Delgada evidencia, de forma relevante, o necessário reapetrechamento da Associação em termos de viaturas e de pessoal.

- É de ter em consideração o espaço condigno que solicitam para a Protecção Civil.

- Sugere-se de igual forma que o actual Governo Regional, tendo em consideração o compromisso que o anterior assumiu, contribua com os 3 mil contos utilizados na ampliação do quartel. A obra já foi realizada e de forma alguma a Associação poderá ficar prejudicada com a mudança que, entretanto, ocorreu na Administração Regional.

- É de ter ainda em atenção o reforço da rede de telecomunicações, a renovação do parque de viaturas e o apoio ao sector dos socorros a náufragos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa para apresentar o Relatório da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de Assuntos Sociais a que se refere o artigo 125º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Abril de 1999.

Capítulo I

Introdução

1. A Comissão Permanente de Assuntos Sociais, é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

- João Santos
- Maria de Fátima Sousa
- Maria Fernanda Mendes
- Vasco Cordeiro

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Ana Carolina da Silva
- António Menezes
- Aurélio da Fonseca
- José Manuel Bolieiro

c) Do Partido Popular (CDS)/PP)

- João Greves
- Nuno Almeida e Sousa

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - Maria Fernanda Mendes (PS)

Relatora - Maria de Fátima Sousa (PS)

Secretário - Aurélio da Fonseca (PSD).

Capítulo II

Reuniões efectuadas

1. A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu nos dias 23 de Março e 15 de Abril de 1999, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada.
2. Nos dias 8 e 9 de Abril de 1999 a Comissão de Assuntos Sociais reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada.
3. A Comissão voltou a reunir no dia 20 de Abril de 1999 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
4. Na reunião do dia 23 de Março de 1999 participaram todos os Deputados que compõem a Subcomissão de Assuntos Sociais.
5. a) Nas reuniões de 8 e 9 de Abril de 1999, o Deputado João Santos (PS), foi substituído pelo Deputado Carlos Fraga (PS).
b) No dia 8 de Abril de 1999, o Deputado Vasco Cordeiro (PS), foi substituído pelo Deputado Francisco Sousa (PS).
c) O Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP), faltou justificadamente no dia 9 de Abril de 1999.
d) Os Deputados João Greves (PP) e Paulo Valadão (PCP), faltaram justificadamente nos dias 8 e 9 de Abril de 1999.
6. Na reunião da Subcomissão do dia 15 de Abril de 1999 a Deputada Fernanda Mendes (P.S.) foi substituída pelo Deputado Francisco Sousa (P.S.). Faltaram justificadamente os Deputados Nuno Almeida e Sousa (P.P.) e Paulo Valadão do (P.C.P.).
7. Na reunião do dia 20 de Abril de 1999, não estiveram presentes os Deputados do P.P. e do P.C.P. que faltaram justificadamente.

Capítulo III

Trabalhos realizados

1. A Subcomissão na reunião do dia 23 de Março de 1999 apreciou e emitiu parecer sobre os seguintes documentos:

- Projecto de Decreto-Lei que "procede à reformulação e aperfeiçoamento global da regulamentação das doenças profissionais em conformidade com o novo regime jurídico aprovado pela Lei nº 100/97, de 13 de Setembro, e no desenvolvimento do regime previsto na Lei nº 28/84, de 14 de Agosto";

- Projecto de Decreto-Lei que "desenvolve o regime jurídico criado pelo Decreto-Lei nº 13/93, de 15 de Janeiro, no que concerne ao licenciamento dos laboratórios".

2. A Comissão nas reuniões dos dias 8 e 9 de Abril de 1999 procedeu ao seguinte:

- Elegeu a Mesa da Comissão, no cumprimento da Resolução nº 1-A/99/A, de 30 de Janeiro;

- Programou os seus próximos trabalhos;

- Apreciou e emitiu parecer sobre o seguinte:

2.1. Projecto de Decreto-Lei que "estabelece o regime jurídico e aplicável às fórmulas para lactentes e às fórmulas de transição destinadas a lactentes saudáveis";

2.2. Projecto de Decreto-Lei que "transpõe para o direito interno a Directiva 96/8/CE, da Comissão, de 26 de Fevereiro, e estabelece o regime jurídico aplicável aos alimentos para fins nutricionais específicos, destinados a serem utilizados em dietas de restrição calórica para redução do peso e como tal apresentados";

2.3. Projecto de Decreto-Lei que "transpõe para o direito interno a Directiva nº 96/5/CE, da Comissão, de 16 de Fevereiro, e a Directiva nº 98/36/CE, da Comissão, de 2 de Junho, e estabelece o regime jurídico dos géneros alimentícios para utilização nutricional especial, que satisfaçam os requisitos específicos relativos aos lactentes e a crianças jovens em suplemento das suas dietas e/ou adaptação progressiva à alimentação normal";

2.4. Veto do Sr. Ministro da República relativo à apreciação sobre o Decreto Legislativo Regional nº 6/99 que "define o regime de autonomia, administração e

gestão dos estabelecimentos dos 2º e 3º ciclos dos ensinos básico e secundário, bem como das escolas básicas integradas";

2.5. Projecto de Decreto Legislativo Regional "Adaptação à Região do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos";

2.6. Foram ainda efectuadas audições à Associação Portuguesa de Médicos de Clínica Geral, ao Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais e Subsecretário Regional da Saúde no âmbito da Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores (Organização e Funcionamento dos Serviços de Saúde da Região Autónoma dos Açores)".

3. Na reunião do dia 15 de Abril de 1999, a Subcomissão mandatada pela Comissão de Assuntos Sociais, realizou audições aos Sindicatos: Sindicato Nacional dos Professores Licenciados; Sindicato Democrático dos Professores dos Açores e Sindicato dos Professores da Região Açores, no âmbito do Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Adaptação à Região do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos".

4. Na reunião do dia 20 de Abril de 1999, a Comissão emitiu parecer sobre o Projecto mencionado no ponto anterior.

A Comissão analisou, ainda, e aprovou o presente relatório elaborado ao abrigo do artigo 125º do Regimento da ALRA.

Capítulo IV

Programação dos trabalhos

- De 31 de Maio a 2 de Junho de 1999, visita da Comissão Permanente de Assuntos Sociais à Ilha Graciosa.

Capítulo V

Trabalhos pendentes

Na Comissão encontram-se pendentes os seguintes documentos:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional "Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores (Organização e Funcionamento dos Serviços de Saúde da Região Autónoma dos Açores)";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 29/98 - "Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo".

Horta, 20 de Abril de 1999.

A Relatora, *Maria de Fátima Sousa*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Maria Fernanda Mendes*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão para apresentar o Relatório da Comissão de Economia.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Economia a que se refere o artigo 125º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Abril de 1999.

Capítulo I

Generalidades

1. Constituição da Comissão

A Comissão Permanente de Economia é constituída pelos seguintes deputados:

a) PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Augusto Elavai
- Élio Valadão
- Francisco Oliveira
- João Forjaz Sampaio
- Luís Resendes

a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- António Almeida
- Berta Cabral
- Duarte Freitas
- Eugénio Leal
- Mark Marques

a) PARTIDO POPULAR (PP)

- Alvarino Pinheiro

2. MESA DA COMISSÃO

A mesa da Comissão de Economia é constituída pelos seguintes deputados:

Presidente - Augusto Elavai (PS)

Relator - Élio Valadão (PS)

Secretário - Duarte Freitas (PSD)

Capítulo II

Reuniões efectuadas

A Comissão reuniu no dia 17 de Março, na sede da Assembleia Legislativa Regional, na cidade da Horta. O deputado Manuel Azevedo substituiu o deputado António Almeida.

A Comissão voltou a reunir nos dias 29 e 30 de Março, na delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo. O deputado Aurélio da Fonseca

substituiu o deputado Eugénio Leal. Faltou justificadamente o deputado Duarte Freitas.

A Comissão reuniu ainda nos dias 7, 8 e 9 de Abril, na delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada. Os deputados José Xavier e Manuel Azevedo substituíram respectivamente os deputados Eugénio Leal e Duarte Freitas. Faltou justificadamente o deputado Alvarino Pinheiro.

Capítulo III

Trabalhos realizados

Durante este Ante-Período Legislativo de Abril a Comissão apreciou e emitiu parecer, por solicitação do Governo da República, sobre os seguintes projectos de Decreto-Lei:

- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 96/22/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal;
- Projecto de Decreto-Lei que regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos Planos de Gestão Florestal (PGF);
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o enquadramento jurídico dos poderes conferidos ao Instituto do Consumidor pelas alíneas a) e d) do nº 2 do artigo 21º da Lei nº 24/96, de 31 de Junho;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as disposições aplicáveis à cessação da comercialização da gasolina com chumbo e a disponibilização, aos consumidores, de produtos que a substituam, bem como as disposições aplicáveis às características desses produtos;
- Projecto de Decreto-Lei que cria Equipas de Sapadores Florestais e regulamenta a sua actividade, alínea c) do artigo 21º da Lei nº 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal);

- Projecto de Decreto-Lei que regula o processo de elaboração, aprovação, execução e revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e dos Planos de Gestão Florestal, regulamentando os artigos 5º, 6º e 7º da Lei nº 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal);
- Projecto de Decreto-Lei que altera o nº3 do artigo 4º do D.L. nº 219/96, de 22 de Dezembro, relativo à utilização e à comercialização das enzimas, dos microrganismos dos seus preparados na alimentação para animais, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº97/40/CE, de 25 de Junho;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece regras relativas à colocação no mercado de adubos e correctivos agrícolas, e transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas 97/63/CE, e 98/3/CE;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as normas relativas à colocação em circulação das matérias-primas para alimentação animal, revoga o D.L. nº20/92, de 8 de Fevereiro e transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas nºs 96/25/CE e 98/67/CE, respectivamente de 29 de Abril e 7 de Setembro;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as normas relativas ao fabrico, autorização de introdução no mercado, armazenamento, transporte, comercialização e utilização de produtos de uso veterinário;
- Projecto de Decreto-Lei que altera as taxas dos elementos específico e *ad valorem* e a taxa reduzida do elemento específico do imposto de consumo relativo aos cigarros;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as taxas de financiamento das inspecções e controlos sanitários de animais vivos, carnes frescas, produtos da pesca e de outros produtos de origem animal e revoga os D.L.s nºs 365/93, de 22 OUT. e 310/97, de 13 NOV., bem como as Portarias nºs 1309/93, de 29 de DEZ, 1223-A/93, de 30 de NOV., 7798/97, de 01 de SET. e a alínea a) da 779/88, de 06 DEZ, à excepção do disposto sobre sementes a exportar e importar;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável aos géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial;
- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem interna disposições das Directivas 96/25/CE, do Conselho e 97/8/CE, da Comissão, de 29 de Abril e 7 de

Fevereiro, respectivamente, relativas às substâncias e produtos indesejáveis na alimentação dos animais, alterando o D.L. nº 442/89, de 27 de Dezembro e o regulamento relativo às substâncias e produtos indesejáveis nas matérias-primas para alimentação animal e nos alimentos compostos para animais;

- Projecto de Decreto-Lei que altera o regulamento da comercialização de alimentos para animais, aprovado pelo D.L. nº 350/90, de 6 de Novembro, e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 96/24/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa à comercialização de alimentos compostos para animais.

Na reunião que se realizou na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, no dia 17 de Março, a Comissão ouviu o senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente a propósito da proposta de Decreto Legislativo Regional nº 18/98 - Regime da extracção de areia no mar dos Açores, cujo relato faz parte do relatório e parecer da Comissão sobre a referida proposta, entretanto já remetido para plenário.

Ainda nesta reunião a Comissão abordou com o senhor Secretário o relatório e parecer desta sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional – Alteração ao regime jurídico do arrendamento rural de baldios, ficando entendido que o senhor Presidente da Comissão remeteria o relatório à Secretaria.

Na reunião que se realizou na ilha Terceira nos dias 29 e 30 de Março, a Comissão:

- Deu parecer sobre vários projectos de Decreto-Lei, no âmbito da audição dos órgãos de governo próprio;
- Concluiu a discussão e análise da proposta de Decreto Legislativo Regional nº 18/98 - Regime da extracção de areia no mar dos Açores;
- Decidiu ouvir o Governo Regional, através do senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, sobre o projecto de Decreto Legislativo Regional que revoga o Decreto Legislativo Regional nº 23/89/A, de 20 de Novembro, que declara como zona de alto risco a Ponta da Fajã Grande nas Flores;
- Decidiu adiar o estudo, a análise e o debate do Projecto de Decreto Legislativo Regional – Alteração ao Decreto Regional nº 11/77/A, de 20 de Maio, alterado pelo Decreto Regional nº 1/82/A, de 28 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional nº

16/88/A, de 11 de Abril (Arrendamento Rural nos Açores), por proposta do proponente;

- Por último, debateu e analisou os Projectos de Decreto Legislativo Regional: bonificação de juros à aquisição de terras por rendeiros (SICAR II) e, programa específico de financiamento à aquisição de terras (PROTERRA), ficando a aguardar o parecer da Associação Agrícola de São Miguel sobre o SICAR II.

Por último, na reunião que teve lugar nos dias 7, 8 e 9 de Abril, em São Miguel, a Comissão:

- Deu parecer sobre diversos projectos de Decreto Lei, no âmbito da audição dos órgãos de governo próprio, que entretanto chegaram à Comissão;

- Após análise e debate, aprovou o relatório e as conclusões da Comissão, relativamente às audições às Associações de “Taxistas”, ao senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e ao senhor Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;

- Aprovou o relatório e parecer sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional nº 18/98 - Regime da extracção de areia no mar dos Açores;

- Procedeu à audição dos senhores Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente e da Presidência para as Finanças e Planeamento sobre a posição da região no quadro das negociações da Agenda 2000, com vista a melhor habilitar a Comissão na defesa de um objectivo comum, nos contactos a estabelecer durante a deslocação na visita que brevemente irá efectuar às sedes das instituições comunitárias.

Nesta reunião foi ainda distribuído o relatório e parecer preliminar sobre Proposta de Resolução 17/97 - Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1996.

Por último refira-se que no dia 13 de Abril deslocaram-se quatro elementos da Comissão, à Assembleia da República para uma reunião com a Comissão dos Assuntos Europeus, com vista a documentar e melhor habilitar os membros da Comissão de Economia na sua deslocação às sedes das instituições comunitárias.

Capítulo IV

Trabalhos pendentes

Encontram-se ainda na Comissão, as seguintes propostas e projectos de Decreto Legislativo Regional:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional – Alteração ao Decreto Regional nº 11/77/A, de 20 de Maio, alterado pelo Decreto Regional nº 1/82/A, de 28 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional nº 16/88/A, de 11 de Abril (Arrendamento Rural nos Açores), cujo prazo para emissão de parecer foi prorrogado por solicitação do proponente;
- Proposta de Resolução 27/98 - Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1997, que aguarda o parecer do Tribunal de Contas.

Angra do Heroísmo, 16 de Abril de 1999

O Relator, *Élio Valadão*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Augusto Elavai*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Pinto para apresentar o Relatório da Comissão Eventual para Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos Estragos do Sismo de 9 de Julho.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório dos trabalhos desenvolvidos no Ante-Período Legislativo de Abril de 1999 pela Comissão Eventual para Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos Estragos do Sismo de 9 de Julho.

Capítulo I

Generalidades

A Resolução, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº21/98/A aprovou a constituição de uma Comissão Eventual para o acompanhamento da acção governativa na reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho de 1998, composta por três deputados do PS, três do PSD, dois do PP e um do PCP.

De acordo com a supracitada Resolução, esta Comissão, em cada uma das sessões plenárias da Assembleia Legislativa Regional, nos termos do artigo 62º do actual Regimento, apresentará um circunstanciado relatório respeitante à sua actividade.

A Comissão reuniu no dia 23 de Março, na ilha do Pico com a Comissão de Reconstrução das Igrejas desta ilha, com o vogal do CPR e arquitecto Carlos Garcia, para conhecimento dos projectos tipo destinados à construção de novas moradias.

Faltaram justificadamente os senhores deputados António Gomes do PS e João Greves do PP.

A Comissão deliberou remeter cópia deste relatório às seguintes entidades:

- Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais;
- Presidentes das Câmaras, Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia das zonas sinistradas;
- Comissão de reconstrução das igrejas da ilha do Pico;
- Vogal do CPR da ilha do Pico.

Capítulo II

Constituição da comissão

- Por indicação dos Grupos Parlamentares fazem parte desta Comissão os seguintes Senhores Deputados:

- Rui Pedro Ávila (P.S.) - Presidente
- Guilherme Pinto (P.S.) - Relator
- António Gomes (P.S.)
- Duarte Freitas (P.S.D.) - Secretário
- Madruga da Costa (P.S.D.)
- Eugénio Leal (P.S.D.)

- João Greves (C.D.S./P.P.)

- Paulo Valadão (P.C.P.)

Capítulo III

Trabalhos realizados

1 - A Comissão de Reconstrução das Igrejas da Ilha do Pico, foi formada no dia 13 de Janeiro de 1999 e homologada pelo Senhor Bispo da Diocese a 11 de Fevereiro.

Integram esta comissão, presidida pelo Senhor Padre José Carlos Vieira Simplício, três padres e três leigos.

A vistoria técnica efectuada às Igrejas pelo Senhor Arquitecto Martins Naia, permitiu dividi-las em dois grandes grupos:

Num primeiro grupo, incluem-se as Igrejas que necessitam de pequenas reparações, a saber: Candelária, S. Caetano, Silveira e S. Roque. Todas estas Igrejas estão abertas à celebração do culto.

O segundo grupo é constituído pelas Igrejas que necessitam de obras de reabilitação ou reconstrução e onde se incluem as Igrejas de Santa Maria Madalena, S. Mateus, S. João, Bandeiras e Santo António do Monte. No que diz respeito à Igreja da Almagreira, pensa-se que será necessário ser reconstruída de raiz.

A Comissão de Reconstrução de Igrejas, considera fundamental e urgente avançar com as obras, porque as Igrejas estão a degradar-se rapidamente, devido às infiltrações de água. Além disso, consideram, que em virtude da celebração do culto se estar a realizar em condições muito deficientes, se está a perder o sentido sagrado deste acto, levando progressivamente à desagregação da própria comunidade.

Uma outra preocupação transmitida a esta Comissão, prende-se com a dificuldade que se prevê, em conseguir obter os apoios financeiros da comunidade, uma vez que, a sua maioria, são paróquias muito pequenas e, por conseguinte, com reduzidos rendimentos.

Informaram ainda, que estão aptos a iniciar as consultas aos empreiteiros, para o arranque das obras das Igrejas que necessitam de pequenas reparações e,

simultaneamente, avançar com os projectos de reabilitação das Igrejas incluídas no segundo grupo.

O Senhor Arquitecto Martins Naia, disse que, de acordo com os estudos já efectuados, se prevê um valor que pode ultrapassar os 500.000 contos para fazer face aos encargos da reconstrução das Igrejas, tendo considerado necessário, para o corrente ano, uma verba de 150.000 a 175.000 contos, para lançar as pequenas reparações e se dar início à elaboração dos projectos de reconstrução. Para o ano de 2.000, seriam necessários cerca de 400.000 contos.

Mais informou, que em sua opinião, o processo de reconstrução das Igrejas, não deve assumir a forma de uma obra convencional, mas sim de um empreendimento, porque é necessário ir aferindo as suas necessidades, à medida que a obra vai evoluindo, porque poderão surgir alterações que à partida não sejam possíveis prever.

Considerou, também, conveniente, agrupar a reparação das Igrejas em pacotes, de modo a permitir atrair o interesse de empreiteiros com qualidade.

A comissão de reconstrução das Igrejas, por sua vez, considerou ainda necessário, encontrar espaços alternativos, com a dignidade necessária à celebração do culto, nas freguesias cujos templos se encontram encerrados e, cujas obras de recuperação poderão demorar vários anos, como é o caso das Igrejas de S. João e Bandeiras, que apresentam problemas estruturais profundos.

2 - Reunião com o vogal do CPR e arquitecto Carlos Garcia, na delegação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos da Ilha do Pico, para conhecimento dos projectos-Tipo destinadas à construção das novas moradias.

O Senhor Arquitecto Carlos Garcia, responsável pela elaboração destes projectos, informou a Comissão que as tipologias adoptadas se baseiam na tradição da construção que se vem mantendo ao longo dos anos na ilha do Pico.

A vocação do povoamento predominantemente rural, com actividades produtivas ligadas à cultura da vinha, milho, e mais recentemente à criação do gado, foi gerando uma diversidade de construção de apoio, tais como adegas, palheiros, atafonas e cisternas de grande dimensão, todo este processo. Disse ainda que está em condições de avançar a construção das primeiras 19 casas, de um total de 100, cujas situações estão perfeitamente identificadas.

Em anexo a este relatório encontram-se as listagens fornecidas pelo CPR, referentes ao período de 15 de Março a 15 de Abril de 1999, no que diz respeito á construção de novas moradias, pequenas reparações e reabilitações das moradias afectadas pelo sismo de 9 de Julho e construídas normalmente em alvenaria de pedra seca.

Todas as tipologias de moradias estão devidamente orçamentadas, estando os seus custos dentro dos valores previstos no Decreto Legislativo Regional nº 15/98.

Referiu ainda, que os sinistrados que vivem junto dos meios urbanos, não aceitam com facilidade estes projectos, preferindo optar por projectos próprios. Considerou, haver necessidade do maior rigor na aprovação destes projectos, para não se correr o risco de se pôr em causa todo o cuidado e esforço que está a ser posto pelo Governo Regional em reconstrução de moradias.

Horta, 19 de Abril de 1999.

O Relator, *Guilherme Pinto de Sousa*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Comissão, *Rui Pedro Ávila*

(As listagens supra mencionadas encontram-se arquivadas no respectivo processo).

Presidente: Passemos agora ao ponto 2 da Ordem do Dia que é a apreciação do **Decreto Legislativo Regional 6/99, que "define o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos dos 2º e 3º. ciclos dos ensinos básicos e secundário, bem como das Escolas Integrada"**, sobre o qual exerceu o direito de Veto o Sr. Ministro da República.

Está aberta a discussão na generalidade.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs Membros do Governo:

Aquando da votação deste diploma o PSD absteve-se e já nessa altura manifestou algumas preocupações que agora vê confirmadas no veto do Sr. Ministro da República.

O PSD não se vangloria pelo veto que o Sr. Ministro da República fez, em relação a este diploma, mas tem a preocupação de garantir que a capacidade legislativa da Assembleia se adapte mais pela inovação e pela capacidade que esta Assembleia, quer por via de Projectos de Decretos Legislativos Regionais, quer por via das Propostas de Decretos Legislativos, apresentados pelo Governo Regional, saibam interpretar um interesse específico da Região e com isso adaptem com inovação e criatividade os diplomas que, constituindo-se como Leis Gerais da República, também se aplicam nos Açores.

É este o dever desta Casa. É esta a nossa preocupação.

Apesar de, com satisfação, a revisão constitucional ter ampliado o poder e a competência legislativa da Assembleia, o que é preciso e é fundamental, na dignificação do poder legislativo que compete à Assembleia Legislativa Regional, é ter um sentido prático das especificidades regionais, ter capacidade de criar com inovação e interpretação capaz de garantir soluções diferentes que resolvam situações concretas da especificidade regional.

É esse o nosso objectivo. É essa a nossa preocupação. É esse o nosso dever, quer enquanto proponentes nesta Assembleia por Projectos de Decretos Legislativos Regionais, quer enquanto apreciadores das propostas que o Governo Regional faça.

É essa a nossa preocupação e tudo faremos para que não passe para o Sr. Ministro da República, diplomas que possam ter já como grande risco a possibilidade de serem vetados.

Devemos fazer um esforço do exercício da criatividade e da interpretação, da especificidade regional, quando fizermos legislação nesta Casa.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O veto que recebemos em relação ao Decreto Legislativo aprovado, em nosso entender não foi, propriamente, uma surpresa, na medida em que — aliás já o afirmámos na discussão — havia todas as possibilidades de, efectivamente, isso acontecer.

De qualquer modo, embora a existência de um veto do Sr. Ministro da República, não é razão para nos congratularmos, em relação a esta matéria é razão para ficar claro como temos que actuar no futuro, porque, aquilo que vem na carta do Sr. Ministro da República é perfeitamente claro e nós não colocamos qualquer objecção em relação às afirmações proferidas e escritas pelo Sr. Ministro da República.

Efectivamente, todos tínhamos consciência que qualquer Lei Geral da República se aplica a todo o território nacional, embora a Constituição nos permita desenvolver, respeitando os princípios gerais dessas leis gerais.

Aquilo que fica claro e que já vinha consignado em acordãos anteriores do Tribunal Constitucional, é que nós não podemos, nem devemos reproduzir matéria das Leis Gerais da República.

É, de facto, um assunto que estou convencido que é pacífico, que fica perfeitamente claro, ou seja, a técnica legislativa a utilizar por esta Assembleia — mesmo em relação ao Governo Regional quando apresenta as suas propostas — tem que ter muito atenção, quer com os acordãos já existentes do Tribunal Constitucional, quer com todos os pareceres que tenham sido emitidos sobre essas matérias.

Efectivamente, nós temos a possibilidade e daqui a pouco vamos fazê-lo, de adaptar as Leis Gerais da República à nossa Região.

No entanto, devemos fazê-lo, exactamente, tendo em conta não só o respeito que nos merece os princípios gerais da lei geral, mas também não reproduzir de modo nenhum, aquilo que vem consignado nesses diplomas.

Temos de interpretar devidamente a extensão da legislação e em relação a esta matéria nós não a interpretámos devidamente e isso está claro no veto do Sr. Ministro da República.

Efectivamente, nós não podíamos legislar, apenas tendo em conta uma parte daquilo que essa lei geral atribui, pois ela abrange o todo nacional.

Nós naquilo que tínhamos feito, tínhamos legislado apenas em relação aos 2º. e 3º. ciclos do básico e secundário, portanto deveríamos ter aceite como bom, toda extensão deste Decreto-Lei, em relação à Região Autónoma dos Açores e não o fizemos.

Nós, da nossa parte, aceitamos, como perfeitamente normal, este veto que foi feito pelo Sr. Ministro da República.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular concorda e aceita os fundamentos que o veto do Sr. Ministro da República apresenta, relativamente a este diploma.

Como bem se recorda esta Assembleia, a posição política do PP, na altura, foi a de abstenção, exactamente porque por um lado considerava que não era permitido a esta Casa transpor integralmente para o normativo regional o conteúdo consagrado em Leis Gerais da República e por outro tendo presente, exactamente, a jurisprudência do Tribunal Constitucional, no sentido de que sempre que as normas regionais se limitam a reproduzir literalmente as normas constantes das leis emanadas dos órgãos de soberania, essas normas são inconstitucionais, por falta de interesse específico.

Entendemos — e isto sem complexos, por isso na altura não expressámos opinião contrária — de que foi legítimo a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, fazer a experiência, se é que, efectivamente, estávamos todos conscientes de que penderia sobre aquela legislação uma eventual leitura de inconstitucionalidade. E, porque entendeu a maioria da Assembleia, na altura, aprovar o diploma, temos que reconhecer, que pelo menos daí adveio algum mérito, que foi o mérito de sabermos de forma absoluta e inquestionada, a partir de agora os limites e as fronteiras em que nos devemos palpar.

Ao longo dessas mais de duas dezenas de anos, nesta Assembleia, da vossa parte sempre tivemos uma leitura, que foi constante, de que caberia a este Parlamento exercitar as competências que — de uma forma muitas vezes absoluta e algumas vezes relativa — entendíamos serem nossas e serem úteis para o nosso processo de autonomia regional.

Ao longo dos anos muitas coisas passaram e que bem poucos acreditavam e outras eventualmente não passaram e nas quais todos nós ou quase todos nós, depositávamos expectativa positiva e esperança.

Neste momento, parece-nos que no que respeita a esse tipo de conflito, há uma objectividade na leitura constitucional que não permite, por parte da Região, nomeadamente desta Assembleia, persistir nesse tipo de trabalho, isto é, transpor literalmente os princípios e normas estabelecidos nas Leis Gerais da República, com a alegação de que se está aqui a tratar de matéria muito específica.

Seja como for, e com essa explicação de princípio, obviamente, e em coerência, não vamos rectificar o diploma que aqui nos é colocado, com a certeza de que estamos a dar com isso um contributo sério para o tratamento dessas matérias.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já quase tudo foi dito sobre esta matéria.

Eu gostaria apenas de acrescentar que, como Vs. Exas. se recordam, também nesta bancada, quando este diploma foi discutido, eu levantei-me e disse que também tinha algumas dúvidas, mas que do nosso ponto de vista valeria a pena correr o risco. Foi essa atitude que o Grupo Parlamentar do PS tomou e agora, perante este veto do Sr. Ministro da República, compreendemos, de facto, os fundamentos.

Mas é preciso que se diga Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no direito há a possibilidade de muitas interpretações, há a jurisprudência num sentido, há a doutrina noutra, há interpretações literárias, históricas, extensivas, restritivas, ou seja, isto não é uma ciência exacta. Daí que haja sempre aqui uma margem de interpretação e portanto nós vamos estar sempre sujeitos a isto.

Neste caso concreto a jurisprudência encaminha-se nesse sentido, o Sr. Ministro da República faz referência à última revisão constitucional e à última revisão do Estatuto, mas nós vamos ter que continuar, em minha opinião, caminhando e procurando fazer alguma jurisprudência, eu diria, mais evolutiva, porque não poderemos ficar sempre numa atitude de auto limitação, porque isso significa auto limitarmos as nossas competências.

Temos de fazer sempre um exercício de caminho jurisprudencial, para pouco a pouco fixarmos com maior clareza até onde vão e quais são os limites da nossa competência.

Como toda a gente sabe há jurisprudência que varia de um tempo para outro tempo, há doutrina num e noutro sentido, portanto este exercício jurídico-constitucional ou estatutário vai ter sempre que ser feito.

Do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS, este veto é um acto de normalidade democrática, é um exercício de competências próprias duma instituição democrática e por via disso é uma acto de normalidade e assim deve ser entendido.

Gostaria de dizer por último que, perante essa situação o Grupo Parlamentar do PS, procedeu de imediato à revisão do diploma e efectuou um trabalho no sentido de expurgar as normas inconstitucionais e dentro de momentos vamos ter oportunidade de apreciar esse diploma, agora sim, creio eu, já sem esse problema de natureza constitucional.

Portanto é um acto de normalidade, está ultrapassado, o diploma está aí, ainda em tempo útil e de imediato creio que ainda estamos em condições de alcançar os mesmos objectivos, embora com forma legal ligeiramente diferente.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Concluído o debate na generalidade vou pôr o diploma à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi rejeitado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao ponto 3 da nossa ordem de trabalhos.

"Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação à Região do Decreto-Lei nº. 115-A/98, de 4 de Maio, que "aprova o regime de autonomia, administração, e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos".

Está aberta a discussão na generalidade.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face ao veto que acabámos de analisar do Sr. Ministro da República, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentou a esta Assembleia um Projecto de Decreto Legislativo Regional, com pedido de urgência, sem dispensa de exame em

comissão, com vista, exactamente, a adaptar à nossa Região o Decreto-Lei nº. 115-A/98, de 4 de Maio de 1998.

Esse Projecto, em nosso entender, cumpre com os princípios fundamentais que constam do Decreto-Lei, adapta-o à nossa Região, tendo em atenção as especificidades da nossa rede escolar, rede essa que é completamente extinta da rede que existe no Continente, ou seja, temos uma rede escolar que assenta em três tipos de estruturas:

- Áreas escolares para o 1º. ciclo e educação pré-escolar e são 13 na nossa Região: 1 no Faial, 3 na Terceira e 9 em S. Miguel;
- 13 escolas básicas integradas, que vão desde Santa Maria, Nordeste até ao Corvo;
- 18 escolas do 2º. e 3º. ciclos e/ou ensino secundário nas restantes ilhas.

É para nós um dos argumentos fundamentais para o aparecimento desta adaptação, desta rede que é específica.

Desde logo, também, porque a educação pré-escolar está toda ela integrada sempre numa escola do 1º. ciclo, isto é, somos, efectivamente, a única região do país que tem todos os estabelecimentos da rede pública do ensino da educação pré-escolar integrados na rede do 1º. ciclo do ensino básico.

Somos também a única região do país que neste momento tem escolas básicas integradas que incluem os alunos dos 5 aos 18, 19 anos, isto é, os alunos desde que entram na educação pré-escolar até estarem em condições de ingressar no ensino superior.

Isto é outra especificidade que nos obriga a que na adaptação do Decreto-Lei nº. 115-A/98, se tenha em consideração os parceiros que entram com idade educativa, desde logo, neste caso, a educação pré escolar ao ensino secundário.

Por último, também neste projecto consideramos que no exercício das competências próprias desta Assembleias, regulamentamos e desenvolvemos o próprio Decreto-Lei, naquilo que diz respeito a situações que nele são omissas ou apenas enunciadas.

Como exemplo concreto dum caso de "apenas enunciadas" temos a criação dos conselhos locais de educação. Num dos seus artigos diz que podem ser criados por iniciativa dos municípios. A proposta que aqui temos desenvolve esses conselhos,

isto é, diz-nos quem é que fará parte do Conselho Local de Educação, quais as suas competências e a forma de funcionamento.

O que é que isto significa para nós?

Significa que estamos a evitar um segundo trabalho desta Assembleia, porque dentro de 1, 2 ou 3 meses teríamos de estar aqui a analisar um novo diploma que tratasse de regulamentar e desenvolver estas questões que estivessem pouco desenvolvidas, apenas enunciadas ou até omissas, como por exemplo uma situação que, tendo em atenção também, a nossa rede escolar, as escolas que temos com um número reduzido de professores, que obedecem aos requisitos previstos neste diploma para a sua candidatura aos órgãos de gestão.

Temos necessidade de criar, inovar, regulamentar formas de democraticidade nessas escolas e nas áreas escolares, garantindo-se sempre a alternância democrática e permitindo sempre a participação de todos os parceiros da escola na sua gestão.

Também, efectivamente, foi feito um pedido de urgência, a Comissão de Assuntos Sociais reuniu, analisou o projecto e ouviu as estruturas sindicais.

O Grupo do Parlamentar do PS assume o relatório da Comissão e as propostas que foram apresentadas na Comissão, que visam essencialmente, melhorias de redacção, ou, um dos casos por exemplo, o alargamento do prazo para a realização dos primeiros actos eleitorais, que no diploma nacional tem como datas 30 de Abril, 31 de Maio, na proposta que a comissão faz alarga-se este prazo para 30 de Junho, ou seja quase o tempo do ano lectivo.

Por último, queremos dizer que consideramos que este pedido de urgência foi feito, exactamente, porque entendemos que era importante que também na nossa Região, até ao final do presente ano escolar, estivessem já a funcionar os novos órgãos de gestão e que tivéssemos um período de transição, entre o diploma aprovado nesta Casa, o Decreto Legislativo Regional 2/98/A e a aplicação plena e total a todas as escolas e áreas escolares até ao ano 2004, 2005, isto é, a possibilidade das áreas escolares, que ainda estão em regime de instalação, pudessem ter no máximo dois mandatos e durante o último mandato, efectivamente, criarem todas as condições para implementar o Decreto-Lei 115-A/98, permitindo-se também e desde já que

qualquer área escolar que queira já no próximo mês de Maio fazer eleições para constituir os órgãos, de acordo com esta proposta, poderem fazê-lo.

Entendemos que respondemos a fundo aos argumentos que foram apresentados pelo Sr. Ministro da República e ao mesmo tempo garantimos a aplicação do diploma já no presente ano lectivo, na nossa Região.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

O Grupo Parlamentar do PSD vai também votar favoravelmente na generalidade este projecto de adaptação.

O PSD sempre defendeu uma maior participação e envolvimento da sociedade civil e uma progressiva descentralização em matéria de administração e gestão da nossa rede. Portanto, em relação a este diploma, a adaptação que a nível da Região vai ser feita, conduz efectivamente a essa intenção de forma atempada de efectuar essa mudança no nosso sistema de educação e ensino. Até aqui tudo bem.

Tal como o Sr. Deputado Francisco Sousa disse, nós temos especificidades que nos são muito próprias, ele falou mais propriamente naquilo que existe a nível da Região e que é imagem de diferenciação, eu completaria dizendo que a nível da república existem estruturas, ou organizações, por exemplo existem CAE - Centros de Recursos Educativos, existem Territórios Educativos, existem TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e existe acima de tudo um maior período de aplicação de vigência de alguns destes mecanismos da nova forma de administração e gestão da autonomia das escolas.

Tudo isto foi feito de forma mais regrada e atempada. Relembro nomeadamente em relação às novas formas de direcção e de gestão tivemos uma experiência na Região, nas escolas de educação especial e estávamos em sintonia com todas as forças sindicais da altura, que tinham algum receio que se avançasse muito rapidamente nestas formas de gestão e nessa altura concordaram connosco em fazer a experiência, de forma gradual e começou-se efectivamente a fazê-la nas duas escolas de educação especial.

Portanto, está no momento certo de se dar o passo seguinte.

Isso implica, contudo, uma mudança muito grande de mentalidades, isto é, passa por haver uma diferente assunção por parte dos diferentes parceiros que vão ser chamados a tomar parte no processo de educação e de ensino, autarquias, pais, encarregados de educação, forças económicas, sociais, culturais, desportivas, etc.. Implica ainda disponibilidade, vontade de colaborar e sentido de corresponsabilização.

Implica disponibilidade permanentemente e que tem de levar as pessoas a assumirem esta causa da educação como uma causa comum, que não diz respeito só à escola, diz respeito a todos os membros da comunidade educativa.

O receio reserva que pode ainda estar no acto e que continua lá fora, face à implementação da experiência, já com outro desenvolvimento no terreno, está sempre em relação à resposta do Governo e às suas obrigações para com a rede.

Eu julgo que o factor mais importante aqui que o Governo e a Secretaria têm de ter em atenção, e acho que isto é o elemento fundamental para que isto corra bem, é ter confiança nas áreas escolares, ter confiança nas nossas direcções executivas, na sua versão de director executivo ou de conselho executivo e ir ao encontro daquilo que as direcções executivas, efectivamente, devidamente fundamentadas, apresentarem como aquele mínimo de condições que precisam para pôr em prática o seu plano de escola, os seus planos anuais de actividade. Isto é fundamental, porque sem isto é o factor primordial para que um processo inovador como este possa ser um processo de sucesso.

Eu relembro um trabalho de um historiador/investigador contemporâneo, que foi um sucesso dos últimos tempos — Fukuyama —, que no seu trabalho, no fim da história entendeu, na sequência da polémica que isso levantou, apresentar um outro trabalho muito desenvolvido precisamente sobre a confiança, apontando esta como factor motor, o segredo de todo o sucesso da comunidade nos seus diferentes vectores.

Daí que eu volto a pôr a tónica nisso pois as escolas quando fizerem as suas elencagens de recursos humanos, recursos materiais, do dinheiro que precisam para os fundos da escola, tem de haver uma correspondência dentro dos limites razoáveis, por parte do Governo, a essa apresentação de elementos devidamente justificados.

O Governo tem de ter esta atitude de encorajamento, de incitamento, pois essa atitude não pode estar ausente de todo este processo e agora, nomeadamente, com a Inspeção Regional de Educação, com outros elementos que o Governo irá ter à sua disposição e que já tem em funcionamento pode, numa acção pedagógica, acompanhar por perto todo o desenrolar deste assunto e é evidente que quem "pisar o risco", quem de maneira menos de acordo com as normas, fizer algo que não está correcto, deverá sofrer as consequências dessa atitude.

O fundamental será não desiludir as justas expectativas que estão postas nesta viragem, nesta mudança, que já teve na Região exemplos práticos e dou como referência a esse exemplo o esforço conjunto que foi feito há uns anos com a implantação do secundário nas nossas ilhas mais pequenas em que todo o processo foi um processo de muito envolvimento da comunidade. Falo das Ilhas Flores, Corvo em que houve um grande envolvimento dos pais, encarregados de educação, representações económicas, sociais, culturais etc.. Apoiaram o Governo, foram de encontro a uma necessidade que a comunidade sentia e com esse entrosamento conseguiu-se avançar muito mais depressa com o secundário.

Há experiências disto, há experiência de envolvimento na nossa Região. Temos confiança nas nossa gentes, temos confiança nos nossos dirigentes.

As mudanças são muito grandes, e como exemplo, suponhamos uma Câmara Municipal de Ponta Delgada — só para ficarem com uma ideia — que em todo este novo processo e já à luz do novo 2/98, que começou a ser aplicado em Janeiro, terá que arranjar representantes seus, que podem, de facto, ir até ao presidente de junta de freguesia, para estar presente em quatro áreas escolares nas básicas das Capelas, Arrifes, Canto da Maia, Roberto Ivens e nas Secundárias Gerais e Básicas Antero de Quental, Domingos Rebelo e Laranjeiras.

Portanto, este é um problema que não se coloca só em localidades mais pequenas, as pessoas pensam que isto é mais difícil nas ilhas mais pequenas, mas também tem os seus desafios e as suas questões difíceis de ultrapassar nas grandes, pela grandeza que se revestem.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós quando analisámos o Decreto e ainda há pouco quando nos pronunciámos sobre o veto nesta Câmara manifestámos a nossa opinião de que é necessário, de facto, regulamentar ou adaptar à Região o 115-A/98.

Esta matéria, da nossa parte, está perfeitamente clara.

De facto, em função do veto existente do Sr. Ministro da República, esta proposta de adaptação parece-nos que, efectivamente, vem de acordo com aquilo que é perfeitamente aceitável e com normas que são perfeitamente pacíveis de serem aprovadas.

Por isso mesmo e em nosso entender é útil estarmos hoje aqui — e passado muito pouco tempo do conhecimento do veto — a aprovar a adaptação à nossa Região do 115-A/98.

Efectivamente, ele teria de ser adaptado em função das nossas especificidades próprias, da especificidade e da organização próprias que temos em relação às diversas escolas da nossa Região. Portanto, era uma obrigatoriedade desta Câmara adaptar este Decreto-Lei.

Por outro lado, a adaptação orgânica normal também teria que ser feita e ela está aqui contemplada.

Há um aspecto que ultrapassa a própria adaptação, em nosso entender e que queríamos realçar, ou seja, embora o 115-A/98, permita a formação dos Conselhos Locais de Educação, o regional vai mais além e este ir mais além, aliás na altura do que mereceu o veto, também interviemos sobre esta matéria, pensamos que é importante e pensamos que se coloca aqui um desafio, um desafio à Secretaria Regional, um desafio às escolas, um desafio às autarquias, um desafio às assembleias municipais, um desafio a algumas juntas de freguesia, e um desafio à própria sociedade civil que se move à volta das escolas.

Este desafio é um desafio que eu penso que todos nós temos que aprovar esta legislação, tendo consciente dele próprio, porque se por um lado é um aspecto muito positivo, que é procurar que a comunidade participe na escola, por outro lado há o problema de interessar a própria comunidade em participar nessa escola.

Eu penso que esta é uma situação fundamental, porque se nós fazemos uma lei muito bonita, dizemos que vão existir os Conselhos Regionais de Educação e esses Conselhos Regionais de Educação não se promovem, não se formam, não participam, acaba por ser letra morta, o que não é, segundo creio, desejo de ninguém.

Por isso mesmo cabe, em nosso entender, à Secretaria Regional dar um contributo no sentido de entusiasmar, digamos assim, as próprias forças vivas, no sentido da criação imediata dos Conselhos Locais de Educação.

Por outro lado, há também que preparar os próprios órgãos directivos e pedagógicos das escolas, para eles não se substituam às opiniões dos Conselhos Locais de Educação, mas entenderem-nos como necessários, como de facto são.

Esta é uma matéria que queríamos realçar e salientar porque considera-mo-la importante.

De acordo com aquilo que, aliás, já tínhamos feito anteriormente vamos, em relação a esta adaptação e em relação a este Projecto de Decreto Legislativo Regional, dar o nosso voto favorável.

Presidente: Está assim concluído o debate na generalidade.

Vou pôr à votação na generalidade o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão na especialidade.

Artº. 1.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, é para interpolar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Valadão (PSD) : O Grupo Parlamentar do PSD, pede 15 minutos de intervalo.

Presidente: É regimental.

Faremos um intervalo de 15 minutos.

Eram 17.25 horas.

Vamos então reiniciar os nossos trabalhos, retomando a discussão na especialidade.

Eram 17.55 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD queria propor à Mesa que a análise na especialidade deste diploma fosse feito de forma que o art.º 4.º passasse a ser o 2.º A da proposta do Grupo Parlamentar do PS; o artigo 2.º B passasse a ser o art.º 5; o 2.º C como art.º 6.º; o 2.ª D como art.º 7.º; o 35.º A como art.º 8.º; o 35.º B como art.º 9.º; o 39.º A como art.º 10.º; o art.º 5.º da proposta como art.º 11.º; o art.º 6.º como art.º 12.º; o art.º 7.º como art.º 13.º; o art.º 8.º, como art.º 14.º e o art.º 9.º como art.º 15.º, ficando desde já incumbida a comissão de redacção para uma vez aprovado fazer a redacção final deste diploma, no que concerne aos artigos tal como agora proponho, a partir do artigo 4.º.

Presidente: Aceite a sugestão, vamos então entrar na discussão na especialidade.

Vou pôr à votação o art.º 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O art.º 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à discussão o art.º 2.º que é composto por um conjunto de art.ºs e para os quais há uma proposta de alteração para o art.º 5.º.

Portanto art.ºs 2.º, 5.º, 9.º, 10.º e 11.º.

Não havendo qualquer pedido de intervenção vou pôr à votação o art.º 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O art.º 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao art.º 3.º, que é compostos pelos art.s 3.º, 9.º, 10.º, 13.º, 19.º, 20.º, 22.º, 23.º, 25.º, 26.º, 32.º, 33.º, 35.º, 37.º, 38.º, 43.º, 47.º, 48.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º e 57.º.

Posso pôr à votação no conjunto o artigo 3.º ou parcelarmente.

Para ele há várias alterações sugeridas pela Comissão.

Sr. Deputado Francisco Sousa tem a palavra.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir à Mesa se pudessemos pôr nesta primeira fase apenas os art.ºs 3.º, 9.º, 10.º e 13.º apenas, porque para o 19º....

Presidente: Do 3º. ou 13º.?

Para o 13.º eu chamo a atenção que há uma proposta de alteração da Comissão.

Portanto, vou pôr à votação os art.s 3.º, 9.º, 10.º, 13.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 19º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para chamar a atenção que antes do artigo 19.º, há o artigo 17.º.

Presidente: Uma proposta de alteração proposta pela Comissão?

Vou pôr então o artigo 17.º à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 17.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Então agora sim, vou pôr à discussão o artigo 19º.

Para este artigo existe uma proposta de alteração do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

O PSD apresenta uma alteração ao artigo 19.º, que tem a ver com o facto de entendermos que no processo de recrutamento de elementos docentes para as direcções executivas, não deve ser tido em conta só os aspectos relacionados com o pertencer a quadros de nomeação definitiva, estar em exercício na escola, ter experiência na execução de funções idênticas ou afins, mas acima de tudo ser detentor de qualificação para o exercício de funções de administração e gestão.

É algo que está consagrado no diploma nacional e na nossa opinião não podemos deixar também de ter em atenção essa qualificação.

Ela é, efectivamente, uma aposta na qualidade que se deve exigir para o exercício de determinados cargos, cargos esses de muita responsabilidade.

É um reconhecimento pelo esforço que alguns dos nossos docentes já fizeram em melhorar os seus conhecimentos e é um incentivo para que outros tantos, também façam esse esforço e melhorem a sua qualidade de desempenho. Resumindo: incentivo, aposta na qualidade, reconhecimento do esforço feito, daí que tenhamos feito esta proposta de alteração que vai consignar, numa primeira linha de selecção, a qualificação para o exercício.

Vamos também de encontro com a preocupação do Governos que é, em algumas escolas da nossa Região, em algumas áreas escolares, não encontrar-se consagrados os requisitos que estão estipulados nos n.ºs 3, 4 e 5 deste artigo.

Daí que nos n.ºs. 6, 7, 8 e 9 vamos então ao encontro das especificidades regionais, correspondendo em pleno aquilo que o Governo propôs e com o qual estamos de acordo.

Fazemos, de acordo com aquilo que nos foi sugerido pelos sindicatos, uma alteração no n.º. 6 e 7, quanto ao número de docentes que satisfazem as condições estabelecidas nos números anteriores, modificando de 3 para 6 e de 5 para 6, por sugestão dos sindicatos que consultámos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PS, não está de acordo com a proposta de alteração apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, por várias razões. Desde logo, porque consideramos que nos Açores, há um grupo diminuto de professores que, efectivamente, tiveram acesso e conseguiram fazer os cursos de qualificação que aqui se prevêem na alínea a), do n.º. 4, do art.º 19.º do Decreto-Lei 115. E porquê?

Porque, efectivamente, nos Açores, nenhuma estrutura existente de formação de professores conseguiu, até hoje, criar um destes cursos e essencialmente, começando desde logo, pela nossa Universidade.

Em segundo lugar aqui é dito que uma condição para se poder ser candidato é "possuir experiência correspondente a um mandato completo no exercício de cargos de administração e gestão escolar".

Nós criámos uma rede, há um ano atrás, de âmbito escolar, que são 13, e nestas áreas escolares não há candidatos que tenham um mandato completo, porque são estruturas que ainda estão em regime de instalação. Desde logo para 1/3 da rede escolar existente na Região não será possível a aplicação deste artigo.

Falando das escolas básicas integradas, que também são 13, consideramos que a maior parte delas não tem professores que tenham um mandato completo que permitam, existindo quantidade, para haver alternância, ou seja, nas escolas básicas integradas de Santa Maria, Nordeste, Povoação, Corvo, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, não existem, tão pouco, 3, 4, 5 ou, 6 professores que obedeçam a esta regra, permitindo fazer-se duas listas que queiram existir em alternância.

Assim, estamos em desacordo que se aplique nos Açores esta norma.

Por isso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha excluído a sua aplicação na Região, atendendo à não existência do curso, embora hajam docentes na Região que o tenham e excluído ainda a 2^a. alínea que diz respeito aos mandatos completos porque são estruturas que têm apenas um ano de existência, como comissões instaladoras, logo nem sequer é possível a existência de um mandato completo.

Entendemos, que não faz sentido a sua aplicação na Região. Se estivéssemos a falar daqui a uma dúzia de anos, tudo bem, mas estamos a falar para hoje, para estes meses de Abril e Maio e que é, na nossa concepção, impossível a aplicação disto. Se é impossível a aplicação porque não há candidatos, em nosso entender, não se deveria aplicar na Região e ficar apenas a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria gostaria de dizer que da parte do Governo também há uma grande discordância em relação à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Na verdade aquela norma no contexto da Região, apenas irá privilegiar duas coisas: por um lado um grupo muito restrito de docentes, que não tem significado em termos dos potenciais candidatos e por outro lado docentes de determinados grupos que eventualmente têm uma experiência passada de gestão, o que também não me parece ser muito relevante, face ao novo modelo de gestão que se está a implementar na Região e no país.

Em relação aos cursos para a gestão, eu tenho uma objecção de fundo, é que aquilo que se procura nas escolas é a capacidade de liderança, capacidade de criar equipas, capacidade de gerar um consenso, capacidade de gerir uma escola. Isso é algo que não se aprende com um curso desses, isso é algo que ou se tem ou não se tem e o facto de alguém ter um curso não habilita essa pessoa a liderar uma escola.

O curso é um curso de formação técnica. Nós não estamos aqui a falar na nomeação de administradores que ficam subordinados a um outro órgão qualquer, nós estamos a procurar líderes para as nossas escolas e isso é algo que não se faz por curso. Da mesma forma que não há cursos para outros cargos directivos, ou cargos de topo, também esses cursos não são relevantes, no nosso entender, para aquilo que nós procuramos nas escolas. Daí que seja preferível deixar em aberto o acesso a estes lugares aos docentes que cumpram os requisitos que estão a seguir, ou seja, aqueles que tenham uma experiência de docência e as qualificações para essa mesma docência devidamente consolidados.

Não ganhamos nada com isto, apenas poderemos criar situações para que a vasta maioria dos professores fiquem excluídos da possibilidade de serem eleitos para estes cargos. Isto não é desejável, não se ganha nada com isso.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Eu reiteiro aquilo que disse inicialmente, concordo com alguns dos argumentos que foram aqui apresentados quanto à situação específica da Região, aliás na minha intervenção na generalidade fiz referência a ela, contudo nós não estamos a legislar só para hoje, estamos a legislar para os anos vindores.

O PSD quer pôr a tónica e privilegia a qualidade de formação para o exercício de determinados cargos.

Portanto, não são assim tão poucos docentes como isso. Há três ou quatro dezenas de docentes que o têm, conhecemos alguns que até já têm experiência de gestão e administração nas escolas e não seria justo, de forma alguma, para quem fez esse esforço — e não são tão poucos como isso, como disse isso até foi corroborado na própria reunião que tivemos, cito o Sindicato Democrático, que nos avançou com o número de 30 a 40 pessoas que estão nestas condições — passar uma esponja sobre este facto. Estamos a legislar para o futuro e não apenas para o presente, por conseguinte não podemos deixar de consagrar esta situação.

As excepções, aquilo que se adequa, digamos, a muitas das nossas das nossas escolas, eu acho que estão consagradas no n.º 6 e no n.º 7. Como eu disse fizemos a alteração mudando o número inicialmente proposto, até para possibilitar que, à partida, hajam eleições democráticas, duas listas ou mais listas e não uma só. Portanto, em qualquer uma das situações estamos a permitir que hajam pelo menos duas listas candidatas.

Estamos indo de encontro a uma sugestão que nos foi feita pelo sindicato.

Não abdicamos é da qualificação para o exercício de funções.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar um pouco os argumentos que introduzi no debate e também para que fique claro que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também somos pela qualidade da formação de quem deve exercer esses cargos. O que não significa é

que apenas estejam em condições de os exercer, aqueles que têm uma formação específica para o efeito, ou seja, para nós na qualificação profissional é indispensável a qualidade mas não é razão única. Para nós é fundamental que hajam candidatos que não têm que ser obrigatoriamente aqueles que tiraram um determinado curso.

Em segundo lugar a nossa proposta não impede que esses docentes sejam candidatos, a nossa proposta entende que deve impedir que essa seja a única condição para isso e não acreditamos que são 3 ou 4 dezenas na Região, são alguns professores e alguns deles já reformados, já nem candidatos podem ser, outros deles reformar-se-ão este ano ou no próximo e, portanto, resumindo são muito poucos os da Região que têm este curso. Em contrapartida são muitos, e esses que nos interessam, aqueles que devem poder começar a funcionar nesses órgãos, porque — e repito, como disse ontem aqui na minha intervenção — esta é uma mudança de cinquenta anos de funcionamento das estruturas e não aceitamos, nem iremos aceitar, que professores que tenham feito um determinado curso, sejam os únicos que se podem candidatar.

Esses podem candidatar-se, mas todos os outros que têm formação para o exercício da sua profissão também podem e devem ser candidatos.

Portanto, a nossa proposta não impede que esses professores sejam candidatos, o que diz é que eles não são os únicos candidatos.

Com a nossa proposta dizemos que eles podem ser candidatos, com a vossa proposta diz-se que esses têm de ser os primeiros candidatáveis. E é essa para nós uma diferença de fundo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu chamava a atenção desta Câmara para o inconveniente que resulta de, através deste diploma, criar-se uma casta de professores candidatáveis que, pelo facto de serem os únicos que podem ser eleitos para esses órgãos, acabam por se perpetuar nesses cargos de direcção com exclusão de todos os outros.

Além disso há outro aspecto também extremamente importante nesta matéria, que foi referido pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, que é a questão da qualidade. Nós,

obviamente, também privilegiamos a qualidade, mas eu não acredito que essa qualidade se adquira pela via académica e que esta seja a única forma de ter uma gestão com qualidade.

Outro aspecto, o prémio do esforço, o Sr. sabe tão bem como eu, que o prémio já está dado, foi uma forma dos professores obterem uma licenciatura e portanto passarem a vencer por outros escalões e terem outro tipo de carreira.

Portanto, era esse o prémio que procuravam, não era, exactamente, serem os únicos a poderem ir para um órgão de gestão.

O grande risco do diploma com a redacção que é proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, é criar um pequeno grupo, que fica a ser constituído apenas por duas classes: os que fizeram este curso e aqueles que já têm no passado uma experiência de gestão.

Se esse grupo se fechar e forem os únicos a ter sempre a experiência de gestão, nunca iremos poder alargar o universo de elegíveis.

Creio, que para a democraticidade do sistema — e para a possibilidade das nossas escolas, realmente, elegerem aqueles docentes que no conhecimento que as pessoas têm umas das outras, dentro da escola, tenham dado provas de terem capacidade de liderança, e terem efectivamente as qualidades pessoais e profissionais, necessárias para liderar uma escola — esses docentes são aqueles que devem ser escolhidos, desde que tenham o requisito de terem um determinado tempo de permanência no sistema educativo e apenas esse.

Ao adoptarmos uma proposta tão restritiva, como aquela que é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, estaremos a prestar um muito mau serviço à democraticidade das nossa escolas e a, efectivamente, reduzir a participação plena dos docentes neste processo, porque vão ser poucos aqueles que poderão ser eleitos. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir neste debate, mas realmente valia a pena, que esta Câmara e sobretudo o PSD, que não entende assim, pensássemos um pouco nisto, ao decidir-se

conforme a vossa proposta e repito aquilo que disse o Sr. Secretário: "estamos a limitar, em muito a democraticidade na escola".

Isto é um bocado como ouço aí na televisão que fazem com os árbitros de futebol, ou seja, põe aquilo de tal maneira que afinal a escolha dos árbitros não é bem uma escolha de árbitros e aquilo acaba por ser uma nomeação. Ora se nós restringimos que só aqueles professores...

Deputada Ana Carolina (PSD): Não é só!

O Orador: ... é que podem ocupar aqueles lugares, estamos a fazer um bocado isso.

Portanto, a nossa proposta admite esses, mas abre para outros, além das outras questões que já foram aqui aduzidas da falta de professores com aqueles requisitos.

Imaginem as escolas todas dos Açores. Aquele colégio de candidatos é tão limitado que se pode estar a criar uma situação de serem sempre os mesmos subsequentemente a ocupar aqueles lugares, quando a ideia de todos que está subjacente naquele diploma é maior democracia e maior participação nas escolas.

Talvez valesse a pena reflectirmos mais um pouco sobre isto.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes, porém permitam-me fazer um esclarecimento, porque nomeadamente quando se remete no artigo 19º. para a redacção do nº. 4, é porque a alínea b) do diploma a nível nacional, refere o seguinte: "possuam experiência correspondente a um mandato completo no exercício do cargo de administração e gestão escolar".

Como se sabe há dois tipos de mandatos que podem ser exercidos nessas condições: o mandato dos que são eleitos tem uma duração de dois anos, o mandato dos que não são eleitos tem a duração de um ano.

Portanto, julgo que isso é um problema que se tem levantado a nível nacional, haver dúvidas de quando se faz referência aqui "possuam experiência correspondente a um mandato completo" — e isto é uma pergunta para o Sr. Secretário, como tutela nessa matéria — muitos profissionais colocam a questão se, de facto, um mandato completo é um mandato completo, seja ele qual for, isto é, seja alguém que tenha

sido eleito e que tenha um mandato de dois anos, ou alguém que tenha exercido sem ser eleito e um mandato completo é um ano.

Era esta interrogação que deixava, porque tem chegado ao Grupo Parlamentar dúvidas sobre essa matéria e isso não é indiferente, porque amanhã se a leitura for outra, alguém que tenha cumprido um mandato de um ano, poderá eventualmente, não preencher o requisito, do mandato normal, relativamente ao caso dos que são eleitos.

Esta matéria é um bocadinho árida, mas penso que me fiz entender sobre a dúvida em questão.

O Grupo Parlamentar do Partido Popular reconhece que nesta matéria estamos numa situação difícil. Se pudessemos sair os três da sala facilitava a nossa própria postura, só que sair da sala não é próprio de quem tem o papel de tomar uma posição aqui.

Nós somos muito sensíveis à proposta do PSD, presente aqui pelo Deputado Aurélio da Fonseca, com todos os seus argumentos e há um aspecto que também nos deve preocupar, que é o facto desse mesmo requisito existir a nível nacional.

Quando nós estamos aqui a legislar sobre os aspectos específicos da Região Autónoma, preocupa o Grupo Parlamentar do PP, que não se faça apelo ao aspecto específico, sempre para abandalhar, permitam-me o termo, para nos entendermos. Quando não queremos levar as coisas com rigor, apeamos que somos ainda pouco qualificados, que não temos gente em número suficiente, a nossa pequenez, a nossa humildade, a nossa fragilidade. Portanto, isso aqui tem de ir mais devagarinho, isso aqui não pode ser assim.

Quando se estabelecem regras a nível nacional, deverão ser cumpridas no conjunto do país, para as escolas do país. Isto para nós sensibiliza-nos bastante e era importante dar a possibilidade daqueles que têm uma qualificação específica para essa matéria e que se estivessem numa escola do Continente, estavam no grupo dos que podem concorrer, por estarem nos Açores, não têm essa protecção. Julgo que é isto que estamos a falar.

Sinceramente, à partida, queríamos aprovar a proposta do PSD, mas mentiria — eu não quero aumentar a confusão, mas tenham paciência, também tenho direito de tornar pública a confusão que temos nas nossas cabeças — se também dissesse que

não deixo de compreender algumas questões que o Sr. Secretário da Educação e o líder parlamentar do PS, aqui colocaram.

Na prática se calhar o número dos profissionais que efectivamente nos Açores detêm essa qualificação específica ainda é muito reduzido e por conseguinte podemos estar a dar uma valorização excessiva, se bem entendi, a um grupo que é restrito. Portando, dando um direito, que é um direito nacional, estamos aqui se calhar a prejudicar a democraticidade do próprio sistema, embora o PSD, se bem lemos, abra algumas excepções para as escolas onde não existam 6 docentes naquela situação.

Eu confesso que acho que era óptimo, que se entendessem sobre essa matéria, desculpem um pouco essa posição salomónica, porque percebo que no fundo entre o PSD, o PS, nós próprios e todos os que participaram nesse processo, há um consenso sobre essas matérias e percebo que isto não irá ser indiferente para o processo democrático interno, digamos, essa clivagem.

O PP também, que tem às vezes a capacidade de ter a razão, reconhece que tem aqui alguma dificuldade em tomar posição.

Portanto, eu não quero adiar a situação, eu não quero remeter para a Comissão, porque no âmbito da Comissão os membros que a compõem já fizeram tudo o que podiam, apenas pergunto se ao nível técnico é possível uma situação que dê prioridade sem excluir.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu penso que uma das grandes vantagens da possibilidade que temos de adaptação à Região dos Decretos-Leis é exactamente podermos pensar nas nossas especificidades.

Dá-me a impressão de que esta matéria, é uma matéria onde de facto a nossa pequenez tem que contar, pequenez esta em termos de número de pessoas, de docentes, de escolas específicas que temos.

Eu perguntaria ao Sr. Secretário Regional, se em escolas como as das Flores, do Corvo, existem pessoas com esta qualificação específica para o desempenho de funções?

Poderá dizer-me, o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, que na proposta do PSD, dão essa possibilidade. É certo, mas está-se, em relação a escolas talvez maiores onde hajam pessoas com nomeação específica, a apertar muito a capacidade de democraticidade interna da própria escola.

Isto preocupa-me, porque efectivamente este processo deve ser um processo em que a participação das pessoas, quer de professores, quer de outros elementos da administração escolar, deve ser grande e dá-me impressão que limitando tanto, no caso concreto dos Açores, no caso concreto das nossas escolas, está-se de facto a reduzir muito a rede daqueles que se podem candidatar a estes cargos, de modo que da nossa parte achamos que seria importante abrir o leque dos candidatáveis e portanto seria preferível que os professores, com nomeação específica, com mais de cinco anos de exercício de funções, pudessem ser e se ficássemos por aí, dá-nos a impressão que a capacidade de diálogo, a capacidade de apresentação de candidaturas nas nossas escolas, talvez fosse mais viva, mais actuante, mais eficaz e mais específica.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar pela parte final.

Na verdade o risco não acontece nas escolas pequenas, porque nessas escolas não haverão seis pessoas com aquelas habilitações. Dificilmente isso acontecerá.

O risco de se criar a tal casta, acontece essencialmente nas escolas grandes, porque aí pode haver 6 ou 7. Eu não sei quantos é que estão em cada escola, mas poderá haver 1, 2 ou até várias escolas em que efectivamente o número de candidatáveis seja muito pequeno.

Portanto eu não temo pelas escolas das Flores ou da Graciosa ...

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Essas não têm nenhum!

O Orador: ... mas sim pelas escolas dos sítios maiores.

Quanto à outra questão, que é muito importante — voltando à questão colocada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, sobre a questão dos mandatos completos — uma

coisa é certa, ninguém tem mandatos completos dos docentes da educação pré-escolar e do 1º. ciclo, isto é, pelo menos um 1/3 dos nossos docentes estão à partida fora disto.

Mandatos completos aí não há, porque apenas houve as comissões instaladores, comissões essas muito específicas, que são nomeadas e mais ainda, são comissões que em boa parte, foram constituídas com base nos antigos órgãos de gestão, dando continuação e fazendo este processo de transição.

Portanto, há logo uma preocupação muito grande em relação aos professores do 1º. ciclo.

Por outro lado, em relação ao professores do 1º. ciclo que estejam em escolas básicas integradas, esses ficam fora da competição na sua própria escola, porque há outros professores que têm experiência de gestão nos 2º e 3º ciclos porque desde 76 têm um regime que lhes permite participar.

Isto é profundamente injusto em relação ao 1º. ciclo e educação pré-escolar.

Um outro aspecto que também me parece muito importante, é que não é uma questão de reduzir o rigor. Aqui na Região estamos a aumentar o rigor, porque o objectivo aqui é criar um sistema que seja efectivamente democrático e que permita às escolas escolher aqueles que têm maior capacidade de gestão dentro da escola.

Portanto, o nosso diploma é muito mais rigoroso, porque efectivamente faz aquilo que se pretende e não cria aqui um mecanismo lateral, que afinal é democracia, mas não é democracia com uns "cavi" que há pelo meio.

Portanto, é efectivamente mais rigoroso e cumpre melhor os objectivos que são enunciados até no preâmbulo do próprio diploma.

Se alguma coisa acontece na Região, não é redução de rigor é aumento de rigor no objectivo que se pretende que é democraticidade e transparência na eleição nas escolas.

O que nós queremos é muita qualidade nisto e essa qualidade é reconhecida não pelo diploma de um curso que foi feito aqui ou ali, mas sim pelo conhecimento que os docentes e a comunidade educativa têm de cada um e o reconhecimento que a própria comunidade educativa faz em relação a esses docentes na sua capacidade de liderança e nas suas qualidades enquanto líderes da escola.

É isso que nós pretendemos e uma garantia de qualidade é exactamente esta, não é porque um professor, que pode ser um perfeito desconhecido, fez um curso de gestão escolar, metade por correspondência e metade por não sei quê, fica qualificado para liderar uma escola, enquanto que outro pode ter todas as qualidades e mais alguma, não pode liderar porque não fez o curso e porque nunca teve oportunidade de participar na gestão da escola.

A qualidade, Srs. Deputados, procura-se através de um método de selecção baseado no conhecimento das pessoas e não baseada no diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Nós não estamos a introduzir aqui nada que não seja exigível a nível nacional, nem estamos a coarctar a possibilidade de todos e qualquer um que estejam em condições, poderem candidatar-se a estes órgãos de administração e gestão. Aliás, não se antevê qual é a especificidade regional que pode ser invocada para que os candidatos futuros a essa gestão das escolas, não careçam de formação adequada. Qual é a especificidade disso?

O que nós estamos a dizer é que quem fez formação, e isso é considerado a nível nacional, deve ser considerado em primeiro lugar. Isso é não fazer tábua rasa de algo que é fundamental.

Nós andamos a dizer aos professores que é preciso melhorarem a sua formação, que é preciso eles investirem na sua formação, que é importante continuarem a estudar e a melhorar a sua qualidade e vamos...

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais).

O orador: Não, não Sr Secretário! O Sr. Secretário está sistematicamente a passar um atestado de menoridade, incompetência, de não reconhecimento da validade dos

cursos ou das instituições que os ministram. Vem para aqui com cursos por correspondência, com cursos assim, com cursos assado.

Há cursos e cursos. Há uns que são por correspondência, há outros que são presenciais, o que não se pode é generalizar dessa forma para dar a ideia de que isto não passa de uma "brincadeira".

Isto não é assim. Há quem frequentou uns determinados cursos, há quem frequentou outros. O que nós não podemos é, se estamos interessados em ter profissionais cada vez mais habilitados, se estamos a apostar na qualidade, desrespeitar todos aqueles, os 20,30, 40, que nos foi dito na Comissão que o fizeram — sabemos perfeitamente que alguns estão em idade de ir para a reforma, mas também há aqueles que não estão — e estão conscientes que precisam de se prepararem melhorar.

Para se gerir é preciso querer. Se a pessoa se prepara, frequenta um curso, tira dinheiro do seu bolso, é um esforço que faz e a esse candidato vai dizer-se: "Não, isso não serve para nada, isso não conta para nada!", quando a nível nacional, como muito bem disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, isso é exigível.

Se um indivíduo a nível nacional viesse para cá, ou um de cá fosse para lá, é considerada a qualificação que adquiriu, essa melhoria que introduziu no seu modo de prestação de um serviço à escola e à rede de educação e ensino.

Nós não prejudicamos ninguém, estamos apenas a dizer que nas escolas onde existam profissionais que fizeram isso, esses profissionais têm o direito de estarem na primeira linha, no primeiro patamar de selecção.

Não vamos agora pensar que todos estes indivíduos que estão nestas condições não são adequados para desempenhar funções de administração e gestão e os outros que não fizeram esse esforço, os outros que não se preocuparam com isso é que estão preparados para fazer isso.

Não Sr.! Quem fez, merece esse reconhecimento, os outros que o façam.

Não é assim que se incentiva as pessoas a melhorar a sua prestação de serviço.

A qualificação é importante, é exigida a nível nacional e dá esse direito, essa regalia. Nas escolas em que haja gente que o tenha, eles são os primeiros a serem considerados, quando não houver têm todas as hipóteses que são dadas aos outros,

até aos professores com habilitação legal, que são os últimos que aqui estão e têm essa hipótese.

Como disseram muito bem o Sr. Secretário e o Sr. Deputado Francisco Sousa, nas escolas mais pequenas é os que nós temos e esses avançam.

Portanto, não vamos pôr de lado algo que é importante, pois a qualidade só se adquire com formação, ou o Sr. Secretário não considera que a formação académica é importante?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Mas não é formação académica nas escolas!

O Orador: É importante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas para aduzir mais um argumento que pode ser útil para o debate.

Nos Açores, de acordo com as informações que eu tenho, só houve um curso que qualificava as pessoas para isto, promovido por uma associação sindical e desse curso há uma ou duas pessoas que já se reformaram e outras enfim que estão à beira da reforma. Portanto, só houve um curso promovido por essa associação.

Isto para explicar que é mesmo reduzido o número de pessoas que têm esta qualificação.

Queria dizer também que a qualidade, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, obviamente que se adquire com formação, mas não só.

Eu também acho que se deve valorizar o esforço das pessoas, só que isto é quase uma opção política, porque, por um lado, temos um valor que é valorizar o esforço das pessoas e, por outro, temos outro valor que é a democraticidade das escolas.

Eu opto, claramente por este segundo, porque as condições actuais não permitem com objectividade que isso se verifique, porque existem muito poucas pessoas com esta formação.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, que com a minha intervenção não pretendi, de forma alguma, qualificar qualquer cursos de bom ou de mau. Apenas recordei ao Sr. Deputado, que aliás conhece este assunto tão bem como eu, que estes cursos têm determinadas características, apenas isso.

Não estava na minha intenção fazer qualquer juízo de valor nem sobre as pessoas que tiveram os cursos, nem sobre os cursos em si.

Aquilo que eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado é que gerir uma escola e ser capaz de liderar uma escola não depende de nenhuma qualificação académica, não é uma questão académica. É uma questão pessoal, é uma questão de empenhamento, é uma questão de dinâmica de grupos, não é nada que tenha a ver com o diploma.

Eu valorizo muito a formação, esta é extremamente importante, valorizo a componente académica, valorizo as pessoas que fazem cursos, valorizo a aprendizagem, creio que não sou suspeito, de forma alguma, de estar a menosprezar o esforço que essas pessoas fizeram e o esforço que se possa fazer.

No entanto, eu não reconheço como qualificação para liderar uma escola, fazer este curso. Este curso é importante para quem quer aprender, é importante para quem se quer valorizar, é importante para quem quer saber mais sobre gestão de escolas, mas isso não qualifica imediatamente uma pessoa para ser gestor de uma escola. Caso contrário, nós faríamos por concurso público aberto às pessoas que fossem detentoras de determinado curso, como se faz para gerir qualquer coisa.

Mas não. Nós estamos a falar de um sistema democrático, de um sistema que nós pretendemos que sejam pessoas escolhidas pelos seus pares em função das suas características e não dos seus cursos.

Ao introduzirmos esta matéria aqui o que estamos a fazer é desvirtuar completamente o processo, porque estamos a dizer que os Srs. apenas podem escolher se tiverem lá destes, não podem escolher os outros.

Não é correcto, creio que é um empobrecimento para as escolas e é, claramente, uma forma de nós desvirtuarmos o objectivo a que nos propomos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Só mais dois pequenos esclarecimentos:

Primeiro: se há pessoa que se bateu e se bate pela formação sou eu; se há pessoa que se bateu, já lá vão 13 anos, para que todos os docentes portugueses fossem licenciados, fui eu.

Consegui, porque liderei um processo, através de uma estrutura sindical, que se conseguiu ao fim de 14 anos, que a Assembleia da República obrigasse a que todos os docentes portugueses fossem licenciados. Portanto, estou à vontade quando se trata de garantir, exigir, valorizar, dignificar a formação.

Exactamente por isso, é que o Deputado Francisco Sousa, não tem dúvida nenhuma, em dizer que este curso foi feito na Região Autónoma dos Açores, para garantir, a quem frequentasse, em primeiro lugar a equiparação a licenciado para que pudesse desenvolver a sua carreira, enquanto docente, não como professor de bacharel, mas sim como professor licenciado. Foi este o objectivo com que apareceu, este e muitos outros, que ao longo deste país se fizeram.

Este foi feito concretamente com esse objectivo e não com o objectivo de gerir as escolas, porque esse curso foi criado há dez anos atrás e só em 1998 é que aparece esta gestão. Portanto não misturemos as coisas.

Segunda questão: não há nos Açores — e desafio a que alguém me mostre onde estão — 30 a 40 professores com este curso.

Os que eu conheço e que são 7 ou 8, já tem gente na reforma e já há gente que dentro de 1 ou 2 anos vai para reforma. Estamos numa Região onde eu posso dizer isto e faço um desafio, neste caso ao Grupo Parlamentar do PSD, a dizer-me se há algum professor a leccionar em Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores, Corvo que tenha este curso, já vão cinco ilhas. Isto para dizer que na maior parte das nossas ilhas não existem.

Haverão três ilhas com hipóteses de existirem alguns. No caso concreto do Faial, olhando para o nosso amigo Madrugada da Costa, só me lembro de uma pessoa que até

se reforma no próximo ano. Mesmo o Faial, e eu posso estar enganado e admito que possa estar, a pessoa que eu conheço reforma-se no próximo ano.

Portanto, que democraticidade é que irá ter este processo, porque nós estamos a criar um processo de gestão democrática e para haver democracia é preciso haver, pelo menos, alternância, onde estão os candidatos para haver alternância, onde estão os candidatos que possam ser?

Repito, o Grupo Parlamentar do PS ao fazer a sua proposta não impede que estes docentes sejam candidatos, a única coisa que faz é dizer que estes não são os primeiros nem os únicos. São candidatos como os outros, porque se são professores efectivos dos quadros gerais de escola, se têm cinco anos de serviço e estão a trabalhar na escola, então podem ser candidatos.

Na nossa proposta não estão excluídos de serem candidatos os que não têm. Na nossa perspectiva, é a prioridade das prioridades e como estamos a falar daquilo que nós temos, deixa de fora a gestão das áreas escolares, que eu repito em boa hora foi criada, por proposta deste Governo e que me permitiu ter um dos dias mais felizes da minha vida, o dia 19 de Maio de 1998, onde eu, pela primeira vez, votei em quem quis para gerir a minha escola.

Portanto, isso é um valor, que em nome do PS, só por cima do meu cadáver.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, francamente, não percebo o receio do PS relativamente ao critério de qualificação, porque a proposta do PSD não limita a possibilidade de qualquer professor de uma escola avançar no caso de não se cumprirem as prioridades estabelecidas na proposta.

Em primeiro lugar, para tudo na vida e no plano profissional, principalmente, há exigências e critérios. Se o Sr. Secretário ao voltar ao seu exercício académico quiser ser reitor vai ter que ser catedrático, se bem que poderá ter qualidades para ser reitor, mas enquanto não cumprir aquela exigência não pode chegar lá.

Deputado Francisco Sousa (PS): Mas essa é que é a questão!

A Oradora: A Universidade pode estar cheia de gente impecável, incrível, excepcional para o lugar de reitor, mas não podem enquanto não cumprirem as exigências. É isso que nós queremos.

Especificidade não pode ser sinónimo de inferioridade. Se esses critérios estão na lei nacional, por que é que o Sr. Secretário acha que é mais rigoroso que o ministro? Foi a crítica que eu registei.

O Sr. Secretário disse que aumentou o rigor. Registo que o Sr. Secretário Regional acha que é mais rigoroso do que o Ministro, mais democrata que o Ministro.

Nós defendemos a qualificação como critério prioritário, salvaguardando a nossa especificidade nos pontos 6 e 7, mas da qualificação não prescindimos, porque queremos motivar os nossos professores, porque queremos avançar no plano da qualificação da gestão escolar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs Deputados Srs. Membros do Governo:

É óbvio que as razões estão na rua e temos de ter a coragem de decidir e muitas vezes decide-se 51% para um lado, 49% para o outro, tem de ser assim.

O Partido Popular já tomou a sua decisão tendo em conta que esta é uma matéria complexa.

Somos sensíveis também a uma questão que tem a ver, inclusivamente, com a questão constitucional, que já foi aqui referida e que é bom ter presente, que é o facto de ser considerado a nível nacional, como condição necessária para o exercício de função de gestão escolar, aqueles atributos e qualificações requeridas por uma lei geral.

Portanto, o aspecto específico aqui, salvo melhor opinião, deve eventualmente ser questionado e por conseguinte a nossa posição é de que se deve ter presente o que é estabelecido e as exigências que são feitas a nível nacional sobre a matéria e a qualificação dos nossos professores.

Nas situações em que, infelizmente, não existir esse qualificado, deve funcionar o esquema que se prevê excepcionalmente para esses casos, porque há o perigo de favorecermos um lote reduzido de professores especialmente preparado para o efeito. Nós sabemos que no próprio funcionamento do método democrático das escolas também há outros perigos. Temos de assumir isso de forma objectiva e transparente, que são os méritos daqueles que ao longo dos anos se têm instalado com legitimidade à frente da gestão das escolas, de pedra e cal, dando ideia de que não existem outros capazes de exercerem esse mesmo papel e essas mesmas funções.

Portanto nós vamos votar a proposta apresentada pelo PSD.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para notar que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro depois desta rebuscada justificação, apenas veio deixar a suspeita que afinal a AD ainda deve existir, deve haver qualquer coisa por detrás que não é exactamente isso.

Esse escudar por uma decisão dessas numa questão constitucional, Sr. Deputado, não lembra a ninguém.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que não lembra a ninguém é a respeito desta matéria o Sr. lembrar-se da AD, quer dizer, isto tem-no perturbado tanto que até no meio desta matéria...

(Risos da bancada do PSD).

... V. Exa. se foi lembrar da AD. Olhe, tal foi a moça, que naquele pequeno período a coisa lhe causou!

De resto, quanto a esse aspecto da parte da constitucionalidade, tenho consciência de que fiz referência de forma lateral. Ainda não foi há muito tempo que ouvimos muitas certezas sobre determinadas matérias e depois elas caíram todas.

Quero dizer ainda ao Sr. Secretário que fique tranquilo porque quando nós votarmos alguma coisa do PS, isso não querará dizer que da nossa parte está a haver tentativa de sedução.

Fique tranquilo, porque quando votamos ao lado do PS, encaramos isso normalmente e democraticamente.

Presidente: Está encerrado o debate na especialidade. Vou pôr à votação o artigo 19º. e em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 23 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vou pôr à votação o restante corpo do artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O restante corpo do artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Se os Srs. Deputados não se opõem vou pôr até ao artigo 37º., com as propostas de alteração que vêm da Comissão, nomeadamente para os artigos 25º. 32º. e 33º.

Vou pôr então à votação esse conjunto de artigos, até ao 37º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 38º., para o qual há uma proposta de alteração do PSD.

Está aberta a discussão para o artigo 38º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

O PSD em relação aos serviços especializados de apoio educativo, entende que não deve ser retirada a hipótese de na Região virem a funcionar serviços de psicologia e orientação.

Esses serviços especializados de apoio educativo, a nível nacional, figuram como estrutura indispensável para apoio aos jovens, e todos nós sabemos da dificuldade que a nível do 9º. ano a nossa gente sente para fazer uma escolha consciente quanto às opções que irá ter de tomar no secundário complementar, se vai para a via de prosseguimento de estudos, se vai para o ensino tecnológico ou se opta por uma escola profissional.

A Região sempre lutou até a algum tempo a esta parte com falta de profissionais com formação adequado neste âmbito, ou seja psicólogos, não da área de clínica, mas psicólogos da área de orientação escolar e profissional.

Tínhamos alguns peritos conselheiros orientadores e até há pouco tempo não tínhamos, de facto, na Região, pessoas com esta formação específica, ou seja, psicólogos com orientação escolar e profissional como opção de escolha de formação base, para orientarem os jovens nesta fase crucial da sua vida.

Independentemente do Governo dizer que nas situações que consagrou na sua proposta, núcleos de educação especial e equipas multidisciplinares de apoio sócio-educativo, estes que poderiam vir a fazer este tipo de trabalho, nós achamos que há uma área enorme de intervenção, nomeadamente, dentro da área do apoio sócio-educativo de que não se deve coarctar a possibilidade — até porque temos conhecimento que há mais profissionais, neste momento, no terreno, na área da psicologia — pois nada nos pode levar a afirmar que nos tempos mais próximos, existindo um serviço como este, não constituísse incentivo, não só à formação de outros jovens nesta área, como à vinda daqueles profissionais que até agora não se deslocavam para a Região, para prestar esse tipo de apoio.

Nós fizemo-lo durante uns anos em colaboração com a Universidade dos Açores, fazendo um despiste vocacional das profissões ao nível do 9º. ano, recorriamos aos centros de emprego e a profissionais que lá existiam, fizemos protocolos com a Universidade dos Açores, durante algum tempo, fizemos um acompanhamento e uma tentativa de encaminhamento e de ajuda aos jovens, nesta fase da sua vida.

No último Governo do PSD adaptámos a legislação nacional e criámos a hipótese de termos também cá na Região, à semelhança do Continente, um serviço de psicologia e orientação.

Entende o Governo, agora, nesta altura, abdicar dessa possibilidade e ficar só com núcleos de educação especial, equipas multi disciplinares de apoios sócio-educativos e com os tais outros serviços organizados pela escola, no âmbito da acção social escolar, organização de salas de estudo e actividades com elemento curricular.

Como eu disse, a nossa opção é manter como possibilidade de existência os serviços de psicologia e orientação pelas razões que aqui invoquei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi opção deste Governo criar um sistema educativo, baseado essencialmente nas escolas, podemos dizer um sistema "escolocêntrico", a escola é o núcleo de todos os serviços.

Foi por isso que nós extinguimos os serviços externos da Direcção Regional da Educação que existiam, tais como as coordenações de ilha, as delegações escolares, tudo isso foi extinto, sendo tudo integrado nas escolas.

Em relação à psicologia e orientação é nossa intenção colocar em cada escola e área escolar o psicólogo e criar dentro da escola o serviço.

O ano passado contratámos 13 psicólogos. Contamos, com os descongelamentos deste ano, contratar outros tantos e dentro em breve teremos em cada uma das nossas escolas e áreas escolares um psicólogo que faz parte da escola e está integrado na equipa da escola.

Este é aquele que nós acreditamos ser o caminho, para resolver esta questão.

Eu lembrava Sr. Deputado que os SPO's, foram criados na Região em 1994 e de 1194 até agora nunca arrancaram. Eu não vejo qualquer interesse neles e mesmo a nível nacional, cada vez mais se questiona essa matéria, porque a orientação vocacional e todo o apoio psicológico que o SPO der a ele, esse apoio deve estar na escola, deve ser dado num ambiente integrado. Não há qualquer vantagem em criar mais serviços, não há qualquer vantagem em aumentar o número de unidades orgânicas, quando as mesmas funções podem numa Região dispersa como a nossa, ser feitas muito melhor dentro da própria escola.

Portanto nós optámos por criar dentro da escola estes núcleos, já estão na maior parte dos casos, concretamente criados e a funcionar, os outros seguirão, nesta altura já há apoio psicológico praticamente em todas as escolas da Região e no ano que vem, se tudo correr bem, termos em praticamente todas.

É isso que queremos fazer, não há nenhuma intenção de criar SPO's, pois os SPO's são um modelo antigo, um modelo que não se coaduna sequer com a arquitectura do sistema educativo que está criado na Região. Não faz qualquer sentido extinguir serviços e agora criar os mesmo serviços, quanto mais numa área que para funcionar bem tem de ser integrada.

Não faz sentido haver um psicólogo que aparece de vez em quando, tem de ser uma pessoa que está dentro da escola, que conhece os alunos, que conhece as pessoas. É isso que nós queremos criar.

Os SPO's estão obsoletos em relação ao actual contexto do sistema educativo.

De qualquer forma isto não tem qualquer importância, porque da mesma forma que eles até agora estavam criados e nunca funcionaram, assim continuarão.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Hoje há uma realidade que eu penso que tem que ser realçada e que o Sr. Secretário referiu, ou seja, a existência, cada vez mais, dentro da própria escola, de serviços especializados e de apoio na escola. O caso dos psicólogos é um exemplo concreto onde ainda há pouco tempo não existia ninguém, hoje, felizmente, começam a aparecer.

Pensamos efectivamente e estamos de acordo que têm de ser reforçados, cada vez mais dentro da própria escola os serviços de psicologia, de orientação, os serviços de apoio social, até mesmo os serviços de informação, que hoje um dos aspectos que nós pensamos que dentro das nossas escolas tem de haver, essencialmente no secundário, são serviços de informação aos próprios jovens, serviços esses que não são necessários muitas vezes lá fora porque há quem os substitua, mas que nas nossas escolas têm de existir.

Deste modo, nós entendemos que, de facto, o que se tem de reforçar são os serviços dentro da escola, são os serviços de apoio à escola e por isso mesmo pensamos que não vale a pena criarmos os tais serviços que desde há muito estão criados e nunca funcionaram, para que, efectivamente, se procure dentro das nossas escolas melhorar os serviços que, felizmente, nos últimos tempos começaram a existir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS ao fazer a proposta que fez para o artigo 38.º, fê-la consciente da realidade que temos e a nossa realidade é que a legislação que já está em vigor permite que as escolas e as áreas escolares possam, nos seus quadros, incluir técnicos superiores e esses técnicos já começaram a ser incluídos, já houve concurso público e já temos em algumas escolas, por exemplo o psicólogo. Dentro em breve passaremos a ter nas escolas, por exemplo, a assistente social, fazendo parte do corpo da escola e não um serviço como é o serviço de orientação pedagógica, um serviço centralizado, com sede na Direcção Regional da Educação.

O sistema de gestão e da rede escolar que este Governo entendeu implementar é centralizado na escola, centralizado nas áreas escolares, fora da secretaria, fora da Direcção Regional de Educação.

Não faz sentido que seja a Direcção Regional de Educação a ter 2,3,4 ou 5 psicólogos, para poderem prestar serviços. Tem de ser a escola da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo, Rabo de Peixe, Santa Cruz da Graciosa ou Vila do Porto a terem no seu corpo de pessoal os técnicos superiores capazes de responder às suas necessidade.

Não faz sentido que se crie mais um serviço na Direcção Regional de Educação para prestar serviço nas escolas, porque essas pessoas são precisas é para estar nas escolas com os alunos e não junto dos técnicos da Direcção Regional de Educação ou da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Com isto o Governo entendeu — e penso que vem abdicar de mais um serviço externo — colocar nas escolas o pessoal necessário.

Além do mais, efectivamente, eu penso que não temos de estar a pensar que alguém venha de fora — e este de fora é de outra ilha — para resolver o problema da escola daquela ilha.

Temos de apostar, claramente em criar corpo de pessoal técnico superior e corpo de pessoal docente, em cada uma das escolas básicas integradas, áreas escolares e escolas do 2.º e 3.º ciclo ou secundário, com condições para satisfazer as necessidades daquela comunidade educativa e não criar um serviço externo que não nos venha dar resposta. Isto para dizer que quando fizemos esta opção, fizémo-la claramente abdicando dum serviço externo da Secretaria e colocando esses profissionais nas escolas e nas áreas escolares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

O PSD, aliás já o disse na introdução, na generalidade, não tem nada contra e apoia que cada vez mais nas escolas se crie condições para que haja resposta local, até dentro do princípio da subsidiariedade, pois quem está mais perto é que poderá resolver melhor os problemas.

O PSD não tem nada contra que progressivamente nas áreas escolares, nos diferentes tipos de escolas se vão tendo psicólogos a prestar esse tipo de serviço.

Achamos é que neste momento isso ainda irá levar algum tempo e é impensável que consigamos ter isso rapidamente suprimido.

Justifica-se plenamente não tirar esta possibilidade de ter um serviço de psicologia e orientação. Aliás, na Comissão o Sr. Professor Francisco Sousa corroborou também este problema da falta dos psicólogos, que é um facto, eles vão aparecendo mas não são assim em tão grande número como isso.

Quanto à ideia de ser obsoleta, isso eu punha à consideração da Câmara, pois ela é tão obsoleta que o Sr. Professor Marçal Grilo, Ministro da Educação, consagrou-a a nível nacional como a linha "A", dos serviços de apoio educativo. Portanto, obsoleta na sua opinião, Sr. Secretário!

Presidente: Está então concluído na especialidade o debate do artigo 38.º.

Vou pôr à votação a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 23 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passemos à votação do restante corpo do artigo 38.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O restante corpo do artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passaríamos agora à discussão dos artigos 33.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º e 57.º.

Está à discussão este conjunto de artigos.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao art.º 4.º, que correspondia ao antigo artigo 2-A.

A proposta inicial do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o art.º 4.º deixou de existir.

Passemos agora ao artigo 2-A, que agora passou a ser art.º 4.º, para o qual há uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas vou dar um rápido esclarecimento para dizer o que se pretende com esta proposta.

Primeiro: substituir o termo "os concelhos" por "os municípios", porque é essa de facto a terminologia constitucional.

Segundo: dizer que nos concelhos territoriais que tenham uma única escola — e vamos dar o exemplo das Flores para nos entendermos — no caso concreto da escola Básica Integrada das Flores que cobre os concelhos de Santa Cruz e Lajes, o que se

faz é aditar ao número, onde se diz que compete, neste caso concreto à Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, desencadear o processo da constituição do Concelho Local de Educação, porque era omissivo, ou seja, pelos n.ºs 1 e 2 não se entendia a quem cabia a responsabilidade de desencadear o processo para a constituição deste órgão.

Com isto achamos que fica claro quem o deve fazer.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação o art.º 4.º e em primeiro lugar a proposta de alteração do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante corpo do artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O restante corpo do artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao art.º 5.º para o qual também o Grupo Parlamentar do PS apresenta uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No projecto apresentado dizíamos que iriam participar nos Conselhos Locais de Educação, um Presidente de Junta de Freguesia a designar pela Assembleia Municipal. Agora na nossa proposta de alteração dizemos que será um Presidente de Junta de Freguesia por cada grupo de dez freguesias ou fracção, porque do debate e de algumas achegas que nos chegaram, sobretudo de autarcas pertencentes às juntas de freguesia, dizem-nos que em concelhos como Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Horta que têm um grande número de freguesias havia uma certa exclusão da participação das juntas de freguesia neste processo.

Entendemos que a participação deles é fundamental se pensarmos, por exemplo, num concelho como Ponta Delgada, onde existem e irão existir, salvo erro, onze estruturas e são 22 freguesias. Efectivamente é um concelho onde faz sentido que sejam três presidentes de junta e diríamos um para a zona da Bretanha/Capelas, um para os

Ginetes e um para a cidade de Ponta Delgada, porque efectivamente são muitas as estruturas escolares abrangidas por este Concelho Local de Educação e parece-nos que assim se permitirá uma melhor acção deste concelho daquilo que é determinado no artigo seguinte, que são as suas competências.

Presidente: Concluída então a discussão na especialidade vou pôr à votação a alínea c), desse mesmo artigo 5.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A alínea c), do artigo 5.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação as restantes alíneas do n.º 1, bem como os n.ºs 2 e 3 da proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O restante corpo do art.º 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à discussão os art.ºs 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vou pôr à votação este conjunto de artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao art.º 14.º que tem uma proposta de eliminação apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD:

Está à discussão o art.º 14.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais: Isto é a mera consagração daquilo que estipulámos no artigo anterior, ou seja, elimina-se a exclusão dos serviços de psicologia e orientação.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de eliminação do PSD para o art.º 14.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora vou pôr à votação o art.º 15.º.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 15.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Está encerrado este nosso ponto da ordem do dia.

Peço a atenção da Comissão de Assuntos Sociais para a redacção final.

Passemos agora ao nosso ponto n.º 4, que se trata da **Proposta de Decreto Legislativo Regional — "Regime de extracção de areia no mar dos Açores"**.

Vou pôr à discussão na generalidade o diploma.

Para o apresentar tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em discussão neste Plenário, tem como objecto principal o licenciamento da actividade de extracção de areia no mar territorial da Região Autónoma dos Açores, ou seja, o licenciamento da actividade de extracção de areia na zona a contar das doze milhas até à linha máxima da baixa mar, tal qual ela é registada.

Do ponto de vista formal significa que se passa de uma solução que até agora foi caracterizada pela regulamentação deste licenciamento através de resoluções sucessivas para um regime de licenciamento ao qual é conferida a dignidade formal de Decreto Legislativo Regional.

Do ponto de vista da relevância deste diploma temos a aduzir, por um lado, a sua relevância em termos económicos, ou seja, de regulamentação de uma actividade económica, e, por outro, a sua relevância do ponto de vista ambiental, isto é tendo em linha de conta que a necessidade de extracção de inertes para a actividade de construção só se poderia fazer nas nossas ilhas em duas zonas preferenciais, ou seja, nesta que estamos agora a analisar que é até às doze milhas marítimas ou na zona costeira.

Para além da regulamentação da extracção de areia ou de inertes nas zonas costeiras, que já está regulamentado por Decreto-Lei, estamos a criar também as condições para, do ponto de vista ambiental, acautelar a defesa do nosso litoral e limitar os impactos que esta actividade económica pode exercer sobre o meio físico e natural marinhos.

Daí que concomitantemente com as cláusulas referentes ao licenciamento e ao processo de licenciamento, também sejam estabelecidas cláusulas respeitantes à formação de preço, ou seja ao preço de venda, e às taxas a cobrar relativamente a estas actividades económicas.

Tendo em vista que as taxas cobradas não têm como fim principal o angariar de receitas para os cofres da Região, mas sim, e primordialmente trazer para as entidades que superintendem na fiscalização e no controlo desta actividade, nomeadamente as juntas autónomas e as autoridades marítimas, receitas que permitam por um lado cobrir os custos dessa actividade de controlo e por outro financiar a realização de estudos de impacto ambiental, que nós consideramos relevantes. Daí que nesta proposta se tenha identificado uma taxa até ao limite de 40% do preço de venda.

Eu quero recordar nesta Casa que as taxas praticadas e estatuídas entre as resoluções eram do mesmo teor, ou seja, eram taxativamente iguais a 40%, sendo 20% para as juntas autónomas e 20% para o fundo regional de transportes. Estamos de facto a propôr, neste diploma, limites superiores de taxas que são iguais àqueles que estão em vigor.

Eu afirmei no processo de audição em comissão, que não é intenção do Governo levar a fixação destas taxas até ao seu limite superior, neste momento.

De qualquer forma consideramos que face ao instrumento que estamos a utilizar que é o Decreto Legislativo Regional, teria pouca lógica estar a reduzir a margem de fixação das taxas, porque a sua alteração teria de voltar a ser feita por Decreto Legislativo Regional, daí que tenha em sede de comissão, e uma vez mais aqui nesta Casa, solicitado aos Srs. Deputados que concedessem essa margem de decisão ao Governo, tendo em atenção também que o processo de fixação de preços e o processo de decisão é um processo participado, dada a instituição neste diploma de uma

comissão de acompanhamento de extracção de areias, na qual para além dos elementos da administração regional, competentes nesta matéria, também fazem parte os directores das juntas autónomas dos portos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, os capitães de porto das capitánias existentes na Região ou seus representantes e ainda o representante das associações de defesa do ambiente, tendo ele também em comissão dito que o alargamento desta comissão a outras entidades, nomeadamente à própria Câmara de Comércio, seria bem vinda, ou seja, o próprio processo de decisão é um processo participado que permite que o resultado final seja um resultado equilibrado dentro dos objectivos, que são os objectivos finais deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma tem por objecto estabelecer o regime jurídico da extracção de areia, como já foi apresentado pelo Sr. Secretário.

Esta extracção de areia verificar-se-á no mar territorial dos Açores e tem como preocupação atender à importância económica e social, mas sobretudo ambiental, que esta actividade de extracção de areia tem.

Vem, por outro lado, limitar a degradação da orla costeira dos Açores. Prova disso são os requisitos exigidos pelo diploma para a extracção de areia, como por exemplo o art.º 2.º, alínea b), em que diz que "será salvaguardado o equilíbrio ecológica"; na alínea c), "seja acautelada a erosão da costa e a manutenção das praias"; na alínea d), "sejam realizados estudos de impacto ambiental".

Portanto, é esta a preocupação central que é preciso relevar neste diploma.

É também ainda criada no âmbito deste diploma, no seu art.º 10.º, uma comissão de acompanhamento de extracção de areia com as seguintes atribuições, que passo a citar:

- emitir pareceres;
- propôr medidas;
- acompanhar a fixação do preço das areias;

- propôr a execução de estudos, etc..

Assim, a criação desta Comissão é também ela uma medida importante para a normalização da actividade de extracção de areia, bem como para a salvaguarda do ambiente e do equilíbrio ecológico.

O Grupo Parlamentar do PS, assume o parecer da Comissão de Economia e vai votar favoravelmente o diploma. No entanto, e agora como presidente da comissão, gostaria de congratular-me pelo amplo debate efectuado na comissão, não só pelos vários pareceres recebidos mas também pelas audições efectuadas.

Foram efectuadas audições ao Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, foram efectuadas audições em S. Miguel, no Pico e na Terceira aos empresários de extracção de areia, audições essas que tiveram como objectivo melhorar o documento que estava em discussão na Comissão.

No fundo o contributo dessas organizações e o trabalho em comissão serviram para melhorar este documento pois era essa a nossa preocupação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre com muita alegria que ouvimos o Sr. Deputado e presidente da Comissão, Sr. Augusto Elavai, congratular-se. Ainda bem que ele hoje não se congratulou com o Governo, mas sim connosco. Acho que ele efectivamente tem razão.

Dou-lhe a razão porque acho que isto foi um dos exemplos simpáticos, pois talvez na opinião pública não se compreende, que iniciativas do Governo tenham tanto período de maturação ao nível do parlamento e das comissões parlamentares. Mas se tivermos em conta o conjunto de entidades auscultadas, a própria evolução do trabalho parlamentar e aqui não nos esqueçamos de referir uma auto-crítica, que o Sr. Presidente da Comissão se esqueceu — mas ele está realmente mais preparado para louvar do que para auto-criticar — pois os parceiros sociais e as autarquias que participaram em todo esse processo, são unânimes em afirmar que dispuseram de muito pouco tempo para dar o seu parecer. Acho que nesse exercício de auto-crítica e porque efectivamente o período de trabalho foi extenso, no fundo teria dado tempo para que os parceiros se pudessem pronunciar sem virem a alegar sistematicamente

esse problema, pois são vários que alegam que não aprofundaram o seu parecer porque o tempo era insuficiente.

Quero ainda dizer que quando se fixa um prazo que à partida é possivelmente o prazo considerado normal, na prática talvez pelas vicissitudes da nossa Região, as pessoas queixam-se dessa escassez de prazo, às vezes até pode haver alguma falha administrativa.

Seja como for, isto para referir que como se nota o parecer da Comissão é, na verdade, abrangente em relação ao articulado que é apresentado pelo Governo Regional em muitas matérias aqui referidas.

Portanto, o Partido Popular está, obviamente de acordo, aprovou na Comissão este parecer e adopta-o por conseguinte.

Relativamente a um aspecto que o Sr. Secretário aqui referiu, em que o Governo propunha que houvesse aqui uma elasticidade no montante das taxas a aplicar às empresas pela extracção da areia, gostaria de dizer, tal como fizemos na Comissão, que embora compreenda as preocupações do Governo e do Sr. Secretário, e dado que neste momento se pratica a taxa dos 20% — na altura foi esta a taxa que o Sr. Secretário afirmou na Comissão que estava em prática e atendendo a que os empresários do sector nos fizeram ver que não teriam capacidade de absorver qualquer aumento de taxas e isto a acontecer teria de se repercutir no preço final — que o PP entende que se trata de uma matéria prima que tem um papel fundamental na construção civil.

Portanto, tem uma componente social forte e já está suficientemente penalizada face ao que acontecia não há muitos anos atrás, em que as areias eram relativamente abundantes nalgumas das nossas ilhas. De algum tempo a esta parte, depois de uma fase de carência, hoje temos uma actividade de extracção que tem alguma dinâmica e o facto é que os preços aumentaram de forma significativa e por conseguinte o Grupo Parlamentar do PP não quer assumir nenhuma medida que possa traduzir um aumento de custo do da areia ao consumidor.

Pelo contrário fazemos um apelo para que o Governo Regional utilizando os instrumentos que aqui estão, nomeadamente através da negociação com as empresas da fixação dos preços, e uma vez que é possível que se venha a obter ganhos de

produtividade nesse sector — como aliás alguns dos nossos companheiros e um empresário deram conta de que com a introdução de equipamentos, e novas tecnologias, praticamente com os mesmos custos fixos estava-se a obter duplicação de extracção de areia — se há ganhos de produtividade desta natureza eles têm de reverter para o consumidor final e por conseguinte cabe ao governo, na negociação dos preços fazer baixar, para satisfação de todos, o preço a praticar na areia.

Portanto, nessa perspectiva o PP votou que o diploma fixasse uma taxa de 20%, isto é, não permite que o Governo utilize com elasticidade qualquer aumento de taxa, mas dê a garantia de que a taxa se mantém rigorosamente como até agora.

Foi esse o nosso espírito e parece-nos que, aliás, isto foi votado na Comissão, porque houve uma maioria de Deputados que entendeu que era importante optar por essa solução.

Portanto, vamos votar favoravelmente tendo presente o parecer da Comissão.

Presidente: Para uma intervenção na generalidade tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós na generalidade estamos de acordo com esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Entendemos que é uma regulamentação que tem a ver com a extracção de areia em toda a Região Autónoma dos Açores, está devidamente enquadrada, preserva as necessidades ambientais em relação a estas matérias, por isso mesmo vamos dar o nosso voto favorável na generalidade ao diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para dar aqui um esclarecimento em relação ao problema aqui levantado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, no que se refere ao prazo limitado para emissão de pareceres, por parte das entidades que a Comissão entendeu consultar.

Na realidade a Comissão quando pegou pela primeira vez neste diploma, decidiu pedir parecer entre outras entidades às Assembleias Municipais e Conselhos de Ilha.

Esses como não reúnem com muita frequência necessitavam de um prazo alargado para se poderem pronunciar. Neste sentido isto foi comunicado aos serviços da Assembleia, contudo o primeiro pedido de parecer que seguiu para estas entidades, o prazo foi bastante limitado.

Nós ao tomarmos conhecimento disso, através de uma ou duas Câmaras municipais e Assembleias Municipais, de imediato o Presidente da Comissão contactou os serviços da Assembleia e prorrogou-se o prazo por 60 dias.

Só a título de exemplo refira-se que a Assembleia Municipal de Vila do Porto recebeu a nossa comunicação a 6 de Outubro e pronunciou-se a 20 de Novembro, inclusivamente a Comissão recebeu pareceres no mês de Dezembro.

Portanto, foi só essa pequena confusão em termos administrativos que gerou que alguns pareceres viessem com a argumentação de que tinham pouco tempo para se pronunciarem, mas isso foi atempadamente corrigido e ficou tudo esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma em debate vai merecer, porque merece a aprovação na generalidade por parte do Partido Social Democrata.

Praticamente já tudo foi dito, mas quero contudo realçar alguns aspectos.

Em primeiro lugar, embora estejamos perante um diploma de dignidade superior, um Decreto Legislativo Regional, a verdade é que já existiam também algumas regras relativamente à extracção de areia nos mares dos Açores.

É evidente que este diploma vai mais longe e é verdade também que a Proposta que o Governo nos apresenta, em termos ambientais tem grandes preocupações, mas nós entendemos que a proposta é demasiadamente fundamentalista.

Nós estamos em total sintonia, que há necessidade da preservação do ambiente, da defesa dos nossos recursos, nomeadamente o da areia, que como também aqui já foi dito nos últimos anos, ao contrário do que se pensava, é um bem que não é inesgotável, que a sua movimentação é complexa e que de facto pela exagerada extracção e pelo não acompanhamento, durante muitos anos, da extracção de areia,

vieram a verificar-se algumas situações de desordenamento e dificuldades de reposição da areia em algumas das nossas praias.

É um processo de décadas. Logicamente que com o aumento da construção civil a procura é maior, mas a verdade é que se não fosse o trabalho em Comissão, se não tivéssemos feito as audições que fizemos e que levaram a Comissão a propor algumas alterações, seria de difícil exequibilidade a proposta do Governo.

Faço notar que a proposta do Governo, apenas previa a extracção de areia a menos 30 metros, ou seja com profundidades superiores a 30 metros.

Isto significa dizer que os actuais equipamentos que estão em actividade nos Açores, em extracção de areia, alguns deles até bastante recentes, não teriam grandes dificuldades de proceder à extracção de areia.

Julgo que toda esta Câmara está de acordo com a defesa dos valores ambientais e concordamos que terá que verificar-se, aqui neste caso concreto também, termos em consideração o princípio geral o grande princípio da conservação da natureza e do desenvolvimento das sociedades que é efectivamente o desenvolvimento sustentado.

Julgo que a proposta que sai da Comissão possibilita ao Governo — não definindo exactamente quais são as profundidades a partir das quais se pode extrair areia, mas sim dando uma abertura para que o Governo em função dos estudos que são feitos, da evolução da forma como se vai procedendo à extracção de areia, do acompanhamento da monitorização que irá fazer — a possibilidade de pontualmente e em função das situações, poder conceder a autorização que num sítio poderá ser a menos de dez metros, noutra sítio poderá ser a menos 8, 15 ou 20.

Julgamos que nessa matéria as propostas que saem da Comissão, e que resultam como aqui foi dito e muito bem pelo Sr. Presidente da Comissão, das audições que foram feitas, vêm valorizar o diploma.

O PSD na Comissão deu o seu contributo tal como os outros partidos, apresenta mais algumas proposta de alteração, nomeadamente para que na Comissão de Acompanhamento da Extracção das Areias, estejam também representado os autarcas da Região e que das taxas a cobrar uma percentagem seja para as autarquias onde a areia é descarregada, porque essas autarquias são penalizadas por a areia ser descarregada na sua área geográfica.

Portanto, com essas alterações julgamos que de facto o diploma sai valorizado e que é de realçar todo esse trabalho que foi feito até aqui.

Quanto à questão dos prazos e do tempo, gostaria de aproveitar esta oportunidade e feitos os esclarecimento pelo relator da Comissão, para dizer que poderá parecer que este diploma esteve demasiado tempo na Comissão. Aliás às vezes o Governo, nomeadamente sobre algumas questões de ambiente, tem a tentação de dizer que o diploma já foi entregue na Comissão há não sei quantos meses.

A verdade é que este é bem um exemplo dum diploma que de facto necessitou de bastante tempo e que com o tempo que se levou não houve perda de tempo. Eu julgo que se ganhou pelo facto de estarmos agora, passados estes meses todos, a fazer a discussão, com vista à aprovação do diploma.

Para além das questões que o Sr. Deputado Élio Valadão referiu, em relação aos prazos que foram dados às entidades envolvidas, eu também gostaria de referir, sem envolver qualquer crítica, mas também é uma situação que é conveniente os Srs. Membros do Governo, o Sr. Presidente do Governo ter em atenção, é que nós levámos algum tempo para conseguirmos agendar uma data para ouvir o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Não estamos aqui a criticar e a dizer que o Sr. Secretária se andou a furtar a ser ouvida na Comissão. Não é isso que eu quero dizer.

Sabemos que o Sr. Secretário e os membros do Governo têm a sua agenda carregada, têm vários compromissos. Contudo, apelava daqui para que o Governo tivesse em consideração que quando os diplomas demoram mais algum tempo a serem analisados, ou não são analisados com a brevidade que o Governo pretende, algumas dessas vezes é por questões que se relacionam com a disponibilidade dos Srs. Membros do Governo em serem ouvidos pela Comissão.

Em algumas situações e como foi o caso concreto, não fazia sentido, nós estarmos a ouvir outras entidades ou outros órgãos que ouvimos, sem que anteriormente tivéssemos ouvido a posição do Sr. Secretário.

Em resumo, o PSD aprova na generalidade o diploma, subscreve as alterações que foram feitas pela Comissão, apresentando aqui três propostas de alteração.

Para finalizar gostaria de chamar a atenção da comissão de redacção, que alguns dos diplomas, salvo erro no art.º 1.º, no objecto, falamos em extracção de areia e depois nos artigos a seguir nuns casos só em dragagem, noutros só em sucção.

A comissão de redacção tome em atenção que se deverá passar a falar em termos gerais, em "extracção de areia".

No que diz respeito à proposta de alteração do n.º 1 do art.º 9.º, proposta pelo PSD, por lapso apenas é referido o despacho n.º 1 que diz "fixado por despacho do Secretário Regional do Ambiente", logicamente que é do Secretário Regional da Agricultura Pescas e do Ambiente.

São apenas duas chamadas de atenção para a comissão de redacção.

Presidente: Está concluído o debate na generalidade.

Vou pôr à votação o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade.

Vou pôr à consideração da Câmara que se ponha à votação simultaneamente os art.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 4.º.

Está há discussão esse conjunto de artigos para os quais há uma proposta de alteração da Comissão.

(Pausa)

Vou pôr à votação os art.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, incluindo a redacção que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à discussão o art.º 5.º, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar a proposta tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD ao apresentar esta proposta de alteração ao art.º 5.º, tendo este artigo a ver com o licenciamento, entende que faz todo o sentido que as entidades a serem licenciadas, façam comprovar que não são devedoras à Fazenda Nacional e à Segurança Social, para que assim possam estar habilitadas ao licenciamento em função dos outros requisitos que são constantes do diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que nós vamos votar favoravelmente esta proposta de alteração, na medida em que consideramos que há um negócio entre entidades nas quais participa a Região, através da Secretaria Regional. Portanto, de um modo geral em relação a estes negócios estas exigências são contidas em toda a legislação.

O facto de que a entidade individual ou empresa, não é devedora à Fazenda Nacional, é prova de que esta entidade tem a sua situação regularizada. Assim iremos votar favoravelmente esta proposta de alteração.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de alteração para o artigo 5.º, isto é as alíneas d) e e).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante corpo do artigo 5.º, conforme proposta original e a redacção que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O restante corpo do artigo 5.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passaria agora aos artigos 6.º, 7.º, 8.º.

Para o art.º 6.º há uma proposta de eliminação da Comissão.

Vou pôr à discussão os art.ºs 7.º e 8.º e a eliminação do art.º 6.º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao art.º 9.º, para o qual há uma proposta de alteração. Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que neste artigo 9.º o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente a alteração da Comissão e não a proposta que é apresentada pelo PSD, isto porque achamos que a taxa de 20% que vem da Comissão é o mínimo aceitável para se poder financiar estudos de impacto ambiental.

No diploma está inserida uma alínea que diz lá que 50% dessas taxas de 20%, serão para financiar estudos de impacto ambiental. Pensamos que diminuir essa taxa era mais do que aquilo que era aceitável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Augusto Elavai, ou eu percebi mal aquilo que o Sr. disse ou o Sr. defende o contrário daquilo que a proposta da Comissão diz. O Sr. diz que deverá ser no mínimo 20%, a proposta da Comissão diz que deverá ser até ao limite de 20%.

Portanto, entende os 20% como sendo o limite mínimo necessário para fazer face aos encargos que aqui referiu.

Deputado Élio Valadão (PS): Nós estamos a discutir 30% e 40%!

O Orador: Mas aqui está a referir-se o máximo até ao limite de 20%. O limite máximo que se prevê na Comissão é de 20%.

Nós, PSD, entendemos que há aqui um limite que são 15%, há aqui uma redução de 5% relativamente à proposta da própria Comissão.

Entendemos ainda pelas razões que já foram aqui referidas pelo Sr. Deputado Eugénio Leal, na discussão na generalidade do diploma, que também deve ser aditada uma taxa de 5% para as Câmaras Municipais do local onde se processa o descarregamento dessa areia, em função, também de todo o desgaste que isso acarreta e dos eventuais prejuízos que essa operação pode acarretar.

Portanto, há aqui uma filosofia diferente.

O Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente essa proposta que apresentou e entende que ela assim dará resposta de uma forma mais cabal e mais correcta, não só na questão da diminuição desse limite mas também consagrando aqui uma taxa que se destina às Câmaras Municipais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta, vem na sequência daquilo que já existia na resolução anterior que versava esta matéria.

Como bem se recordam, a taxa que era então atribuída à Junta Autónoma dos Portos era da ordem dos 15% e previa-se nessa resolução que as Câmaras municipais pudessem beneficiar de uma taxa, taxa essa que se destina a compensar o desgaste maior que é sofrido pelos concelhos e sobretudo pelas vias que são utilizadas no trânsito das viaturas que procedem à recolha, depois de feita a extracção da areia. Há casos onde de facto este desgaste é acelerado, não só pelo trânsito reforçado de automóveis pesados, como também por muitas vezes haver algum descuido no carregamento dos camiões e haver despejo de areias e sobretudo de água salgada nas vias de circulação. Por conseguinte, entendemos que é de alguma justiça que as câmaras municipais — embora com uma percentagem que é relativamente pequena, 5% — sejam de alguma forma compensadas por este desgaste acrescido que tem neste processo de extracção e transporte de areia para os seus destinos.

Refiro-vos aqui concretamente um caso que conheço e alguns de vós também o conhecem muito bem, que é o caso do concelho da Praia da Vitória, onde a extracção de areia — felizmente, hoje já não se faz com a intensidade que decorreu a alguns anos atrás, proveniente dos trabalhos que se seguiram ao sismo de 1980 — nesse tempo havia alturas em que a Câmara tinha de proceder a uma limpeza muito mais assídua daquela que seria normal, tinha de proceder a reposições de pavimentos, o que se traduzia efectivamente numa despesa acrescida em consequência desta extracção de areia.

Refiro-me ao concelho da Praia da Vitória porque é o que eu conheço melhor, mas quem diz este poderá dizer qualquer outro concelho que esteja sujeito a este tipo de trabalhos.

Portanto, parece-nos de justiça para as Câmaras que já se debatem com tantas dificuldades em termos de receitas, sejam também compensadas minimamente com estes 5% que propomos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta proposta de alteração que é apresentada pelo PSD, na medida em que consideramos que ela no fundo é a manutenção daquilo que se pratica, ou pelo menos se deveria praticar na extracção de areia que se faz actualmente, ou seja, esta compensação, para as autarquias locais, visa compensá-las de um desgaste acrescido provocado pela passagem de veículos que transportando grande peso afectam vias que não estão preparadas para essa tonelagem.

Consideramos que a percentagem aqui proposta é razoável e por isso vamos dar o nosso voto favorável a esta proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me o meu ilustre companheiro, Deputado Joaquim Ponte que lhe faça uma observação a um dos argumentos de peso que utilizou, que é o facto de cair muita areia quando se faz o transporte da mesma.

O desejo que eu manifesto aqui é que é pena que em muitas estradas da nossa terra e algumas vias municipais não caia bastante areia com muita água salgada, para ver se pelo menos tapa alguns buracos e mata a erva que vai crescendo abundantemente pelas bermas das nossas estradas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos perante uma matéria, como ainda há pouco aqui aconteceu, em que há forte argumentação.

Para nós o caso da eventual extracção de areia, nos areiais, que não é tratado por este diploma, pode e deve provocar às respectivas autarquias — porque em muitos dos casos esses areais situam-se até nas sedes dos concelhos e em zonas urbanas — um desgaste acentuado, com custos adicionais com a limpeza das vias e uma perturbação da própria vida cidadina.

Portanto, é inquestionável que em alguns dos concelhos da nossa Região, voltando como já aconteceu a tirar areia por via terrestre, permitam-me o termo, não tenho qualquer dúvida que seria de todo adequado contemplar as autarquias de forma significativa, eu até diria predominantemente, e a progressão não ter nada a ver com essa que aqui temos.

Aliás tem-se falado no caso da Praia da Vitória que é um dos maiores areais da Região, e quem diz este diz outros, em que ao longo das décadas extraíram-se milhões de metros cúbicos e eventualmente essas autarquias nunca viram grande compensação por isso.

Mas, no caso em apreço estamos a tratar da extracção por dragagem e por sucção de areias no mar e a proposta que o PSD apresenta vem apenas contemplar as Câmaras municipais em que no respectivo território se fizesse a descarga.

Só como um pequeno exemplo e como se tem falado no caso da Ilha Terceira, eu chamava a atenção para o seguinte: a costa do concelho de Angra é maior que a costa do concelho da Praia. Portanto, pode-se fazer extracção de areia desde a Vila de S. Sebastião, dando a volta por toda a ilha até aos Altares, essa areia é descarregada no porto da Praia da Vitória, é transportada até Angra e eu garanto aos Srs. Deputados que não passa por uma estrada municipal, porque ela sai do porto da Praia e entra nas estradas regionais, até Angra, se for este o destino.

Portanto, com o devido respeito parece-nos que no caso em apreço podemos até estar a fazer uma grande injustiça, porque se a areia se destinar a uma freguesia do interior do concelho de Angra ela é extraída no mar fronteiro ao concelho de Angra, é descarregada num porto oceânico, percorre estradas regionais e entra em estradas municipais no concelho de Angra se for para S. Bartolomeu, para a Ribeirinha, etc..

Este é um pequeno, exemplo, peço desculpa de ser em relação a uma ilha, refiro-me à minha ilha, porque é a que conheço, mas se calhar se fôssemos para o Pico

arranjaríamos situações diversas em que poderíamos estar eventualmente a ser injustos em relação a um concelho, perante os outros.

Seja como for, sob o nosso ponto de vista e tendo presente que efectivamente é sempre agradável contemplar as nossas autarquias nessa matéria, no caso em apreço e dado esse tipo de situação nós vamos manter a posição que tivemos ao nível da comissão parlamentar, isto é, manter o princípio de que essa verba deve ser para a Junta Autónoma com a distribuição que está prevista, para os fins que se reconhecem nobres, fazer os estudos de impacto.

Congratulamo-nos com o facto do PS ter declarado na Assembleia a aceitação de que mantendo-se a taxa dos 20%, estaríamos aqui a garantir aos consumidores que não é pela via da taxa que irá haver qualquer agravamento do preço da areia ao consumidor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para propor que na votação do art.º 9.º fosse votado o n.º 1 em separado das alíneas a), b) e c).

Presidente: Está encerrado o debate na especialidade do art.º 9.º.

De acordo com o solicitado vou pôr à votação esse art.º 9.º, a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD.

Portanto, vou pôr à votação só o corpo do n.º 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O corpo do art.º n.º 1 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora vou pôr à votação a alínea a) do n.º 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea a) foi rejeitada com 23 votos contra do PS, 3 votos contra do PP, 23 votos a favor do PSD e um voto a favor do PCP.

Presidente: Passemos à votação da alínea b) do n.º 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea b) foi rejeitada com 23 votos contra do PS, 3 votos contra do PP, 23 votos a favor do PSD e um voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos passar à votação da alínea c) do nº. 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea c) foi rejeitada com 23 votos contra do PS, 3 votos contra do PP, 23 votos a favor do PSD e um voto a favor do PCP.

Presidente: Agora vou pôr à votação a alínea d) do nº. 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea d) foi rejeitada com 23 votos contra do PS, 3 votos contra do PP, 23 votos a favor do PSD e um voto a favor do PCP.

Presidente: Agora vou pôr à votação o restante corpo do artigo, nºs. 2, 3, 4 e 5.

Tem a palavra o Sr Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria lembrar que não foi votada a alínea a) e b) da proposta da Comissão.

Não sei se pretende fazê-lo posteriormente se deverá fazê-lo entretanto.

Presidente: Era o restante corpo, portanto estamos a considerar essas alíneas.

Deputado Élio Valadão (PS): Estamos a considerar no conjunto, contrapondo com a proposta do PSD.

Presidente: Se não leva a mal, eu coloco à votação no conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O restante corpo do art.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao art.º. 10.º

Está aberta a discussão para esse artigo.

(Pausa)

Passemos à votação desse artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O art.º 10.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao art.º 11.º, para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Está aberta a discussão para esse artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração do PSD, fundamenta-se no entendimento de que para além das preocupações ambientais que são constantes deste diploma e com toda a razoabilidade, há também outras questões que têm de ser tidas em conta.

Uma delas já foi aceite na Comissão de Economia, que foi a introdução de um representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, porque há aqui uma perspectiva económica e social num bem que é primário para toda a construção civil na Região.

Por outro lado, a nossa proposta de inserir as autarquias nesta Comissão de acompanhamento — e daí a razão de propormos que fosse votado o corpo do artigo 9.º, separado do restante — é para que estas tenham algo a dizer ao nível da definição dos preços da areia.

Entendemos que quer as Câmaras de Comércio, quer as autarquias, neste caso um representante da Associação de Município da Região Autónoma dos Açores, tem sentido que se possam pronunciar sobre a definição dos preços da areia e sobre as outras questões constantes deste diploma, porque são entidades interessadas, não só pelo objecto próprio das suas competências em termos da salvaguarda dos interesses das populações dos vários municípios dos Açores, mas também porque são as próprias autarquias os grandes donos de obra e necessitam deste bem de primeira necessidade para a construção civil, que é a areia.

São estas as razões porque propusemos acrescentar um representante da Associação de Município da Região Autónoma dos Açores, neste artigo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PP concorda com todos os fundamentos apresentados pelo PSD, porque efectivamente dadas as competências da comissão de acompanhamento, as Câmaras Municipais por todas essas razões legitimamente, através de um seu representante tem todo o interesse em estar a par de tudo o que se venha a fazer nesse domínio, até sobretudo porque há aqui a grande responsabilidade de definir as medidas necessárias para assegurar um regular abastecimento de areia no mercado, pois eles, por excelência, representam os munícipes, os consumidores, neste caso, e são eles próprios os maiores consumidores nos seus territórios municipais.

Portanto, achamos que é uma feliz iniciativa que vem, de facto, completar essa representação dos vários interesses em jogo, tal como a introdução do representante das actividades económicas também já o tinha feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já há pouco na outra intervenção referimos, esta matéria, em nosso entender, interessa às autarquias locais, por isso mesmo entendemos que na constituição desta Comissão devem participar representantes das autarquias locais. Por isso vamos votar favoravelmente esta proposta de alteração.

Presidente: Está concluído o debate na especialidade.

Vou pôr à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, para o art.º 11.º, ou seja, alínea e).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora vou pôr à votação o restante corpo do artigo 11.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O restante corpo do art.º 11.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 12.º, 13.º e 14.º.

Vou pôr à votação este conjunto de artigos com a proposta de alteração para o 12.º que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Vamos agora fazer um pequeno intervalo de dez minutos, de seguida retomaremos os trabalhos para uma saudação ao 25 de Abril.

(Eram 20.05 horas)

Srs. Deputados agradeceia que retomassem os vossos lugares para prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Eram 20.15 horas).

Vou, em nome dos partidos com assento parlamentar ler um voto.

"Voto de saudação"

No dia 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas e o Povo Português derrubaram um regime obsoleto que oprimia o país há quase cinquenta anos.

Um regime que se caracterizava pela proibição das mais elementares liberdades cívicas, que limitava e suprimia os mais elementares direitos de cidadania, que travava uma guerra condenada pela comunidade internacional e mantinha um povo dominado pela autocracia e pela repressão.

A Revolução do 25 de Abril devolveu a liberdade aos portugueses, implantou a democracia, consagrou constitucionalmente os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, democratizou o poder local, instituiu as autonomias insulares e credibilizou Portugal no seio das nações como Estado de Direito Democrático.

A autonomia regional, consagrada constitucionalmente como regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, fundamentado nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e

nas históricas aspirações das populações, constituiu, também, uma das mais importantes conquistas de Abril, potenciadora do nosso desenvolvimento e progresso.

Passados vinte e cinco anos e observando o caminho percorrido até hoje, não restam dúvidas de que o 25 de Abril valeu a pena e marca de forma indelével um dos momentos mais relevantes da História de Portugal.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõem o seguinte voto de saudação:

Ocorrendo no próximo dia 25 de Abril de 1999 a passagem do 25º aniversário da "Revolução dos Cravos", a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, interpretando o sentimento do povo dos Açores, saúda essa memorável Revolução e todos aqueles que, com coragem e determinação, a tornaram possível, restituindo aos portugueses esse bem inestimável que é a liberdade.

Subscrito por todos os Grupos Parlamentares."

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O golpe de Estado de 1926 implantou em Portugal uma ditadura militar que a partir de 1928 evoluiu para uma ditadura de cariz fascista, contra a qual sempre lutaram aqueles que desejaram viver em regime democrático.

Nas décadas de 60 e 70 muitos trabalhadores e estudantes lutaram abertamente contra o fascismo e, com o agudizar da guerra colonial, tendo como consequência um recrutamento cada vez maior de jovens para as forças armadas, havia uma interligação entre muitos dos que se opunham ao regime, quer se encontrassem nas fileiras militares, nas Escolas ou no mundo do trabalho. A luta pela democracia, pela liberdade, pela paz, pelo progresso, por melhores condições de vida das populações, pela livre expressão de pensamento, era uma constante do dia a dia na Sociedade Portuguesa pelo que o 25 de Abril foi o culminar vencedor dessa luta, que desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas, tem logo de imediato a adesão

de todo um Povo ansioso por libertar-se das grilhetas da censura e da opressão, do Estado repressivo e policial, numa palavra da Ditadura. O dia 25 de Abril de 1974 é o dia em que todo o Povo consegue alcançar a sua liberdade, e vê num horizonte próximo a possibilidade de construir um futuro próspero e em paz, onde o desenvolvimento do País se pode verificar, e onde se pode ter esperança na construção duma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraterna.

A partir daí, em liberdade, há a construção da Paz, com o fim da Guerra Colonial; e, a construção da democracia numa sociedade onde as liberdades fundamentais do cidadão são respeitadas.

Também na nossa Região foi possível, com o 25 de Abril, quebrar o isolamento em que vivíamos e construir o regime autonómico e democrático em que vivemos, e que está estabelecido na Constituição e no Estatuto Político e Administrativo.

Com o 25 de Abril construiu-se também o Poder Local Democrático que é um dos mais sólidos pilares da natureza democrática do nosso regime político, na medida em que garante uma acentuada aproximação às populações

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comemorar o 25º de Abril é lembrar um momento insubstituível de viragem e ruptura com uma situação de imobilismo, de exploração, de guerra e de total carência de perspectivas.

Comemorar o 25 de Abril é afirmar a real e efectiva possibilidade que existe de haver uma evolução constante, construída em liberdade, mas favorável aos interesses da grande maioria da população.

Nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril é essencial transmitir às gerações mais jovens o significado autêntico aquele movimento revolucionário.

Nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril é também essencial ter presente as injustiças de hoje para que possam ser combatidas e anuladas.

Nesta Região Autónoma dos Açores, hoje necessariamente tão diferente do que era em 1974, subsistem situações de injustiça, de bloqueamento e de incerteza que, para serem encaradas e resolvidas, exigem um permanente reavivar do espírito democrático profundo que caracterizou o 25 de Abril.

Só esse espírito profundo pode impedir as tendências de submissão e mesmo sujeição às práticas de sobre-exploração da força do trabalho, ao conformismo face à exclusão social e à pobreza e às tentativas sempre mais fortes de desvalorizar e instrumentalizar o papel e acção dos trabalhadores e do povo.

O PCP/Açores associa-se a este voto de saudação de forma profunda e sentida e apela a todos os açorianos que, para além de recordarem e evocarem o 25 de Abril, contribuam para a renovação do seu espírito neste tempo situado a 25 anos de distância.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao comemorar as bodas de prata da Revolução ocorrida na madrugada de 25 de Abril de 1974, o Grupo Parlamentar do CDS/PP não pode deixar de saudar todos aqueles que para tal contribuíram, bem como congratular-se com os inúmeros aspectos positivos que essa Revolução trouxe para o nosso País e para a nossa Região.

O 25 de Abril abriu as portas à autonomia político administrativa da Região Autónoma dos Açores. Este foi para nós, açorianos, um dos maiores contributos da Revolução, colocando nas mãos da Região os mecanismos necessários ao desenvolvimento dos Açores e ao bem estar e progresso dos Açorianos.

O 25 de Abril deu corpo a uma velha aspiração veiculada pelo movimento autonomista do fim do século passado.

Temos todos a indeclinável responsabilidade de desenvolver a nossa terra a níveis económicos, sociais e culturais que nos afastem do estigma da Região Periférica no sentido miserabilista do termo.

Creio, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Membros do Governo, que em resultado do 25 de Abril e da Autonomia Democrática que o mesmo proporcionou, já fizemos muito em prol do desenvolvimento da nossa terra, mas ainda não atingimos, infelizmente, os objectivos a que todos nos propusemos. Fazemos votos para que este aniversário também sirva para situarmos a nossa acção em termos de futuro da nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o 25 de Abril, Portugal virou uma página da sua história. Foi o fim do ciclo do Império Português.

Durante 500 anos as intenções Lusíadas estiveram concentradas no além mar que a geração de quatrocentos desvendou ao mundo e que as gerações seguintes souberam respeitar e engrandecer. As ex-colónias foram, aliás um dos temas centrais dos acontecimentos políticos em Portugal.

Foram os interesses ultramarinos mal acautelados pela monarquia, que, no último quartel do séc. XIX, deram alento ao Republicanismo Português e potenciaram a queda da Monarquia, na Revolução de 5 de Outubro. Foi novamente a defesa do Ultramar e dos seus interesses que ditaram a presença das tropas portuguesas no cenário da 1ª Guerra Mundial.

Nas décadas que se seguiram ao fim da 2ª Guerra Mundial, sopraram os ventos de libertação das colónias europeias. Portugal, com o seu império não podia deixar de ser afectado pelos novos ventos da autodeterminação e da independência que sopravam sobre o mundo.

Não interpretar os novos tempos e os seus valores foi tarefa de cegos ou de obstinados.

Não preparar o País e o povo para o novo mundo, mantendo-o agarrado a preconceitos e a ideais ultrapassados pela história, foi tarefa de visionários criados e mantidos pela velha escola da tradição portuguesa.

Após longos 13 anos de luta e de perdas de vidas humanas, numa madrugada de Abril, oficiais subalternos, capitães de Abril, cheios da energia que percorre as veias da gente nova, deliberaram pôr fim ao Estado Novo, mitigado pela primavera marcelista.

O 25 de Abril foi pois, na verdade, um Golpe de Estado que merece o nosso reconhecimento e gratidão sob o ponto de vista da nobreza objectiva das suas intenções de implantar uma política ultramarina que conduzisse à paz entre os Portugueses e à restituição das liberdades cívicas, como foi anunciado no próprio dia 25 de Abril de 1974.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saudamos, na Revolução de Abril, a implementação de um regime de maior participação democrática do povo português na condução dos destinos do País, como Nação.

Saudamos, no 25 de Abril, a nossa abertura à Europa, da qual fazemos parte, apesar do nosso atávico atraso e constrangimentos económico, social e cultural.

Saudamos, no 25 de Abril, a democratização do ensino, potenciadora das liberdades cívicas e factor de progresso e da afirmação do homem na sua dignidade e plenitude.

Lamentamos, na Revolução de Abril, o modo infeliz como a descolonização foi feita e cujos reflexos negativos ainda hoje se sentem dolorosamente, em Angola e no martirizado Povo de Timor, onde a palavra Paz apenas se vislumbra nos justos anseios dos nossos irmãos de 500 anos de convívio e de fraternidade.

Lamentamos, no 25 de Abril, as injustiças que foram praticadas naqueles que, no Ultramar, empenharam as suas vidas e desenvolveram os seus esforços para aí semearem a riqueza do seu trabalho.

Lamentamos, no 25 de Abril, os tempos tenebrosos e antidemocráticos do PREC. e a tentativa de conduzir Portugal para uma ditadura de sentido contrário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos principais reflexos da liberdade de Abril, nos Açores, é sem dúvida a existência da sua Assembleia Legislativa Regional. Nas suas competências avultam claramente a capacidade de legislar e o poder de fiscalização da actividade do executivo regional.

Com uma composição que reflecte, por via democrática, as várias correntes do pensamento político, traduzida num sem número de intervenções caracterizadas por diferentes formas de sentir os fenómenos sociais e enriquecida pelo contributo de todas as ilhas aqui representadas, o Parlamento açoriano revelou-se, ao longo de mais de duas décadas, legítimo fórum do debate político.

Ao nosso Parlamento cabe um papel relevante, que não advém apenas da sua eleição por via democrática, mas resulta principalmente do facto de, por via da Constituição e do Estatuto, estar definido para os Açores, um regime parlamentar.

Mas se é certo que ao longo destas mais de duas décadas, aqui ou ali, tenham ocorrido tentações de diminuir o papel desta Assembleia, também é verdade que os

eleitores, através do seu voto, já demonstraram saber recordar que é nesta Assembleia que reside o poder.

É assim que, sejam quais forem, ou vierem a ser, os Governos Regionais, para que Abril se cumpra, para que a Autonomia se continue a concretizar, o papel do Parlamento dos Açores jamais pode ser desrespeitado, ou sequer mal entendido.

Para que a democracia se realize, a liberdade de participação e de escolha têm de existir e não podem, por isso, ser sujeitas a qualquer tipo de condicionamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para isso que aqui estamos. Convictos, firmes, determinados, em nome de quem nos elegeu. Desenvolvendo social e economicamente os Açores e assim engrandecendo Portugal.

Finalmente saudamos, no 25 de Abril, o espírito da liberdade que nos permite e incentiva a sermos cidadãos cada vez mais conscientes das nossas responsabilidades para com Portugal e para com os Açores.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E de repente na madrugada, o cântico e a liberdade. De um momento para o outro, enredado nas suas próprias teias, bolorento e contraditório, morria desmoronado aos pés de um povo martirizado, ávido e sedento, o regime do autoritarismo monocórdico, da mentira, da censura e do isolacionismo imperial.

Do cansaço à revolta foi um suspiro — alimentado por estudantes, movimentos operários, vozes e lutadores da clandestinidade e, mais tarde, pelas próprias Forças Armadas, que encontraram na decisão político-diplomática as contradições duma guerra desesperada que não mais parecia ter fim.

Estamos a poucos dias de comemorar um quarto de século de país novo: plural, democrático, moderno, à procura de acertar o passo com os melhores padrões

européus. Um país que procura reencontrar-se depois do desterro do miserabilismo e da guerra.

É indispensável dizer nesta semana que antecede as comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, que vivemos num país restituído, numa terra prometida e que não mais deve ser adiada.

Comemorar Abril não deve constituir uma obrigação de calendário desenraizado, olhar nostálgico e sobranceiro, gesto de retórica alheada e descomprometida.

Os Açores sofreram como poucas regiões os apelos da guerra e da emigração, o desconforto do distanciamento e da discriminação, do centralismo e do abandono.

Ainda hoje, quantos de nós, não têm a família repartida pelos “Canadá” e “Américas”, na fuga antecipada ao fatídico embate ultramarino com a desilusão da partida num vapor carregado de jovens com destino marcado e regresso incerto?

A solidão, a dispersão e a lonjura, a carta desviada ou lacrada de meias verdades, o aerograma suspeito e sem aviso prévio, a mala do correio tardia, o Natal, as emboscadas, a guerra dentro de nós desfazendo a alma, almas cativas ilhéus, em mil pedaços, sem projecto e sem sonho.

De um Estado Novo cada vez mais velho, ao Golpe de Estado ou à revolução dos cravos e sem sangue, foi o tempo do inconformismo e da insurreição dos mais jovens e conscienciosos militares, fartos de atropelos, injustiças e pouco ou nenhum reconhecimento, perante um Terreiro do Paço, desajustado da vida e da realidade socio-económica dum povo traído e, aos poucos, cada vez mais, com menos estímulos e oportunidades de sucesso.

Um país tardio e parado no tempo, com amarras que se estendem a estas ilhas, e cujas populações sempre demonstraram sinais de inquietação e protesto, numa continuada expressão descentralizadora que advém dos tempos do Marquês de Pombal, quando em 1766, considerou os Açores, pela primeira vez, uma entidade administrativa de uma só província e cujo governo com sede em Angra estava a cargo de um capitão-general que acumulava as funções administrativas, militares, policiais e judiciais. Um capitão-general que superintendia no Exército, na Fazenda, na

Polícia, nos municípios, na administração da justiça, provia os lugares vagos e presidia aos julgamentos criminais. Contudo, não podia criar empregos novos, aumentar os emolumentos nem atribuir reformas sem ordem régia. Um sistema demasiadamente centralizador que tinha em todas as ilhas delegados, verdadeiros governadores locais que se limitavam a executar ordens superiores. Um governo de capitães-generais que durou sessenta e cinco anos.

Em 16 de Maio de 1832, com a reforma administrativa decretada pelos liberais, os Açores ficam ainda a constituir uma só província com capital em Angra, mas a partir dessa data, e aproveitando as consequências das lutas entre absolutistas e liberais, Ponta Delgada enceta uma luta vitoriosa para se libertar de Angra, simbolizada na proclamação na Junta Governativa. Apesar de pouca duração, esta junta assinalou o fim do centralismo interno no arquipélago.

Depois, na segunda metade do século XIX nasce então numa perspectiva ainda distrital o processo autonómico. Todavia, estas autonomias administrativas distritais, representadas pelas Juntas Gerais, acabariam adormecidas nas garras do Estado Novo.

É com Decreto Lei nº 31095 que entra em vigor o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes em 1940, o qual, com algumas modificações em 1947, é o diploma que rege a vida dos Arquipélagos dos Açores e Madeira até 25 de Abril de 1974.

É com a queda do Estado Novo e a implantação da democracia em Portugal, que os Açores conseguem atingir, através de várias lutas reivindicativas e concessões evolutivamente negociadas — nem sempre fáceis e pacificadoras — o actual edifício autonómico.

Desde a progressiva transferência dos serviços periféricos até à Lei de Finanças das Regiões Autónomas passando pelos princípios que nortearam os autonomistas dos Açores do final do século passado, como se pode referenciar nas **“Questões Açorianas”** de Mont’Alverne de Sequeira designadamente nos opúsculos — *“o monopólio do álcool”*, *“a emigração dos Açores”*, *“de como temos sido burlados”* e *“autonomia administrativa dos Açores”* ou mais tarde nos anos 60, as Semanas de Estudos dos Açores; o Congresso Açoriano e as conclusões da Comissão Regional

de Planeamento, sem esquecer a encruzilhada dialéctica provocada pelos diferentes partidos e movimentos, estratégias e motivações diferenciadas que deram contributos decisivos — mesmo aos olhos de apetites internacionais — à evolução e confirmação do processo autonómico açoriano, sem dúvida, para os ilhéus Portugueses a grande conquista da revolução dos cravos.

Por esta e outras razões não devemos calar-nos 25 anos depois. É preciso que os mais novos entendam o significado pleno desta data e, que ela, não seja sinónimo de desinteresse e amorfismo. Pelo contrário, deve representar a expressão maior de uma vontade que várias gerações ajudaram a construir com muito denodo, para agarrar o sonho, sim, que não devemos ter medo da utopia e da metáfora, que redobram o olhar sereno e demorado das pequenas coisa, das gentes simples e dos silêncios, ou como diz em surdina picarota o poeta Almeida Firminio, ao quase esquecido Adriano Correia de Oliveira:

Leva de gente
que o mar leva
como a semente
que se perde

Nas leiras castigadas

pelas asas da maresia
veloz a voz arrebatada
quem vigia

Mobilai o sonho
escolhei a rota
o sol da aventura
o sal da derrota

Poderíamos beber noutros a mesma mensagem; de um Santos Barros a uma Sofia Mello Breyner, de Borges Martins a Manuel Alegre, de João de Melo a Alexandre

O'Neill, de Ary dos Santos a José Afonso, mas nunca é de mais a letra de um tal Sérgio Godinho que nos enche os ouvidos de convicções:

"Vivemos tantos anos a falar pela calada
Só se pode querer tudo quando não se teve nada
Só tem a vida quem teve a vida parada

Só há liberdade a sério quando houver

A paz, o pão, habitação, saúde e educação"

Abril ainda é exprimir a canção.

A liberdade, sim. Mas também o resto, a paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação.

Vinte e cinco anos depois ainda temos tanto para fazer. Não agir em função das pressões organizadas, dos lobbies, do “diz-se - diz-se” da sociedade mediática, dos mais fortes, e da decisão que apenas se reflecte em mais ou menos votos à boca das urnas.

É tempo de traduzir a voz, dos que não têm, de facto, voz. Aos que generosamente dão o seu esforço e empenhamento pelo interesse comunitário; aos que ao ócio respondem com trabalho.

Os desafios de Abril vão do esforço a assumir, com carácter de urgência — para debelar os focos de pobreza, que a nossa geração ainda não soube, ou não quis encarar “de frente” e a sério — até ao desemprego, trabalho precário e sem garantias sociais, à desertificação das ilhas, aos desequilíbrios ambientais, aos compromissos da ciência e tecnologia, aos problemas da droga e alcoolismo, enfim, Abril é uma permanente construção que não se esgota, apenas e só, na celebração da conquista da liberdade, da democracia e do pluralismo.

Abril é quando um homem quiser a toda a hora.

Natália Correia, vulcânica, impiedosa. O sol nas noites e o luar nos dias. O desabafo da escrita na consumição da esperança.

“Vinha o tempo da minha infância a fábula em que os homens falavam. Agora as suas vozes estavam sepultadas num silêncio que tinha o nome ciciado de fascismo.

Minha mãe dizia: “Quando fores grande haverá um país...” E o país era onde estava a minha idade. E a minha idade era eu achar-me com toda a força dos ossos no centro da minha liberdade.

Dizendo-me isto, minha mãe pôs-me na voz luminosos objectos para espantar morcegos. Cantei quanto podiam meus pulmões carregar vendavais para sacudir as dormideiras dos tiranos. E onde as horas mordidas pelas algemas foram acre crescimento para a liberdade iluminaram-se as terras do sepulcro e era Abril e a fábula fez-se dia. Numa rubra fraternidade de cravos os homens saudaram a Revolução. Em golfadas de ouro cantei a Liberdade”.

O Grupo Parlamentar do PSD, associa-se com alegria e entusiasmo a este voto de saudação. O 25 de Abril é a liberdade plena de sentido e de sentimento. O valor maior de um povo que assume por inteiro o coração da sua própria identidade e constrói o seu próprio destino.

O PSD protagonizou com os açorianos, desde as primeiras horas da alvorada, os apelos à descentralização e lançou as bases por uma autonomia ampla e substantiva. Sabe quanto custa essa luta pelo progresso e desenvolvimento da sua terra.

Vinte e cinco anos depois, que a ilha cante liberdade, mas prossiga com paixão os verdadeiros desígnios da canção de Abril.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passaram-se 25 anos e parece que foi ontem.

Parece que foi ontem que há meia-noite e pouco se ouviu a "Grândola Vila Morena", a canção senha dessa madrugada libertadora, se colocaram cravos na ponta das espingardas, se encheram “chaímites” de gente à paisana, se escutou um poema de Ary dos Santos que falava de capitães e soldados, se abriram as portas de Caxias e de outras prisões e parece que foi ontem que se viu um povo inteiro gritando liberdade em todos os Largos do Carmo do nosso Portugal.

Estes alguns dos símbolos da Revolução dos Cravos, como foi chamada que povoam a nossa memória como se fosse hoje.

Passaram, no entanto, 25 anos. Não foi fácil, mas talvez por isso foi exaltante.

Em 24 de Abril éramos um país diferente, e difícil de imaginar para as gerações de hoje.

Recordar esse país agora em 1999 não é, contudo, mero exercício intelectual, mas antes dever de cidadania e afirmação convicta de que jamais podemos, voltar atrás.

Travávamos uma guerra perdida em três frentes, tínhamos uma economia fechada e decadente, vivíamos numa sociedade comandada pelo tradicionalismo mais conservador e éramos dominados por instituições autocráticas e repressivas.

Portugal era um país policiado e isolado, onde a liberdade de expressão era proibida, com prisões cheias de presos políticos e onde existiam certos tribunais em que a regra era a arbitrariedade e a prepotência.

Um país sem organizações sindicais livres, com os direitos cerceados, com uma vida cultural vigiada e um povo sujeito a uma “anestesia cívica” que durou quase 50 anos.

Em 25 de Abril recuperámos esse supremo bem que é a liberdade.

Como seria normal perdemo-nos numas ruas e encontrámo-nos noutras, cometemos erros, vivemos em sobressalto.

Aprovou-se uma Constituição democrática e consagraram-se direitos, liberdades e garantias — liberdade de expressão e informação, direito de reunião e manifestação, direito de participação cívica, liberdade de imprensa e tantos outros que nos fizeram cidadãos de corpo inteiro.

Institucionalizou-se o Poder Local democrático e participado e o Poder Regional Autónomo, e construiu-se um Estado de Direito moderno.

Edificou-se um Estado mais justo e com maiores preocupações sociais traduzidas na melhor assistência na doença, melhor apoio à maternidade, melhor regime de férias e criou-se mais recentemente o rendimento mínimo garantido.

Portugal credibilizou-se no seio das nações e aderimos à União Europeia, potenciando o nosso desenvolvimento a par com os outros países da Europa.

Alteraram-se mentalidades, valores e estilos de vida e começamos a preocupar-nos de forma diferente com o ordenamento do território, o ambiente, os equipamentos e as infraestruturas.

E as coisas tornaram-se tão normais que quase nem notamos, como o simples facto de estarmos aqui hoje nesta tribuna.

Percorremos num instante muito caminho e chegámos de repente ao final do milénio.

E confrontamo-nos hoje com outros problemas graves e de difícil solução.

A globalização, a abolição de fronteiras e a internacionalização das decisões, causam-nos preocupações.

A pobreza, a exclusão social, o desemprego, a droga, os conflitos étnicos, a desumanização das cidades, a desertificação do mundo rural, constituem hoje novas ameaças e não é mais possível encontrar refúgio seguro só para nós.

São necessárias respostas novas, muitas delas à escala universal.

A liberdade que nos foi devolvida em Abril já não chega e é preciso ir mais longe criando uma nova cidadania.

É este o nosso desafio para que Abril se continue a cumprir pois como dizia na altura o poeta:

"Agora que já floriu
a esperança na nossa terra
as portas que Abril abriu
nunca mais ninguém as cerra".

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Passemos agora à votação do Voto de Saudação pela "passagem do Vigésimo Quinto Aniversário do 25 de Abril".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos de pé da Câmara)

Presidente: Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, a Mesa da Assembleia põe à votação a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Abril".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Boa noite.

(Eram 20.50 horas)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

José **Élio Valadão** Ventura

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Manuel Teixeira **Brasil**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Deputados que faltaram à sessão

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

José Francisco Salvador Fernandes

DOCUMENTOS ENTRADOS

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/99 - Alteração ao artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/99/A, de 20 de Janeiro - programas MEF E e PROSA

Pelo Decreto Legislativo n.º 3/99/A, de 20 de Janeiro, foi abrangido, pelo processo de regularização instituído pelo Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, e complementado pelos Decretos-Lei n.ºs. 195/97, de 31 de Julho, e 256/98, de 24 de Agosto, pessoal admitido, nos serviços da administração pública regional dos Açores, ao abrigo dos Programas MEF E e PROSA.

Verificando-se a existência, nos serviços da administração regional, de outras situações de trabalhadores que, ao abrigo da medida de Ocupação Temporária de Trabalhadores Beneficiários de Subsídio de Desemprego, regulamentada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 50/83/A, de 15 de Janeiro, com as alterações efectuadas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 33/84/A, de 29 de Setembro, vêm, igualmente, satisfazendo necessidades permanentes daqueles com sujeição à hierarquia e horário completo, torna-se necessário abrangê-los, igualmente, no processo de regularização referido.

Assim, o Governo Regional ao abrigo da alínea t) do artigo 60º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, apresenta à Assembleia Legislativa Regional, a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º

O artigo 2º, do Decreto Legislativo Regional nº 3/99/A, de 20 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

"Artigo 2º

1 -

a)

b)

c) Ao pessoal admitido ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional nº 50/83/A, de 15 de Janeiro, e que, no âmbito do mesmo, possua 12 meses de serviço continuado e se encontrava a desempenhar funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com subordinação hierárquica e horário completo.

2 -

3 -

4- A aferição do tempo de serviço a que se refere a alínea c) do nº 1 deste artigo é reportada até 4 de Fevereiro de 1999, independentemente de o pessoal nesta data estar ou não a prestar serviço".

Artigo 2º

Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 2 de Março de 1999.

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/99 - Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, que aprovou um novo regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a administração pública

Considerando que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foi alterado o regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública, consagrado pelo Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto;

Considerando que não obstante aquele diploma ser de aplicação imediata na Região Autónoma dos Açores, ficou, pelo n.º 2 do artigo 2.º, salvaguardada a "...competência dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas";

Considerando a necessidade da introdução de adaptações face a condicionalismo próprios da Região;

Nestes termos, o Governo Regional, ao abrigo da alínea t) do artigo 60.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, apresenta, à Assembleia Legislativa Regional, a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1.º

Objecto e Âmbito

A aplicação do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aos serviços da Administração Pública Regional dos Açores, bem como aos fundos públicos e institutos públicos na modalidade de serviços personalizados, faz-se de acordo com as adaptações constantes do presente diploma.

Artigo 2º

Regulamento dos Concursos e Programa das Provas

1 - Os conteúdos funcionais, a definição dos métodos de selecção a utilizar para cada categoria e os programas de provas serão elaborados pelos serviços e organismos competentes para realizar as acções de recrutamento e selecção, devendo os mesmos ser objecto de parecer pelos serviços dependentes do Secretário Regional Adjunto da Presidência, e aprovados por despacho conjunto do mesmo Secretário Regional e do membro do Governo Regional da tutela.

2 - O parecer referido no número anterior deverá ser proferido no prazo de 30 dias úteis, findo o qual se consideram como aprovados os documentos submetidos a parecer.

3 - O despacho conjunto a que alude o nº 1 deste artigo deverá conter, nomeadamente, os seguintes elementos:

- a) Definição genérica das funções correspondentes aos cargos a prover;
- b) Especificação dos métodos e fases de selecção;
- c) Incidência de cada prova na classificação final;
- d) Programas das provas de conhecimentos;
- e) Programas dos cursos de formação.

4 - No aviso de abertura do concurso deverá fazer-se, obrigatoriamente, menção expressa ao regulamento de concursos e ao programa de provas, se for caso disso.

Os regulamentos de concursos aprovados em data anterior à entrada em vigor do presente diploma manter-se-ão em vigor na parte respeitante aos conteúdos funcionais e aos métodos de selecção.

6 - O disposto no número anterior aplica-se aos programas de provas.

7 - A definição do conteúdo funcional, dos métodos de selecção a utilizar e do programa das provas dos concursos centralizados nos serviços dependentes do Secretário Regional Adjunto da Presidência serão aprovadas por despacho do mesmo Secretário Regional.

Artigo 3º

Notificação

Para efeitos de notificação, o número de candidatos a que se referem os números 2 do artigo 34º, 3 e 4 do artigo 38º e as alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 204/98, de 11 de Julho, é de 50.

Artigo 4º

Correspondência de cargos

As competências previstas na alínea c) do artigo 9º, no nº 1 do artigo 11º, no nº 2 do artigo 14º e no nº 4 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 204/98, de 11 de Julho, são exercidas, na Administração Pública Regional dos Açores, respectivamente, pelo Director Regional de Organização e Administração Pública, pelo Conselho do Governo Regional e pela Direcção Regional de Organização e Administração Pública.

Artigo 5º

Jornal Oficial

As referências feitas, no Decreto-Lei nº 204/98, de 11 de Julho, à II Série do Diário da República reportam-se, na Administração Pública Regional, à II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Horta, 15 de Março de 1999

O Presidente do Governo Regional, Carlos César

Parecer da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais sobre o Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, diploma que estabelece o Regime Jurídico de Concessão de Crédito à Habitação

A Comissão de Política Geral reuniu na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, no dia 23 de Março de 1999, e, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, diploma que estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à Habitação.

Capítulo I

Enquadramento jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea v), do n.º 1, do artigo 227.º, e do n.º 2, do artigo 229.º, da Constituição da República (CRP), da Lei n.º 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, e da alínea i), do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Capítulo II

Apreciação na generalidade e na especialidade

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável.

Horta, 23 de Março de 1999.

O Relator, *Francisco Xavier Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

A Redactora Principal, *Maria da Conceição Fraga Branco*